

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

**“AÍ! TÁ ME TIRANDO?!”**

**O QUE DIZEM JOVENS POBRES DE SÃO CARLOS SOBRE SI MESMOS E A  
TEMÁTICA DAS DROGAS**

**PAULO ESTEVÃO PEREIRA**

**São Carlos, 2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

**“AÍ! TÁ ME TIRANDO?!”**

**O QUE DIZEM JOVENS MORADORES DA PERIFERIA DE SÃO CARLOS  
SOBRE SI MESMO E A QUESTÃO DAS DROGAS**

**PAULO ESTEVÃO PEREIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional.

Área de Concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional

Linha de Pesquisa: Redes Sociais e Vulnerabilidade

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano

**São Carlos, 2012**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P436at

Pereira, Paulo Estevão.

"Aí! Tá me tirando?!" O que dizem jovens moradores da periferia de São Carlos sobre si mesmo e a questão das drogas / Paulo Estevão Pereira. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

133 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Terapia ocupacional. 2. Juventude. 3. Drogas. 4. Contexto social. I. Título.

CDD: 615.8515 (20<sup>a</sup>)

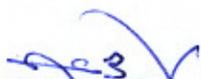
FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO ALUNO  
PAULO ESTEVÃO PEREIRA, DEFENDIDA PUBLICAMENTE EM 16 DE  
FEVEREIRO DE 2012.



Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano  
Orientadora e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



Profa. Dra. Denise Dias Barros  
Universidade de São Paulo / USP



Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior  
Universidade Estadual Paulista / UNESP



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Homologado na CPG-PPGTO na  
\_\_\_\_\_ª Reunião no dia

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

Esta dissertação é dedicada especialmente

Aos jovens que participaram desta pesquisa que, ao permitirem uma aproximação de suas experiências cotidianas, com suas riquezas e dramas, me possibilitaram uma compreensão maior dos contextos sociais nos quais se inserem, ampliando não apenas meu entendimento quanto ao tema da pesquisa, mas também em relação à própria vida.

Aos jovens do CAPS-ad III do Centro de Atenção Integral à Saúde de Santa Rita do Passa Quatro, onde e com quem tudo começou.

A Deus, fonte de tudo o que há e para onde tudo retorna.

Aos meus pais, José Arimathea (na memória sempre viva!) e Neide, meus heróis, a quem tudo devo. Exemplos de honradez, coragem e fé, meu eterno obrigado!

À Andrea, amor de minha vida, fonte de inspiração e força. Companheira, amiga, amante. Pelos nossos momentos (todos eles), pela força, pelo carinho e compreensão sempre!

Finalmente, ao nosso filho Augusto, presente de Deus aos nossos corações. Luz do sol em nossas manhãs.

## AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao final deste trabalho, refazendo toda trajetória percorrida até este momento, deparo-me com o quanto, e a quantos, devo agradecer por ter alcançado mais esta etapa.

Primeiramente e sempre a Deus, fonte primeira de todas as coisas, sustentáculo seguro na jornada.

À Professora Doutora Ana Paula Serrata Malfitano, pelas orientações sempre preciosas, pelo aprendizado e por ter me guiado nesse percurso pelos campos da terapia ocupacional social.

Aos Professores Doutores Augusto Caccia-Bava Júnior, Gabriel de Santis Feltran e Denise Dias Barros pelas valiosas contribuições no exame de qualificação e pela generosidade com que acolheram esta pesquisa.

Às professoras do PPGTO-UFSCar pela partilha de conhecimentos e incentivo nessa caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Aos estagiários(as) e professoras do Projeto METUIA, sem cujo apoio nas atividades de campo esta pesquisa não teria sido possível.

Aos colegas de mestrado, pioneiros na Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, pelas conversas nos intervalos, pelo apoio nos momentos difíceis, pelas partilhas dos momentos bons.

À equipe do Centro da Juventude “Elaine Viviani”, pela acolhida, pela disponibilidade e atenção durante o campo.

À minha família, sempre me incentivando e acreditando em mim, base segura em todos os meus passos.

A Andrea e Augusto, meus amores, por tornarem minha vida completa, por darem sentido ao verbo existir. A Andrea, ainda, pelo nosso amor, pela paciência e pela compreensão em minhas ausências virtuais diante do computador.

A todos, minha profunda gratidão!

## RESUMO

O fenômeno das drogas vem adquirindo maior relevância nos cenários nacional e mundial nas últimas décadas, atingindo todas as camadas sociais. A frequente associação entre grupos de jovens, em especial jovens pobres, e o uso de drogas, presente na mídia em geral e nas políticas públicas, tem suscitado discussões e intervenções que precisam ser analisadas e problematizadas em suas proposições e desenvolvimento. Tais intervenções, especialmente as direcionadas a esses grupos, não têm considerado a situação socioeconômica e cultural a que estão submetidos esses jovens, acumulando resultados pouco efetivos, do ponto de vista público. Esse dado suscita a necessidade de se “dar um passo atrás” na argumentação, invertendo a ordem da pergunta e indagar posteriormente sobre qual a melhor forma de tratar esses jovens em uso ou abuso de drogas - questão, sem dúvida, relevante – e iniciar sobre quais os contextos e arranjos sociais que permitem que esses jovens, pobres, moradores das periferias das cidades, estejam expostos às drogas e de que maneira essa exposição se dá em suas práticas cotidianas. Com o intuito de investigar como as drogas compõem a trajetória de jovens pobres moradores de periferia, empreendeu-se uma pesquisa qualitativa, que teve por objetivo acessar as experiências de jovens, entre 15 e 29 anos, moradores da periferia de uma cidade de médio porte no interior do Estado de São Paulo, frequentadores de um equipamento social de lazer, cultura e esporte. O estudo utilizou como métodos a observação participante, entrevistas semidirigidas e a realização de Oficinas de Atividades. As proposições da terapia ocupacional social constituíram o embasamento teórico do estudo. O emprego de metodologias participativas na apreensão do universo dos sujeitos estudados permitiu acessar suas percepções acerca da temática das drogas, pontuando, porém, outras questões que permeiam suas vivências cotidianas, determinando sua condição de vulnerabilidade. Temas como as constantes violações de seus direitos civis; restrições, algumas implícitas, outras nem tanto, à mobilidade urbana; estigma social; violência real e/ou simbólica; a centralidade do trabalho e suas relações com e por meio do tráfico de drogas, emergiram dos relatos desses jovens, possibilitando construir um panorama ampliado do contexto social no qual se inserem, evidenciando que, ainda que presentes no cotidiano, as drogas não constituem a principal fonte de vulnerabilização nem de preocupação daqueles jovens.

**Palavras-chave:** Juventude, Terapia Ocupacional Social, Drogas

## ABSTRACT

The drugs phenomenon is becoming more relevant in Brazil and worldwide in recent decades, reaching all levels of society. The frequent association between groups of youngsters, especially poor youth, and drug use, present in the media and in the public policies, has raised discussions and interventions that need to be analyzed and problematized in their propositions and development. Such interventions have not considered the socioeconomic and cultural situation that these youngsters are submitted, accumulating ineffective results. This data raises the need to take a "step back" in argument, reversing the order of the question and inquire, *a posteriori* about the best way to treat these young people in use or abuse of drugs - an issue undoubtedly relevant - and start asking first which are the social contexts and the social arrangements that put these youngsters in a vulnerable situation to the drugs issue and how this exposure occurs in their daily practices. In order to investigate how drugs make up the path of poor youngsters who live in outlying areas was undertaken a qualitative research that aimed to access the experiences of young people, between 15 and 29 years old, living on the outskirts of a medium-sized city in the State of São Paulo, which attending to a social institution dedicated to leisure, culture and sports activities. The methods applied to reach the aims were the participant observation, semi-structured interviews and workshops of Activities. The propositions of social occupational therapy constituted the theoretical background of the study. The use of participatory methodologies in the apprehension of the universe of subjects studied allowed accessing their perceptions about the drug issue, pointing out, however, other issues that permeate their daily experiences, determining their condition of vulnerability. Issues such as the constant violations of their civil rights; restrictions to urban mobility; social stigma; real and/or symbolic violence; the centrality of work and their links with and through the drug trafficking, emerged from the reports of these young people, enabling to build a picture of the extended social context in which they are located, indicating that, although present in everyday life, drugs are not the main source of concern or of increasing of the vulnerability of these young people.

**Key words:** Youth; Social Occupational Therapy; Drugs

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da cidade de São Carlos em relação ao Estado de São Paulo	41
Figura 2 - Localização da cidade de São Carlos em relação aos municípios vizinhos e principais vias de acesso	41
Gráfico 1 - Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS - Dimensão Riqueza - Estado de São Paulo, Região de Governo de São Carlos e Município de São Carlos	43
Gráfico 2 - Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS - Dimensão Escolaridade - Estado de São Paulo, Região de Governo de São Carlos e Município de São Carlos	44
Gráfico 3- Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS - Dimensão Longevidade - Estado de São Paulo, Região de Governo de São Carlos e Município de São Carlos	44
Tabela 1 - Distribuição da população juvenil do município de São Carlos, segundo faixa etária e sexo	45
Quadro 1 - Componentes do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, IVJ-Violência	48
Figura 3 – O Centro da Juventude “Elaine Viviani”	49
Figura 4 – Localização do Centro da Juventude “Elaine Viviani”	50
Figura 5 - Localização do bairro Jardim Gonzaga (no destaque) e os bairros com que faz fronteiras	52
Figura 6 - Produção de Daniel na oficina sobre identidade, representando o C.J	69
Figura 7 - Produção de Daniel na oficina sobre identidade (detalhe).	70
Figura 8 - Produção de Saulo na oficina sobre identidade	75
Figura 9 - Produção de Saulo na oficina de identidade	76

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPS-ad III – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Nível III

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

C.J. – Centro da Juventude “Elaine Viviani”

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IVJ-Violência – Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

## SUMÁRIO

PARTE I – INTRODUÇÃO	11
APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS EM DIÁLOGO	16
1.1. TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL	16
1.2 CONCEITOS DE JUVENTUDE(S)	21
1.3. ETNOMETODOLOGIA	28
CAPÍTULO 2 – OLHOS DE VER, OUVIDOS DE OUVIR: PERCURSOS METODOLÓGICOS	33
CAPÍTULO 3 – O CAMPO DE PESQUISA	41
3.1 O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	41
3.1.1 O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E A POPULAÇÃO JUVENIL	45
3.2 O CENTRO DA JUVENTUDE “ELAINE VIVIANI”	49
3.3 O JARDIM GONZAGA	52
PARTE II – DA INTERAÇÃO, TEMAS QUE SE REVELAM	57
CAPÍTULO 1 – OS JOVENS, A PERIFERIA E A CIDADE	59
CAPÍTULO 2 – DIREITOS VIOLADOS, ESPAÇOS NEGADOS	77
CAPÍTULO 3 – TRÁFICO DE DROGAS, TRABALHO E OS JOVENS QUE CONHECI: CONEXÕES NO COTIDIANO	92
PARTE III – CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS	127
ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	127
ANEXO 2 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CAMPO – SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO CARLOS	129
ANEXO 3 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CAMPO – CENTRO DA JUVENTUDE “ELAINE VIVIANI”	130
ANEXO 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA	131
ANEXO 5 - ROTEIRO DE ATIVIDADES	133

## PARTE I - INTRODUÇÃO

### APRESENTAÇÃO

Meu percurso profissional como terapeuta ocupacional, desde a graduação em 1997 pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, se deu exclusivamente em serviços públicos, ambulatoriais e de internação, atuando na área de saúde mental. Ao longo de mais de uma década, acumulei experiências, vivências, fui aprendendo a ser terapeuta ocupacional na lida diária, no trato com meus maiores “professores”, os usuários dos serviços em que trabalhei. Com eles aprendi muito mais que nos livros e textos lidos e relidos, a enxergar o ser humano por detrás da “doença”, como já dizia Basaglia (1985). Aprendi, no convívio diário, a respeitar a diversidade e, ao mesmo tempo, a enxergar minha própria condição de ser humano, não mais que humano.

Em minha trajetória, fui me amparando nas proposições da Reforma Psiquiátrica, da Reabilitação Psicossocial, da Clínica Ampliada, chegando a me especializar em Saúde Pública pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, em 2007.

Em setembro de 2009, trabalhando como terapeuta ocupacional em uma instituição pública do Estado de São Paulo voltada à atenção integral à saúde, ingressei no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS-ad III) vinculado àquela instituição. Recebi da coordenação do serviço o convite-desafio de ser o profissional de referência para o atendimento dos jovens. Esses jovens eram, em sua maioria, pobres, moradores de cidades de médio ou pequeno portes referenciadas pelo CAPS-ad III<sup>1</sup>. Raros eram os jovens cujas famílias tinham uma condição socioeconômica classificada

---

<sup>1</sup>No âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, o Estado de São Paulo divide-se administrativamente em 17 Departamentos Regionais de Saúde - DRS, conforme o Decreto DOE nº 51.433, de 28 de dezembro de 2006, os quais são responsáveis por coordenar as atividades da Secretaria de Estado da Saúde no âmbito regional e promover a articulação intersetorial, com os municípios e organismos da sociedade civil. (Disponível em <<http://www.saude.sp.gov.br/ses/institucional/departamentos-regionais-de-saude/regionais-de-saude>>, acessado em 19dez2011). O Caps-ad III em questão pertence ao DRS XIII – Ribeirão Preto e é referência para os municípios de Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Santa Rosa de Viterbo, Serra Azul, Luís Antônio, Cassia dos Coqueiros e Cajuru mais os municípios pactuados de Porto Ferreira e Descalvado, pertencentes ao DRS III – Araraquara. (Projeto Terapêutico CAPS-ad III do CAIS-SR, mimeo).

como média, os quais eram chamados pela equipe de “diferenciados”. O uso desse adjetivo, empregado usualmente nas equipes de saúde por que passei, denota duas coisas. A primeira delas é a concepção ainda presente no senso comum, embora totalmente contrária aos princípios legislativos nacionais, de que os serviços públicos são “para pobres” (MARTINS, et al., 2011); a segunda é que, muito embora a questão do uso ou abuso de drogas tenha ultrapassado as barreiras de classe social, os serviços públicos para tratamento ainda são mais acessados, de fato, por indivíduos pobres, parecendo ser “necessário” demarcar as exceções.

A proposta feita pela coordenação era de pensar ações que se adequassem mais ao perfil dos jovens, uma vez que se observava a baixa adesão às atividades, a inadequação destas às necessidades dos sujeitos, os conflitos entre eles e os usuários mais velhos e a dificuldades da equipe em lidar com as suas demandas específicas. Desafio aceito, iniciou-se para mim, naquela época, um caminho novo que, passo após passo, me trouxe a este momento em que escrevo esta dissertação.

O desafio de me aproximar de jovens em uso ou abuso de drogas tornou-se uma experiência inigualável, pontuada de dúvidas e incertezas, porém, estimulante e prazerosa, no sentido da descoberta de potencialidades de vida, de superação de preconceitos mediante a convivência com eles e suas histórias singulares.

Ao me referir a “desafio”, no que tange à proposição de ações direcionadas ao público jovem em uso ou abuso de drogas, não se trata apenas de uma questão de retórica, mas de uma série de dificuldades concretas, vivenciadas pelos serviços, pontuadas pela literatura especializada e não atendidas satisfatoriamente pelas políticas públicas (SCADUTTO e BARBIERI, 2009; MALFITANO, 2008; VICENTIN, 2006; ANDRETTA e OLIVEIRA, 2005). Pautadas em uma visão normativa e moralizante, tanto em relação às juventudes quanto em relação às drogas, as ações de atenção a essa equação têm se mostrado insuficientes para atender, ou sequer perceber, as várias nuances que compõem as experiências desses sujeitos, refletindo-se na baixa adesão deles às propostas terapêuticas.

No processo de conhecimento e reconhecimento desse território novo para mim, com poucas referências teóricas específicas para esse público que pudessem orientar as ações, tornou-se inevitável a experimentação, o questionamento das práticas, a correção da rota em pleno voo. Ser terapeuta ocupacional, apoiado nos aportes da

Reabilitação Psicossocial, da Saúde Pública e da Clínica Ampliada, compondo meu arcabouço teórico-prático-vivencial, permitiu que o voo não fosse totalmente às cegas; porém esses aportes ainda se mostravam insuficientes para me ajudar a compreender as experiências daquelas pessoas. Como chegaram até ali? Por quê? De que forma?

A perspectiva da saúde em relação às drogas, mesmo que se busquem referenciais mais ampliados, como as ações propostas pela abordagem via redução de danos, ainda mantém o foco sobre a patologia e o patológico, sobre o agravo à saúde e o tratamento. Porém será que todos os aspectos da vida são tratáveis? Será que a questão primordial em torno daqueles meninos e meninas é do âmbito da saúde? Será que existe cura para o “mal” de viver? A literatura tem apontado que as ações de saúde direcionadas ao público jovem em uso ou abuso de drogas, têm se mostrado insuficientes para fazer frente à questão, por não considerar as especificidades desses sujeitos, focando demasiadamente o “problema” (RAUPP e MILNITSKY-SAPIRO, 2009).

Tecendo essas reflexões, me vem à mente uma das muitas expressões que aprendi com os jovens que conheci e que utilizo para encabeçar o título desta dissertação: “Aí! Tá me tirando?!” Nas interações diárias com eles, sempre que se sentiam ultrajados, desrespeitados, desconsiderados em seus interesses, quer pelos colegas, quer pela equipe de trabalho, respondiam com essa expressão, para demonstrar que eles não eram bobos e que não admitiriam ser tratados como tais. Também aparecia nas conversações amenas entre eles e com o pessoal da equipe, a depender da entonação e do contexto, mas com o mesmo sentido. Também penso nessa expressão pelo seu lado mais literal, no sentido comum da palavra tirar: retirar, pôr de lado, excluir.

Sob esses dois pontos de vista, a expressão resume, para mim, o que expus logo acima, em relação aos jovens em uso ou abuso de drogas e as formas como são tratados, tanto do ponto de vista terapêutico quanto social. Trata-se de uma verdadeira “*tiração*”, tanto no sentido do desrespeito, ao se tentar fechar a questão apenas no uso ou não uso de drogas, sem olhar as demais nuances que compõem esse universo, quanto no sentido de colocá-los de lado, de retirá-los das discussões sobre essa e outras temáticas que lhes concernem diretamente e que se relacionam com as suas vidas.

Em meio a essa dupla “*tiração*” em que encontrei aqueles jovens, procurando me “colocar” na interação com eles, começo esse novo caminho, ainda dentro da saúde mental, mas sob perspectivas teóricas, metodológicas, dramáticas bastante diversas das que até então eu conhecia. Novos “professores” entram em cena e seus ensinamentos me levaram, em março de 2010, a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, PPGTO-UFSCar, dentro da linha de pesquisa “Redes Sociais e Vulnerabilidade”, sob orientação da Professora Doutora Ana Paula Serrata Malfitano.

Nessa mesma época, deixei o CAPS-ad III, processando uma mudança de olhar, passando a enxergar a questão do ponto de vista acadêmico, não mais técnico. Essa mudança de perspectiva, na medida em que permite um distanciamento (necessário e ao mesmo tempo relativo) da prática, favorece a apreensão do quadro maior, suscitando novos questionamentos, inclusive das posturas profissionais adotadas.

Dessa forma, durante as discussões no grupo de pesquisa, nas orientações com a Professora Ana Paula e nas trocas com os colegas de mestrado, foi-se apontando a necessidade de buscar novos aportes teóricos para a apreensão do objeto de estudo. Isso porque ficava evidente, a cada dia, que a atenção focada no “problema” droga não traria as respostas que eu buscava. Dados estatísticos, baseados em aspectos clínicos, comportamentais, epidemiológicos, não respondiam de que forma e por que as drogas aparecem na vida desses grupos de jovens. Assim sendo, no decorrer da caminhada, fui processando um afastamento progressivo do campo da saúde e uma aproximação com as ciências sociais, guiado pelas proposições da terapia ocupacional social, tal como se apresenta no contexto profissional brasileiro.

O ato de me “desprender” dos meus referenciais, relativizando-os, colocando-os em perspectiva, ao mesmo tempo em que buscava apreender novos conceitos, novas formas de olhar, não foi de todo tranquilo. Transformações também no âmbito pessoal, não só no acadêmico, foram acontecendo, permitindo que hoje eu possa considerar as questões que me coloquei, desde o início dessa caminhada, de uma forma mais compreensiva.

Assim, para abordar essa temática de uma forma que permita uma compreensão mais ampliada, para além das questões clínicas, epidemiológicas, legais, torna-se necessário “dar um passo atrás” na argumentação, invertendo a ordem da

pergunta (FELTRAN, 2011) para indagar não qual a melhor forma de tratar esses jovens em uso ou abuso de drogas - questão, sem dúvida, relevante - mas sim quais os contextos e arranjos sociais que permitem que esses jovens, pobres, moradores das periferias das cidades, estejam expostos às drogas e de que maneira essa exposição se dá em suas práticas cotidianas. Será que as drogas se constituem na questão mais relevante em suas trajetórias? Existem outras? Quais?

Tal compreensão demanda uma postura de proximidade, de horizontalidade entre pesquisador e pesquisados, de modo que se possa, de fato, numa relação de reciprocidade, aprender com e apreender as experiências cotidianas daqueles jovens, construindo com eles um entendimento sobre a temática do estudo. É nesse processo que ocorre a minha aproximação com a terapia ocupacional social e a busca de referenciais que pudessem me auxiliar a responder aos questionamentos acerca das múltiplas faces da vivência da juventude e seu atravessamento pela questão das drogas.

## **CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS EM DIÁLOGO**

### **1.1 TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL**

A delimitação do campo social como espaço de práticas em terapia ocupacional ocorreu a partir das discussões e questionamentos da conjuntura social, política e histórica do Brasil ao final da década de 1970 e início da década de 1980, disparadas pelos movimentos populares e de redemocratização do país (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a; GALHEIGO, 2003). Nesse processo, o mandato social do técnico como mantenedor da ordem social instituída passou a ser problematizado e um novo posicionamento começou a ser reivindicado (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a; GALHEIGO, 2003).

Dentro dessa mesma perspectiva, e ancorados nas proposições da psiquiatria democrática italiana, as concepções sobre saúde e doença, bem como o saber médico-psicológico quanto às formas reducionistas de compreender esses fenômenos, começaram a ser questionadas. Assim, a compreensão de que o adoecimento é um fenômeno que implica o sujeito e o grupo, sendo um evento tanto social quanto pessoal (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007b), exigia abordagens para além daquelas puramente biológicas e psicológicas deterministas, carecendo de novas metodologias que considerassem uma multiplicidade de fatores (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a).

Nas décadas de 1980 e 1990, após a redemocratização do país e com a adoção de políticas neoliberais pelos governos sucessivos, com a lógica do Estado mínimo, ocorreram transformações no mundo do trabalho ocasionando degradação das relações de trabalho e dos sistemas de proteção associados (GALHEIGO, 2003).

Conforme nos apresenta Robert Castel (2008) a partir do panorama francês, que também traz chaves de leitura para se compreender a situação global, a questão social deve ser compreendida por dois âmbitos: o trabalho e as relações sociais. Em decorrência da precarização das relações de trabalho e da crise da sociedade salarial, juntamente com o rompimento ou fragilização das relações sociais, o número de desfiliaados, entendidos pelo autor como sujeitos que não encontram nessas duas instâncias “estruturas portadoras de um sentido” (p. 356), tende a crescer e pôr em questão a própria manutenção do tecido social.

Na atenção a essas populações atingidas pelas conjunturas sociais é que parte da terapia ocupacional passou a focar sua atenção (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a; GALHEIGO, 2003). Para isso, uma importante revisão dos postulados da terapia ocupacional na área social foi empreendida, buscando em outras áreas, como a sociologia, a antropologia e a filosofia, os apoios teóricos para a produção de conhecimento frente às novas demandas existentes.

Essa busca culminou, nos anos 1990, no reconhecimento do campo social como área de intervenção em terapia ocupacional, no sentido de uma melhor delimitação e nomeação do mesmo, com o “desenlace da terapia ocupacional da área da saúde e, portanto, da mediação necessária entre saúde e doença” (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a, p. 351).

Logo, a prática em terapia ocupacional social caracteriza-se pela valorização da demanda e pela ênfase nas ações transdisciplinares, no entendimento ampliado da condição do sujeito em sociedade (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a; MALFITANO, 2005; GALHEIGO, 2003). Dessa forma, o foco das ações passa a não ser mais o indivíduo em sua singularidade, mas a coletividade e as relações nela estabelecidas (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a), bem como as experiências grupais, buscando a compreensão e a enunciação das regras que conformam essas relações.

A terapia ocupacional social, na medida em que busca uma atuação direta sobre o campo social (MALFITANO, 2005; GALHEIGO, 2003), procura compreender as interações que atuam sobre os sujeitos, determinando as variadas formas e intensidades de dissolução de vínculos, de vulnerabilização das redes sociais e precarização do trabalho (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a), de modo a empoderar os sujeitos e levá-los a se apropriarem de suas realidades, encontrando maneiras de transformá-la e tornarem-se corresponsáveis pelas mudanças sociais necessárias.

Segundo Malfitano (2005), as ações da terapia ocupacional no campo social visam à autonomia e cidadania dos sujeitos, por meio da intervenção em seu cotidiano, promovendo mudanças. Para tanto, segundo Galheigo (2003), é preciso compreender a complexidade das relações sociais a partir da leitura que os atores fazem

delas, identificando e reconhecendo suas experiências singulares, bem como as representações que fazem dessas experiências.

Barros, Lopes e Galheigo (2007a) ressaltam a necessidade da interação e da compreensão mútua entre técnico e sujeito para a efetivação da atuação, ambos conhecendo-se e reconhecendo-se em relação.

O campo social, tal como está sendo reconhecido a partir dos anos 90, apresenta características particulares que vêm ao encontro das relações sociais que se estabelecem na modernidade tardia, das peculiaridades da constituição da subjetividade e da complexidade das demandas sociais (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002, p. 350).

Por campo social entende-se

uma gama de intervenções, individuais e coletivas, direcionadas para a promoção do direito e da cidadania, e que buscam viabilizar aquilo que o sujeito deseja, necessita e/ou possibilitar a ampliação de vivências e repertórios socioculturais para a sua vida (MALFITANO, 2005, p. 4).

Segundo a autora, o campo social é constituído pela interação entre vários núcleos de saber, compondo um campo comum de atuação, ou seja, a promoção da autonomia e participação do sujeito. Essa gama de ações, na intersecção de saberes numa relação de horizontalidade, permite a consideração do sujeito como ser integral, ou seja, um ser histórico, social, biológico, relacional e espiritual, atuando no e sendo afetado pelo meio em que se insere.

Nessa perspectiva, os terapeutas ocupacionais passam a agir como atores políticos e sociais contribuindo para o equacionamento das questões ocasionadas pelas desigualdades, contradições sociais e confrontos culturais (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a).

O profissional se coloca também no papel de pensar políticas públicas, conhecer leis específicas referentes ao grupo populacional com quem se está intervindo, construir propostas, atuar no âmbito público com a necessidade de incorporar os aspectos políticos no cotidiano do trabalho (MALFITANO, 2005).

É preciso conhecer como as pessoas vivem, onde moram, como se constroem as relações familiares, os laços de amizade e os desejos. As condições de moradia revelam uma série de relações entre o conjunto da sociedade e grupos sociais específicos e influenciam, por outro lado, as estratégias pessoais e grupais de produção da autoestima (BARROS, ALMEIDA e VECCHIA, 2007, p. 133).

Assim, a ação no território<sup>2</sup> se faz condição *sine qua non* para a intervenção terapêutica ocupacional social, compreendida a partir das características, problemas e necessidades concretas da população com a qual se atua (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007b), no sentido de favorecer a produção de identidades, o acesso aos direitos e o exercício da cidadania.

Para tanto, faz-se imprescindível explicitar os mecanismos sociais empregados na conformação das realidades sociais, possibilitando aos sujeitos a conscientização desses mecanismos e a sua emancipação social e política. Dessa forma, segundo Barros, Lopes e Galheigo (2007b):

As propostas da terapia ocupacional vão na direção de criar espaços de acolhimento em que as atividades favoreçam a retomada de algum sentimento de potência e redescoberta de si, em um espaço de construção simbólica de expressão, de comunicação e produção do desejo (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007b, p. 362).

Nesse processo, é importante que o terapeuta ocupacional saiba dimensionar seu próprio saber e estabelecer um diálogo horizontalizado com a população com a qual intervém (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a), jamais perdendo de vista que sua intervenção é uma estratégia de ação que possibilite o caminhar entre o individual e o coletivo e entre o técnico e o político, fundada no papel do terapeuta como articulador social (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a).

O uso da atividade enquanto recurso e do processo grupal como forma prioritária de intervenção, por se entender que é no coletivo que as relações sociais se constroem, caracterizam a atuação nesse campo. Utilizada como meio de proporcionar a reflexão sobre as condições de vida dos grupos junto aos quais se atua, as atividades são propostas como facilitadoras da tomada de consciência por parte dos grupos populacionais, empregadas como meio de formação de vínculo, aproximação, intermediação que possibilitam a construção conjunta de novos projetos de vida.

As atividades não possuem significados fixos; formam-se constantemente múltiplos significados que se sobrepõem. Elas são expressões das identidades e participam de processos que formam identidades. Por serem um processo relacional, são também um processo político, e nesse processo, torna-se imperativo para o terapeuta ocupacional desenvolver atividades culturalmente pertinentes, pois se trata de compreender como as atividades mais valorizadas são percebidas na comunidade e como são articuladas aos

---

<sup>2</sup> Entendido como “um espaço delimitado geograficamente, construído historicamente e com relações socioeconômicas e culturais constantemente criadas e transformadas” (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007b, p. 355).

símbolos-chave que formam as identidades. (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a. p. 352).

Na perspectiva da terapia ocupacional social, as atividades passam a ser entendidas como processos de mediação entre os sujeitos e a comunidade, sendo inscritos no interior dos processos de vida, não podendo deles ser dissociados (BARROS, 2004; BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002) e, portanto, necessariamente contextualizadas à realidade da população em questão. Trata-se de um conceito inacabado, incorporando em si essa incompletude (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002), sendo construído no processo de interação com os sujeitos e constituindo-se como “instrumento para a emancipação alimentado pela dimensão sócio-política, cultural e afetiva de grupos e de comunidades” (BARROS, 2004, p. 95).

Desse modo, quando me refiro neste trabalho às atividades, o conceito perpassa toda a pesquisa, uma vez que o próprio processo de questionamento, de discussão e reflexão sobre realidades sociais, na interação com os sujeitos no seu território, aprendendo do seu cotidiano e, por outro lado, levando-os a cogitarem sobre esse cotidiano, se constitui em atividade no sentido exposto acima. Durante a interação, quer mediada por uma ação concreta, quer no processo mesmo de diálogo, de troca de saberes, os sujeitos envolvidos no processo (terapeuta ocupacional, sujeito, grupos, comunidade) reeditam e trazem para a discussão os conceitos, as interdições, os conhecimentos de senso comum que compõem suas bagagens culturais e, nessa confluência de experiências, constitui-se espaço para a experimentação, para a expressão, para a vivência de relações interpessoais e comunitárias transformadoras. Trata-se de se apropriar do instrumento de trabalho e de intervenção da terapia ocupacional como estratégia de pesquisa, na medida em que os princípios terapêuticos ocupacionais de compreensão da atividade possibilitaram, e possibilitam, a efetivação de pesquisas, escolhendo-se aqui as referências da terapia ocupacional social.

Ao embasar sua atuação na leitura do cotidiano e dos contextos em que se desenvolve, o terapeuta ocupacional poderá

auxiliar o sujeito, o grupo e a coletividade a compreender suas próprias necessidades e definir suas estratégias de lidar com os conflitos cotidianos, a ressignificar seu fazer e pensar sua ação no mundo, respeitando-se os diferentes momentos e possibilidades dos envolvidos (GALHEIGO, 2003, p. 44)

Fazer a opção por olhar determinada questão, ou problema, do ponto de vista do campo social significa assumir a complexidade inerente à condição do ser

humano enquanto inserido num contexto histórico e social, determinando-o e por ele sendo determinado.

A compreensão de uma dada realidade a partir do entendimento dos fatores que a determinam e que podem transformá-la permite um aprofundamento das abordagens a serem construídas conjuntamente pelos técnicos e pelos integrantes da comunidade, buscando a autonomização e o empoderamento dos sujeitos. Da mesma forma, tais aspectos permitem ao pesquisador a apreensão, compreensão e aproximação com determinadas realidades, ao mesmo tempo em que afeta aquele lugar, pela sua presença, seu olhar, sua ação.

Portanto, ao considerar o tema da pesquisa sob a perspectiva das interações e contextos sociais que vulnerabilizam grupos de jovens, em especial, jovens pobres, ampliam-se as possibilidades de entendimento e de ação, buscando uma perspectiva de articulação entre as esferas micro e macrossociais, ao invés de uma perspectiva individualizante.

## **1.2 CONCEITOS DE JUVENTUDE(S)**

Ao abordar, então, os grupos de jovens com os quais trabalhei, no âmbito ampliado que a terapia ocupacional social veio trazer à minha trajetória, torna-se necessário evidenciar de que juventude (ou juventudes) eu trato. As questões conceituais são de elevada importância no que tange à compreensão adequada sobre qual universo se aborda. Assim, exponho a seguir os conceitos a respeito de juventudes com os quais trabalhei.

Ao se referirem à parcela da população compreendida entre o final da infância e a entrada na “vida adulta”, as terminologias e classificações encontradas na literatura variam conforme as concepções sociais, políticas e ideológicas sobre as quais são construídas (ABRAMOVAY e ESTEVES, 2007; ABRAMO e LEÓN, 2005; LEÓN, 2005; CATANI e GILIOTI, 2004).

Segundo Abramo e León (2005), existe no Brasil o uso concomitante de duas terminologias para indicar esses grupos, *adolescência* e *juventude*, ora tidas como sinônimos, ora como complementares ou, ainda, vistas como traduzindo “disputas por distintas abordagens” (p.6). Segundo esses autores, há no país um predomínio no uso do termo *adolescência* nas discussões, calcado nas lutas pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes, formalizados com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

(ABRAMO e LEÓN, 2005), bem como a prevalência da concepção biológica dessa fase nos discursos de áreas como saúde e educação (CÉSAR, 2008; CACCIA-BAVA, 2004).

Assim sendo, o termo juventude aparece mais recentemente nos debates do setor, devendo o seu surgimento, como “nova categoria”, à constatação de que:

As respostas produzidas até então, sob a referência da defesa dos direitos das crianças e adolescentes (...) se mostraram insuficientes para dar conta das questões emergentes relativas aos processos (e dificuldades) de inserção e atuação no mundo social, vividos por aqueles que já têm mais de 18 anos, mas que se encontram ainda num momento diferenciado da fase adulta, exatamente por ainda estarem construindo seus espaços e modos de inserção (ABRAMO e LEÓN, 2005, p. 8).

León (2005) aponta que há uma superposição de conceitos, a depender do enfoque dado à temática. Partindo de uma concepção desenvolvimentista, enfatizando os processos maturacionais físicos, psicológicos ou emocionais da população, bem como os seus conflitos e crises próprios, o termo utilizado é adolescência. Essa é uma categorização mais linear, homogênea, entendendo o desenvolvimento humano como uma sequência de etapas, mais ou menos regulares e partilhadas pela maioria dos indivíduos (PAIS, 1990).

Por outro lado, vista como perspectiva geracional, categoria social historicamente construída (ABRAMO e LEÓN, 2005; LEÓN, 2005; CATANI e GILIOTI, 2004; PAIS, 1990) e, portanto, passível de modificar-se ao longo do tempo (PAIS, 1990), o termo mais frequentemente utilizado, em especial a partir do olhar das Ciências Sociais e Humanas, tem sido juventude (PAIS, 1990).

Contudo, aponta-se que há uma tendência em englobar os dois períodos na juventude, sendo que a adolescência faria referência à primeira fase (de 12 a 17 anos, conforme estabelece o ECA), enfocando principalmente as mudanças características dessa etapa do desenvolvimento, de preparação para a “vida adulta”; e juventude se referiria à fase posterior de construção de trajetórias de vida e entrada na vida social (LEÓN, 2005). No entanto, essa imprecisão e superposição dos termos levam “a ambiguidades que podem resultar em invisibilidades e desconsiderações de situações específicas” (LEÓN, 2005, p. 8).

Tal diversidade de olhares sobre esses grupos resulta em múltiplas propostas de delimitá-la ou classificá-la, seja por faixa etária<sup>3</sup>, aspectos psicológicos ou biológicos (maturidade/imaturidade), critérios socioeconômicos (renda, escolarização, casamento, paternidade, maternidade, ambiente rural ou urbano e independência econômica) ou estado de espírito, estilo de vida ou setor da cultura (CATANI e GILIOTI, 2004).

Essa multiplicidade de abordagens sobre um mesmo recorte populacional vem refletir a complexidade e a intensidade das questões sociais suscitadas por esta que tem sido a parcela da “população depositária tanto das esperanças de um futuro melhor, quando da responsabilidade pelos descaminhos da sociedade” (ADORNO, 2001, p. 9).

Em nome da clareza dos argumentos, destaco que, para esse trabalho, adoto o termo juventude para designar esses grupos, de modo a abrangê-los em sua diversidade e complexidade.

O conceito de juventude é fruto de uma construção social (ABRAMOVAY e ESTEVES, 2007; CATANI e GILIOTI, 2004, LEÓN, 2004; PAIS, 1990) e, como tal, sujeito a estereótipos, a momentos históricos específicos, definido a partir de múltiplas referências e determinado a partir de diferentes e diversificadas situações como gênero, classe, etnia, grupo (ABRAMOVAY e ESTEVES, 2007, p.21).

Entender a juventude sob esse ponto de vista reforça sua condição dinâmica e de permanente evolução/involução enquanto conceito (LEÓN, 2004, p.90), não sendo possível pensá-la como um contínuo temporal e a-histórico (REGUILLO, 2003, p.104).

A concepção contemporânea de juventude é uma invenção do período pós-guerra, que possibilitou o surgimento de uma nova geografia política em que os vencedores ascendiam a padrões mais altos de vida e impunham seus estilos e valores (REGUILLO, 2003). Nesse panorama, os avanços tecnológicos, reconfigurando a vida produtiva e simbólica das sociedades, o fortalecimento de uma indústria cultural voltada para os jovens e os valores a eles associados (PAIS, 1990), e os discursos legislativo e

---

<sup>3</sup> No Brasil, a normatização em vigência pela Política Nacional de Juventude estabelece a juventude na faixa entre 15 e 29 anos (NOVAES et al., 2006).

jurídico a respeito deles, constituem-se nos elementos que dão sentido e especificidade ao mundo juvenil, mais do que critérios fixos de idade (REGUILLO, 2003).

Não se visualiza, porém, uma construção teórica clara que problematize a realidade dos jovens e que integre um marco de análise e compreensão da juventude sob um olhar mais geral (LEÓN, 2004, p.91). León propõe que a categoria juventude seja articulada a partir de dois conceitos: o juvenil, remetendo ao processo psicossocial de construção da identidade, e o cotidiano, referindo-se ao “contexto de relações e práticas sociais nas quais tal processo se realiza com ancoragem em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos” (LEÓN, 2004, p. 92, tradução livre).

Nessa mesma perspectiva, tem-se falado da existência de duas formas de se considerar a experiência juvenil: a condição juvenil e a situação social do jovem (AQUINO, 2009; LEÓN, 2004). A primeira, enquanto categoria sociológica e antropológica refere-se aos valores e à cultura particular dos sujeitos jovens (LEÓN, 2004). A segunda, mais singular, remete às maneiras como os sujeitos experienciam sua condição de jovens num determinado espaço e tempo (LEÓN, 2004).

Dessa forma, existem diferentes maneiras de se vivenciar a juventude a depender do contexto social, histórico, econômico, político; do gênero, classe social, etnia, local de residência (rural ou urbana, no centro ou na periferia), etc. Ainda que se possa delimitar de certa forma a condição juvenil, a situação de ser jovem requer a pluralização (LEÓN, 2004) nos discursos e ações, para que não se corra o risco da geração de “pontos cegos” ao se abordar esse universo. Assim, a temática do jovem e das juventudes, com todos os seus dilemas, tem aparecido nos últimos anos como uma “questão social” a ser atendida pelas políticas públicas. Conforme definida por Robert Castel (2008), questão social é aqui entendida como:

uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (...) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (2008, p.30).

Nessa perspectiva a juventude vem sendo tratada, no âmbito das políticas públicas, a partir de duas abordagens, a saber: pela via dos problemas ou como fase transitória da vida (AQUINO, 2009). Segundo a autora, é sintomático que, concomitantemente à consolidação da juventude como categoria sociológica, tenha se desenvolvido e se firmado uma vinculação quase direta entre juventude e questões da

desordem social, impondo o jovem como alvo prioritário das ações de controle social tutelar e repressivo (AQUINO, 2009, p. 25).

Novaes (2009) fala na existência de duas juventudes (p. 15), referindo-se a uma distinção clara entre as juventudes pobres, preparadas para o trabalho, vistas como geradoras de problemas e frequentemente associadas à violência e ao ócio (LOPES, SILVA e MALFITANO, 2006), às quais, muitas vezes, se nega a própria condição de jovens, daquelas provenientes das classes mais favorecidas economicamente, preparadas para a vida adulta por meio da educação, inseridas num período mais ou menos largo de preparação para a vida adulta, chamado de moratória social (AQUINO, 2009). Essa condição de moratória social da juventude não é, portanto, igualmente conferida às juventudes pobres, das quais se espera a inserção mais breve no mercado de trabalho, caracterizada por uma educação de menor qualidade, “concebendo esse jovem como mão-de-obra a ser minimamente qualificada” (LOPES, SILVA e MALFITANO, 2006, p. 122).

Cria-se, então, um “discurso esquizofrênico” (REGUILLO, 2003) em torno da juventude, que tem gerado uma série de incertezas e contribuído para o aumento das vulnerabilidades a que estão sujeitos, pois se exigem dos jovens certos comportamentos sociais, culturais e políticos, mas não existem condições reais de inserção econômica (REGUILLO, 2003, p. 105).

Sob essa perspectiva, o que se tem é que a situação dos jovens em nossa sociedade, em especial aqueles provenientes das camadas populares, tem assumido um discurso de grupo de risco, como um desafio à integridade do tecido social. Refiro-me aqui aos grupos de jovens das camadas populares de maneira especial, porque é sobre eles que recai, com mão mais pesada, esse risco de fratura social. Muito embora a condição juvenil seja produtora de vulnerabilidades mais ou menos intensas a todos os grupos de jovens, a situação social dos grupos de jovens pobres, pela precariedade das ações a eles destinadas, pela defasagem de acesso aos e exercício dos seus direitos civis e sociais, assim como pelas construções sociais negativas que se lhes impõem, os coloca em maior desvantagem social em relação aos demais grupos, tornando-os alvos prioritários das ações públicas as quais, segundo Belluzzo e Victorino (2004), “não raramente tem levado a opinião pública a proceder à equivocada transferência do

problema ao público-alvo das ações, rotulando e estigmatizando os segmentos assistidos” (p.13)

Se, por um lado, são cobrados como o “futuro da nação” (CATANI e GILIOTI, 2004), ao mesmo tempo, dentro da lógica da crise da sociedade salarial e do aumento das zonas de vulnerabilidade devido à precarização social (CASTEL, 2008), são impedidos do acesso a bens culturais e materiais, ao trabalho e à educação de qualidade, gerando uma enorme massa de desfiliaados, condição definida como dupla fragilidade social pela dissolução ou fragilidade das relações sociais e com o trabalho (CASTEL, 2008), com todas as problemáticas decorrentes dessa condição.

Dentro do panorama contemporâneo, jovens residentes em áreas periféricas das cidades, considerados, pelas políticas públicas, como “problema”, ao invés da perspectiva de suas reais necessidades e potencialidades, acabam encontrando filiação e pertencimento em outras estruturas sociais ditas marginais (ou marginalizadas), desenvolvendo sociabilidades e formas de produção e reprodução de vida, que reforçam um imaginário social que lhes atribui uma visão negativa, como aquela que os associa quase que naturalmente ao uso de drogas.

Se acrescentarmos o fenômeno da drogadição à discussão sobre a categoria juventude, a carga que recai sobre os jovens pobres aumenta consideravelmente, uma vez que a associação entre os elementos pobreza e drogas aparece quase como “natural” no imaginário social, muito embora a problemática das drogas de há muito ultrapasse as barreiras de classes sociais. Em resposta a tais questões, a sociedade tem agido através de suas instituições, mormente por meio da saúde, com a tendência a medicalizar os objetos de suas intervenções nas mais diferentes áreas de interface entre a saúde e o social (TESSER e BARROS, 2008; CÉSAR, 2008; TESSER, 2006; FIORE, 2005).

O Ministério da Saúde, em documento no qual institui a Política Nacional para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, assume a questão da drogadição como problema de saúde pública e toma para si as ações institucionais e da sociedade civil a respeito da questão (BRASIL, 2004). Quanto à oferta de atendimento, o documento estabelece uma consonância com a Política de Saúde Mental vigente, regulamentada e respaldada na Lei 10.216, de 06/04/2001 (BRASIL, 2004), baseada nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), articulados à rede assistencial em

saúde mental e ao restante da rede de saúde, atuando sob a lógica do território e procurando considerar as necessidades e demandas específicas da clientela (BRASIL, 2004).

Entretanto, faz-se necessário discutir, para além da composição de uma rede de atendimento, os elementos que circundam a questão e sua complexidade social, no envolvimento de aspectos da vida cotidiana de tais grupos. Nessa direção, estudos têm apontado que os serviços de saúde não têm ofertado atendimento adequado ao jovem ou não estão preparados para atendê-los adequadamente (MALFITANO, 2008; SCADUTTO e BARBIERI, 2009; VICENTIN, 2006). Segundo Vicentin (2006), existe a necessidade de criar âmbitos específicos de planificação e discussão para eles, de modo a garantir e respeitar suas especificidades. Afirma, ainda, que, no âmbito da Reforma Psiquiátrica, diretrizes e estratégias de atenção elaboradas de acordo com uma visão mais geral do tema acabam dificultando que suas demandas singulares sejam devidamente consideradas (VICENTIN, 2006). Para Malfitano (2008), os CAPS no país não contemplam ainda a questão da juventude de uma forma diferenciada, não levando em consideração suas especificidades.

A literatura tem apontado que, em relação a jovens que fazem uso ou abuso de drogas, o índice de adesão aos tratamentos oferecidos é mais baixo que aquele entre os usuários em geral (SCADUTTO e BARBIERI, 2009; ANDRETTA e OLIVEIRA, 2005) e que tal fato pode ser explicado devido aos fatores ligados à própria dinâmica juvenil, uma vez que poucos buscam ajuda por conta própria e dificilmente relacionam seus problemas ao uso de substâncias (ANDRETTA e OLIVEIRA, 2005), bem como à inadequação e ao despreparo dos serviços para atender a esses grupos especificamente (SCADUTTO e BARBIERI, 2009). Acrescentaria à questão o fato de haver uma superficial reflexão acerca da dinâmica do uso de drogas entre grupos de jovens, partindo da tentativa de explicações apenas contextualizadas à esfera clínica que, embora necessária, distancia-se das múltiplas vertentes sociais que acompanham o uso de drogas por jovens contemporaneamente.

O predomínio do “modelo de doença” nos tratamentos desenvolvidos pode levar a uma ênfase excessiva na questão da dependência em detrimento das “motivações inconscientes dos sujeitos, assim como o papel do meio social na instalação das dependências” (RAUP e MILNITSKY-SAPIRO, 2009 p.454). Vicentin

(2006) aponta ainda que o foco da atenção oferecida recai fortemente na visão do jovem como “problema social”, culpabilizando-o pelas demandas sociais que incidem sobre ele próprio.

Lopes et al. (2008) reforçam, em contraposição à visão dominante, a necessidade de se trabalhar no sentido de promover a autonomia e o acesso à escolha e aos direitos, colocando os jovens como atores de suas próprias vidas. Na mesma direção, Malfitano (2005) aponta que para oferecer respostas a problemáticas sociais contemporâneas, como o fenômeno das drogas, não bastam os recursos da clínica, bem como não são suficientes a produção de dados epidemiológicos. É necessário lançar mão de novas tecnologias sociais<sup>4</sup> que sejam capazes de abarcar a temática de forma ampliada, em toda sua complexidade, incluindo o desenvolvimento de tecnologias sociais que propiciem a escuta da população-alvo acerca de si mesma e sua relação com as drogas.

### 1.3 ETNOMETODOLOGIA

Na composição de referências que auxiliassem a compreensão do fenômeno escolhido, lançou-se mão de outra chave de leitura que possibilitasse a apreensão de que forma as ações cotidianas são construídas pelos sujeitos. Assim, busquei apoio nas proposições da etnometodologia que, segundo Coulon (1995), “analisa as crenças e os comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de **todo comportamento socialmente organizado**” (p. 30, destaque no original).

A etnometodologia, corrente da sociologia americana, proposta por Harold Garfinkel na década de 1960, representou, segundo Coulon (1995), uma ruptura radical com os modos de pensamento da sociologia tradicional, a qual via nas instituições sociais o quadro já pronto e fixo de nossas práticas, ao passo que “a etnometodologia insiste sobre o instituinte ordinário operando na vida cotidiana, sobre o trabalho de instituição no dia-a-dia” (COULON, 1995, p.52).

Dessa forma, a principal contribuição da etnometodologia está em considerar que os fatos sociais são constantemente construídos e significados pelos

---

<sup>4</sup> “Tecnologia social são técnicas e metodologias transformadoras desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social” (Rede de Tecnologia Social, citado por CACCIA-BAVA, 2004, p. 106).

membros de uma dada coletividade, por meio do que Garfinkel (2006) denominou de etnométodos, ou seja, o conjunto de conhecimentos, processos, regras de comportamento que empregam esses membros para tornar compreensíveis e explicáveis, para si e para os outros, a realidade em que vivem (GARFINKEL, 2006; COULON, 1995). O estudo dos etnométodos permite a compreensão e a descrição não da realidade social concreta, mas sim das maneiras como os membros reconstituem e atualizam permanentemente esta ordem social (GARFINKEL, 2006; COULON, 1995).

Dessa forma, as ações práticas de uma coletividade são reconhecidas e repetidas por todos, no contexto em que acontecem, determinando e sendo determinadas pelo contexto por meio da interação. De posse desse conhecimento, que conduz as ações cotidianas, os membros, ao realizarem tais ações, têm a certeza racional de que fizeram o que devia ser feito, e encontram nesse conhecimento a explicação do que e por que o fizeram (GARFINKEL, 2006; COULON, 1995).

Segundo Coulon, “dizer que os atores de um fato social, por ocasião de suas interações, ‘definem a situação’, significa que definem sempre em sua vida cotidiana as instituições em que vivem” (1995, p. 19). Isso implica em dizer que o fato social, a realidade ou as realidades sociais, não são objetos estáveis, mas produzidos continuamente por meio da interação entre os sujeitos, na experiência cotidiana (GARFINKEL, 2006; COULON, 1995).

Porém, assumir essa perspectiva da construção cotidiana das realidades sociais por meio da interação entre os membros, não quer significar que eles reflitam sobre suas práticas corriqueiras, no sentido de lhes pensar o valor. Partem, ao contrário, do pressuposto que todos os membros as conhecem e praticam da mesma forma, e as aceitam assim (GARFINKEL, 2006).

Então, a etnometodologia tem por principais tarefas: a) assumir que as ações práticas sejam problemáticas de formas não percebidas até agora; b) o como são problemáticas; c) como fazê-las acessíveis ao estudo; e d) o que podemos aprender com elas. Os pontos-chave da etnometodologia são: prática e realização; indicialidade; reflexividade; *accountability* e noção de membro.

O conceito inicial de prática e realização se refere à constatação de que o fato social não é uma realidade estável, mas resultado da contínua atividade dos

homens, em interação, no sentido de produzir e definir as instituições em que vivem (COULON, 1995).

Adaptado da linguística, o termo indicialidade refere-se ao fato de que palavras, ações, gestos, comportamentos, embora tenham um sentido geral, independente da situação, têm também um significado distinto em toda situação particular em que são usadas. Portanto, toda forma simbólica de manifestação dos sujeitos traz em si uma “margem de incompletude” (COULON, 1995, p.34) que só pode ser desfeita através da interação e do domínio da linguagem natural pelos membros da coletividade.

A reflexividade das ações cotidianas designa a propriedade dessas ações que, ao mesmo tempo em que descrevem um quadro social, também o produzem, tornando-o descritível e observável.

Em resumo, nem o sentido reconhecível, nem os fatos, nem o caráter metódico, nem a impessoalidade, nem a objetividade das explicações que se dão, são independentes das ocasiões socialmente organizadas de seu uso (GARFINKEL, 2006, p.12, tradução livre).

*Accountability*<sup>5</sup> é a propriedade de as situações cotidianas tornarem visível para todos os efeitos práticos, o mundo cotidiano. Segundo Coulon, “dizer que o mundo social é *accountable* significa que ele é algo disponível, isto é, descritível, inteligível, relatável, analisável” (COULON, 1995, p. 45).

É recomendável a política de que qualquer cenário social seja visto como auto-organizador, com respeito ao caráter inteligível de suas próprias manifestações como representações ou como evidências-de-ordem. Qualquer cenário organiza suas atividades para fazer de suas propriedades um ambiente organizado de atividades práticas, detectável, contável, informável, narrável, analisável – em resumo, **explicável** (GARFINKEL, 2006, p.44, grifo no original; tradução livre).

A noção de membro adotada na etnometodologia não se refere à simples pertença a um grupo social, mas ao domínio da linguagem natural daquele grupo. Um membro, portanto, não se constitui somente pelo fato de conviver num determinado contexto, mas sim através do domínio de um conjunto de modos de agir que lhe permitem dar sentido ao mundo que o cerca (COULON, 1995, p. 48). Assim, dominar a linguagem natural significa “saber o que todo mundo sabe”.

---

<sup>5</sup> Preferi manter o termo original em inglês por não haver uma palavra específica em português que o traduza adequadamente.

Uma vez ligados à coletividade, os membros não têm necessidade de se interrogar sobre o que fazem. Conhecem as regras implícitas de seus comportamentos e aceitam as rotinas inscritas nas práticas sociais. Com isso, não se é estranho à própria cultura e, ao invés, os comportamentos e as perguntas de um estranho podem nos parecer estranhos (COULON, 1995, p.48).

Segundo essa proposição, nas atividades corriqueiras, os membros de uma coletividade produzem e reproduzem as regras de conduta aceitas para a convivência naquele grupo e, à medida que realizam suas ações, reafirmam aquela realidade, explicando-a para si mesmos e para os demais membros. Porém os membros de uma coletividade nem sempre refletem sobre suas práticas, no sentido de questioná-las. Isso tornaria impossível a reprodução das atividades práticas a que se entregam (COULON, 1995, p.41). O que fazem é reafirmar a realidade em que vivem, explicando-a para si mesmo e para os outros.

Na medida em que busquei considerar quais os arranjos e contextos sociais que colocam jovens pobres, moradores das periferias das cidades em maior exposição à temática das drogas e compreender, a partir de suas próprias experiências e percepções, de que forma essa temática se insere em suas vivências cotidianas, foi necessário construir um arcabouço teórico que me permitisse uma leitura ampliada da questão.

Nesse sentido, as proposições da terapia ocupacional social, na medida em que consideram as demandas dos sujeitos como sendo socialmente construídas, e que esse sujeito não pode ser considerado à parte de seu contexto social, auxiliaram-me nessa aproximação com o universo desses jovens, oferecendo instrumentos para uma leitura contextualizada de suas realidades, bem como das percepções dos próprios sujeitos a respeito das questões que lhes concernem mais diretamente. Nesse processo, tornou-se necessário discutir as concepções acerca das juventudes no contexto brasileiro, as definições e indefinições a respeito desses grupos e as construções sociais em torno deles, de maneira especial, no que concerne às juventudes pobres. Tais aspectos acerca desses grupos irão determinar as ações a eles direcionadas, a proposição de políticas públicas e as formas de tratamento oferecidas pela sociedade.

A partir dessa aproximação, adentrando o território geográfico e relacional desses jovens, apropriando-me das construções sociais a respeito deles e do peso de tais construções em suas experiências cotidianas, busquei a compreensão de como as realidades desses jovens são construídas e significadas por eles, no processo de

interação. Nesse sentido, as proposições da etnometodologia, ao estudar as formas como os sujeitos produzem e reproduzem suas realidades sociais no processo cotidiano de interação, ofereceram-me uma chave de leitura complementar para o entendimento dessas interações, possibilitando ampliar a visão acerca desse universo.

Desta forma, a composição teórica construída por meio do diálogo desses três referenciais possibilitou uma compreensão mais apurada da temática desta pesquisa.

## **CAPÍTULO 2 - OLHOS DE VER, OUVIDOS DE OUVIR – PERCURSOS METODOLÓGICOS**

Definidas as questões de pesquisa e apoiado nos aportes teóricos que me ajudariam a empreender essa tarefa, parti para as escolhas metodológicas mais adequadas para acessar o objeto do estudo. Uma vez que é sobre os grupos de jovens pobres que o “problema” das drogas é apresentado socialmente de maneira mais visível e repressora (LOPES et al., 2008; SANCHEZ, OLIVEIRA e NAPPO, 2004), interessava apreender a questão a partir da vivência cotidiana desses jovens, porém não partindo de um lugar específico de tratamento ou de reeducação, mas sim a partir de um local dedicado à juventude, onde pudessem conviver e partilhar experiências entre jovens envolvidos ou não com o uso e/ou venda de drogas.

A decisão de não acessar os jovens a partir dos serviços de tratamento, principalmente os CAPS-ad, nem os que se encontravam em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto ou em privação da liberdade, teve por principal objetivo não partir do “rótulo”, quer do diagnóstico, quer do número do artigo do Código Penal, vinculado a eles. Optou-se por evitar tais pré-julgamentos e consequentes vieses daí advindos para esta pesquisa.

Assim, decidimos, eu e minha orientadora, por empreender o campo de investigação junto aos jovens frequentadores do Centro da Juventude “Elaine Viviani” (CJ), na periferia da cidade de São Carlos, interior do Estado de São Paulo, após ter sido submetido o anteprojeto à Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude (ANEXO 2) e à coordenação do Centro da Juventude “Elaine Viviani” (ANEXO 3) e obtido a autorização de ambos para realização da pesquisa de campo. Sabemos que tal opção também assinala um viés e limites para a realização da pesquisa, na medida em que se vincula a um outro ambiente institucional, com limites e possibilidades. Entretanto, na escolha pela compreensão da temática através da escuta daqueles jovens sobre a vivência e a convivência com a droga, elegeu-se esse espaço como facilitador para viabilizar a pesquisa.

Tal escolha foi também reforçada pelo trabalho realizado no local pelo Projeto METUIA<sup>6</sup>, Núcleo UFSCar, na área da terapia ocupacional social, desde 2005. Naquele local, são realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária em parceria com o equipamento social. Minha inserção nesse trabalho foi de fundamental importância para a realização da pesquisa, de modo que não seria possível empreender a investigação, dentro dos tempos de um mestrado, se não contasse com a estrutura de referência construída entre as professoras e os estagiários do Projeto METUIA e a comunidade, ao longo desses anos. Essa referência se traduziu, no decorrer do trabalho, na transferência de vínculo em relação a mim, funcionando como que uma chancela, algo que me permitiu ser aceito pelos jovens no seu território. Na medida em que se optou pela aproximação e apreensão do universo juvenil, a relação de confiança era um elemento fundamental para a vinculação e possibilidade real de “chegada” naquele território. Assim, lançar mão de construções prévias, utilizadas abertamente para a minha presença ali, foram fundamentais para a construção do trabalho.

Escolhido o campo de pesquisa e estabelecido o universo de sujeitos que se pretendia abordar, cabia traçar as estratégias metodológicas que permitissem realizar o intento.

Assim, na tentativa de apreensão desse universo, recorri a três fontes de registro e obtenção de dados, quais sejam: a observação participante, realizada no período de oito meses, semanalmente, por um período de quatro horas, no Centro da Juventude “Elaine Viviani”, a partir das oficinas do Projeto METUIA<sup>7</sup>, complementadas pelas incursões pelo bairro, a fim de conhecer o território; entrevistas semidirigidas com nove jovens frequentadores do Centro da Juventude; Oficinas de Atividades, realizadas com os jovens participantes da pesquisa, nas quais foram tratados temas como identidade, cotidiano e drogas.

---

<sup>6</sup> O Projeto METUIA tem se dedicado à realização de estudos e pesquisas, à formação de estudantes de graduação e pós-graduação e à implementação de intervenções no campo social que busquem a inovação por meio da criação de novas metodologias participativas, assim como a discussão sobre o papel social dos técnicos, em especial do terapeuta ocupacional, dedicando-se ao enfrentamento das problemáticas contemporâneas da sociedade brasileira. É formado por professores, estudantes e técnicos da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade de São Paulo (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2002).

<sup>7</sup> O Núcleo UFSCar do Projeto METUIA realiza atividades semanais voltadas para os jovens do Centro da Juventude “Elaine Viviani” como ações de ensino, pesquisa e extensão, sendo que nossa inserção no campo de pesquisa se deu por meio do acompanhamento dessas atividades.

A observação participante, segundo Flick (2004), tem como principais aspectos o fato de o pesquisador “mergulhar de cabeça no campo” (p. 152), e tanto observar de uma perspectiva de participante, quanto influenciar o que é observado graças à sua interação no local. O autor ressalta as vantagens desse método de investigação, afirmando que o mesmo traz uma solução para o dilema entre a participação crescente no campo e a manutenção de uma distância deste, equacionando a disputa entre mera compreensão e sua redução a conceitos estritamente científicos e verificáveis. Ao favorecer ao pesquisador maior tempo em contato com as pessoas e contextos que observa é possível desenvolver a pesquisa como um processo que se ajusta em conformidade com as manifestações do próprio campo, permitindo ao pesquisador maior flexibilidade e apropriabilidade metodológicas na condução da mesma (FLICK, 2004).

Porém, como todo método científico, a observação participante tem suas limitações. Com efeito, segundo Flick (2004), nem todos os fenômenos de um campo de estudo podem ser observados, de modo que a observação participante em si não favorece a captura de processos biográficos e de eventos que ocorram raramente. Daí a importância de se somar à observação as entrevistas com os participantes, de modo a apreender aspectos da realidade que poderão ser acessíveis a partir dos relatos verbais dos sujeitos. De tal forma o conhecimento do pesquisador baseia-se apenas em parte na observação das ações, necessitando ser complementado por outras fontes de dados (FLICK, 2004, p. 158).

Ao longo da interação junto aos sujeitos da pesquisa, fui compondo registros diários dos eventos, atividades, ações observadas, de modo que a análise desse material se configurou como suporte para a compreensão do contexto que me dispus a analisar. Os registros eram sistemáticos, realizados após o término das atividades do dia, de modo a não perder as impressões coletadas. Nesses diários, além dos fenômenos observados, anotava também minhas impressões e reflexões, uma vez que, na interação com os jovens sujeitos da pesquisa, afetava e era afetado nesse entrelaçamento de experiências, de vivências cotidianas por vezes tão díspares.

Como forma de complementar a coleta de informações advindas da observação participante, registrada nos diários de campo, realizei entrevistas

semidirigidas com nove jovens frequentadores do Centro da Juventude, a fim de recolher suas impressões a respeito das questões que me motivavam.

O roteiro de entrevistas (ANEXO 4), aplicado não de forma sequencial, mas como um norteador dos assuntos abordados, foi composto com base nas questões levantadas pela revisão bibliográfica realizada sobre a temática juventudes pobres e drogas, e procurou abarcar as questões inerentes ao ser jovem na periferia, o cotidiano desses grupos de jovens, a forma como as drogas aparecem no dia-a-dia deles e a sua percepção sobre o fenômeno.

Para que pudesse acessar os sujeitos, utilizei a estratégia de identificar informantes-chave que pudessem favorecer o contato com eles. Compreendo informantes-chave como aquelas pessoas que possuem um conhecimento singular do contexto em estudo e que, por esse saber, são facilitadores para a inserção do pesquisador naquele território e para a compreensão do campo. Nesse percurso, meus primeiros contatos foram com as professoras e as (os) estagiárias (os) do Projeto METUIA, que me apresentaram aos jovens participantes das oficinas, bem como me indicaram os que estariam mais abertos à comunicação, mais predispostos a participarem das atividades que iríamos empreender. Ao longo do trabalho essa referência também foi de suma importância no sentido de oferecer e complementar informações a respeito dos sujeitos da pesquisa, facilitando a compreensão de alguns aspectos que não puderam ser esclarecidos de outra forma.

Outra fonte importante de contatos e informações se configurou por meio da equipe do Centro da Juventude, professores, funcionários e, em especial, sua coordenadora, que me favoreceu a aproximação com os jovens e o seu território.

Um jovem, Daniel<sup>8</sup>, do qual me aproximei logo de início, durante as primeiras oficinas que participei, e que tinha um conhecimento bastante interessante do bairro e das relações cotidianas estabelecidas na comunidade, foi meu principal informante nesse processo. Inteligente, observador e bastante perspicaz, era dotado de uma percepção acurada do dia-a-dia da população residente na região do CJ. Comunicativo, mantinha boas relações com a comunidade como um todo. Esse

---

<sup>8</sup> Para preservar o anonimato dos sujeitos da pesquisa, seus nomes foram substituídos por nomes fictícios, bem como omitidos alguns dados que pudessem identificá-los mais facilmente.

conhecimento e perspicácia foram extremamente importantes para que se pudessem acessar conteúdos e significados da vida cotidiana dos jovens estudados.

A partir dos informantes-chave fui identificando os jovens que se enquadravam no perfil que pretendia abordar, tendo como fatores de inclusão a faixa etária entre 15 e 29<sup>9</sup> anos, ambos os sexos, frequentarem as atividades do CJ e estarem de acordo em participar da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 1), após terem recebido as informações quanto os objetivos da mesma e assegurado a eles a escolha em participar ou não.

Assim, as entrevistas eram precedidas de um contato inicial com os jovens a fim de expor os objetivos e os propósitos da pesquisa e realizar o convite à participação, atentando para os princípios éticos para com os sujeitos da pesquisa (FONSECA, 2010). Obtendo a concordância do jovem em participar, nos dirigíamos a uma sala no próprio Centro da Juventude. As entrevistas variaram entre 20 e 30 minutos de duração e foram registradas em meio digital, mediante concordância do entrevistado, sendo depois transcritas na íntegra. No total, das nove entrevistas realizadas, foram transcritas 72 páginas. Os tempos das entrevistas foram contados desde o contato inicial até os comentários após o gravador ter sido desligado.

Após o término da entrevista, pedia ao entrevistado a indicação de outro jovem a quem eu pudesse fazer o convite a participar da pesquisa. Nem todos os entrevistados indicaram outros jovens, alegando não conhecer ou preferir não se envolver, numa reprodução do que pude observar ser a tônica da comunidade quando se trata do tema drogas. “É melhor nem falar muito sobre isso”, me disse um dos entrevistados.

Dos que foram indicados, nem todos aceitaram participar, reforçando o mesmo motivo. Essa situação evidenciou-se na abordagem dos jovens quando eu expunha os objetivos da pesquisa. De início, eram receptivos à abordagem, por já me conhecerem e pela referência com o Projeto METUIA. Porém, ao colocar minha intenção de compreender como o fenômeno das drogas aparece no seu cotidiano, ouvia

---

<sup>9</sup> Esta classificação é adotada aqui por ser a faixa etária atendida pelo CJ, ainda que se compreenda que, na perspectiva dos jovens estudados, o marco entre a juventude e a vida adulta seja os 18 anos.

com frequência: “É embaçado!”, referência à delicadeza do tema, difícil e arriscado de se falar.

Faltava-me a essencial confiança da parte dos jovens para se exporem em relação à temática. Tal confiança só é adquirida numa convivência prolongada, fator que a característica de ser esta uma pesquisa de mestrado não me favorecia. Esbarra-se aqui no limite da pesquisa, uma vez que o número de entrevistas obtidas (nove) não é estatisticamente representativo, nem quando comparado ao percentual de jovens usuários do equipamento social em que se realizou a pesquisa. Sem a intenção de atingir amostragens estatísticas, assinala-se que a profundidade no tempo em campo poderia contribuir para um aprofundamento em termos do conteúdo abordado nas entrevistas por aqueles jovens, assim como no contato com outros que pudessem nos possibilitar mais outros discursos sobre o tema. Contudo, dentro dos limites estabelecidos, os nove jovens trouxeram conteúdos que possibilitaram a aproximação com a temática, enfocando os dramas cotidianos expressos em suas falas e nas interações que tive com eles, me permitindo uma aproximação com o universo de um grupo de jovens pobres e a forma ou as formas com que a questão das drogas, e outras questões relevantes para eles e não consideradas pelos serviços de saúde, se apresentam em suas vidas. Fica evidente a impossibilidade de generalizações para todo o universo de jovens pobres, porém, esses nove jovens possibilitaram uma leitura da questão por um ângulo diferente, suscitando discussões acerca de qual é, ou quais são os verdadeiros pontos que requerem atenção em relação a esses grupos.

Um fato bastante relevante entre os colaboradores desse trabalho, e que merece ser melhor investigado, está na presença de apenas duas jovens do sexo feminino entre os jovens entrevistados, acessadas mediante a intervenção da terapeuta ocupacional responsável pelo trabalho com elas no CJ. A participação, em geral, das jovens nas atividades do CJ é limitada, sendo acessadas na maioria por meninas de até 12 anos. Essa condição motivou intervenções específicas do Projeto METUIA, no sentido de promover o acesso das adolescentes e das jovens ao uso público daquele equipamento social.

Para esta pesquisa foram realizados contatos diretos com outras jovens e agendadas entrevistas, com data e horário conforme a disponibilidade das mesmas, porém, não houve comparecimento. Algumas hipóteses foram levantadas pela

responsável pelas atividades com as jovens, porém carecem de investigação que foge ao escopo deste trabalho e que se encontram sendo aprofundadas em outras pesquisas pelo Laboratório METUIA naquele território. O fato é que as jovens não puderam ser acessadas de maneira mais ampla, trazendo limitações para o estudo quanto à abrangência de discussão com a população juvenil local.

Outra forma de limitação reside na impossibilidade, nas estratégias utilizadas neste estudo, de acessar os jovens envolvidos diretamente no tráfico de drogas na região. Essa impossibilidade se refletia na negativa deles em conversar comigo a respeito do assunto, deixando claro o risco e a interdição de mencionar o tema. A fim de não expor os jovens e nem me expor a tais riscos, eles figuram nesta pesquisa apenas a partir das observações realizadas e das informações obtidas pela inserção do Projeto METUIA naquele local.

A fim de obter uma perspectiva mais abrangente da temática em questão, utilizei como recurso metodológico de coleta de dados a realização de Oficinas de Atividades, compreendidas como espaços de experimentação, aprendizagem e expressão livre, nas quais os participantes são percebidos como seres ativos no processo de construção de si mesmos, possibilitando a vivência de experiências democráticas e igualitárias na interação com outros sujeitos (SILVA, 2007a).

Nessas Oficinas, o objetivo foi possibilitar um espaço para a expressão livre de temáticas pertinentes ao contexto social em que se inserem, utilizando-se, para isso, o recurso das atividades lúdicas, artísticas, midiáticas, sempre referidas e locadas em uma coletividade cultural (SILVA, 2007b).

A escolha desse recurso para a coleta de dados veio ao encontro da necessidade que sentia de incorporar, na discussão da temática, a perspectiva da Terapia Ocupacional, minha formação de base. As atividades se constituem no elemento centralizador das práticas terapêuticas ocupacionais, justamente pelo caráter organizador e estruturador da vida cotidiana desempenhado por elas e, segundo Castro, Lima e Brunello (2001):

A realização de atividades procede da experiência vivida, fornece experiências e vivências, ampliando esses campos, e permite aos sujeitos agirem sobre seu próprio meio. Mediante as atividades, podemos mergulhar na significação dos gestos e das ações e estabelecer relação com aspectos materiais. Esse fazer está ligado também a valores espirituais de sujeitos e grupos e pode representar o processo cultural de um grupo social, apresentando-se como um fator ativo de organização social. (p. 50).

Isto posto, ao abordar as questões de pesquisa por meio do “fazer” dos jovens (complementando o que apreendemos pelo seu “dizer”), busquei a possibilidade de apreender as percepções e as concepções dos participantes frente às temáticas propostas (identidade juvenil, cotidiano e drogas). O procedimento adotado foi o convite a participar das Oficinas de Atividades, em data agendada, logo em seguida à realização da entrevista. Na semana anterior à data marcada, o convite foi reforçado por escrito, contendo dias e horários das mesmas, que aconteceram em três momentos consecutivos, totalizando 04 horas e trinta minutos, com cada oficina dedicada a uma temática.

As atividades elencadas para a realização das Oficinas (ANEXO 5) foram selecionadas mediante o potencial expressivo das mesmas, de modo que fosse possível criar um canal de livre expressão para os jovens a respeito das temáticas propostas. Assim, as atividades programadas foram: Recorte e Colagem (Identidade juvenil), Poesia Coletiva (Cotidiano) e Teatro (Drogas).

O percurso metodológico que empreendi, mediante a “sopa metodológica” (FRIGOTO, 1989) que utilizei, me permitiu constituir uma visão mais ampliada do universo daqueles jovens, possibilitando acessar a perspectiva deles a respeito do fenômeno das drogas em suas vidas, bem como as demais questões que permeiam seu cotidiano. Dessa forma, temas como a violação de direitos, mobilidade urbana, projetos futuros, o ingresso no mercado de trabalho, discriminação e violência policial, emergiram desse material, por vezes, com a mesma relevância da temática das drogas, em geral apontada, por quem está “de fora”, como o mote principal das preocupações dessa população.

## CAPÍTULO 3 – O CAMPO DE PESQUISA

### 3.1 – O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Figura 1 – Localização da Cidade de São Carlos em relação ao Estado de São Paulo.



Fonte: SEADE.

Figura 2 - Localização da Cidade de São Carlos em relação aos municípios vizinhos e principais vias de acesso.



Fonte: Google Maps. Acesso em 20/06/2011.

Fundada em 1880, em terras da antiga Sesmaria do Pinhal, São Carlos desenvolveu-se impulsionada pela atividade cafeeira do final do século XIX e início do século XX, atraindo, desde o início, trabalhadores vindos de outros estados (IBGE, 2011). Nos anos 1920, com o declínio do ciclo do café, São Carlos recobrou sua

economia a partir da atividade industrial, da divisão das grandes propriedades agrícolas e do incremento da policultura e da pecuária (SEADE, 2011). A partir do final dos anos 1940, passa a assumir destaque no cenário cultural e acadêmico com a criação da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (SEADE, 2011).

Localizada na região central do Estado de São Paulo, a cidade de São Carlos possui hoje população igual a 221.950 habitantes, estando 96% concentrada na área urbana (IBGE, 2011) e integra a Região Administrativa Central<sup>10</sup> do Estado, juntamente com outros 25 municípios (SÃO PAULO, 2010a).

A cidade fica a 235 Km da Capital do Estado e é conhecida como importante pólo tecnológico, graças às Universidades (as mais importantes, Universidade de São Paulo – USP e Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) e diversos centros de pesquisa que abriga. A posição de destaque no cenário acadêmico científico tem sido fundamental para o aumento da produção local e o adensamento das cadeias produtivas existentes (SÃO PAULO, 2010a).

Além das Universidades, São Carlos sedia empresas de tecnologia nas mais diversas áreas – automação, tecnologia da informação, instrumentação eletrônica, mecânica de precisão, química fina e ótica (SÃO PAULO, 2010a). A cidade conta ainda com um complexo industrial abrangendo os ramos de alimentos e bebidas, metalurgia, madeira, têxtil e de equipamentos de instrumentação, entre outros, sendo que parte significativa da produção industrial destina-se à exportação (SÃO PAULO, 2010a).

Abriga também duas unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa: o Centro de Pesquisa de Pecuária do Sudeste e o Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Instrumentação Agropecuária. Em 1984 foi criada a Fundação ParqTec, organização não governamental sem fins lucrativos, que tem o objetivo de gerenciar e promover o desenvolvimento do Pólo Tecnológico de São Carlos, a partir da transferência de tecnologia das universidades e centros de pesquisas para as empresas (SÃO PAULO, 2010 a).

O PIB (Produto Interno Bruto) da cidade no ano de 2010 foi de R\$ 3.331.556,00 e o PIB *per capita* foi da ordem de R\$ 17.941,00 (IBGE, 2011). Segundo a Fundação SEADE (2011), a maior concentração de empregos está no setor serviços (42,73%), seguida pelos setores indústria (30,59%) e comércio (19,72%).

---

<sup>10</sup> O Estado de São Paulo é subdividido em 15 Regiões Administrativas (R.A.), quais sejam: São Paulo, Baixada Santista, Registro, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Barretos, Franca, Ribeirão Preto, Bauru, Central, Marília, São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente (SÃO PAULO, 2010a).

Na área social, São Carlos apresenta Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,841 (PNUD, 2000), estando na 17ª. posição no país (FIESP, 2011).

Contudo, embora o município de São Carlos apresente bons índices de desenvolvimento econômico e ações relevantes na área social, ainda apresenta desigualdades sociais importantes, segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social, IPRS (SÃO PAULO, 2010a). Este índice classifica os municípios do Estado de São Paulo a partir de dados como escolaridade, longevidade e renda, além de considerar as especificidades locais e regionais, e visa apresentar um quadro das condições de vida existentes no município (SÃO PAULO, 2010a).

De acordo com essa classificação, o município de São Carlos enquadra-se na tipologia do Grupo 2, a qual reúne municípios com bons níveis de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, na mesma proporção. Na classificação do IPRS, o município de São Carlos ocupa a 100ª. colocação no item Riqueza, a 135ª. quanto a Longevidade, e está na 384ª. posição no quesito Escolaridade. Segundo as análises constantes no relatório do IPRS versão 2010, São Carlos apresentou crescimento nos indicadores agregados de Riqueza e Escolaridade (51 e 67, respectivamente), porém abaixo da média estadual (Riqueza: 58; Escolaridade: 68). O escore de Longevidade superou a média do Estado (77 contra 73). No âmbito local, São Carlos superou a média da região nos escores longevidade (77 contra 74) e riqueza (51 contra 48), mas ficou abaixo da média no escore Escolaridade (67 contra 71) (SÃO PAULO, 2010a).

Os gráficos 1, 2 e 3 representam essas relações.

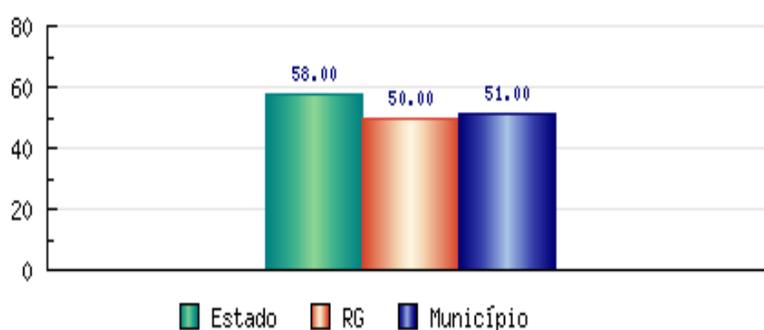


Gráfico 1- Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS - Dimensão Riqueza - Estado de São Paulo, Região de Governo de São Carlos e Município de São Carlos. Fonte: SEADE Índice de Responsabilidade Social – IPRS, 2011.

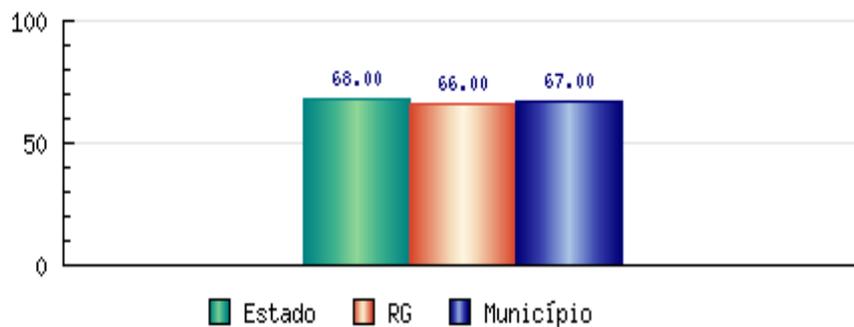


Gráfico 2- Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS - Dimensão Escolaridade - Estado de São Paulo, Região de Governo de São Carlos e Município de São Carlos. Fonte: SEADE Índice de Responsabilidade Social – IPRS, 2011.

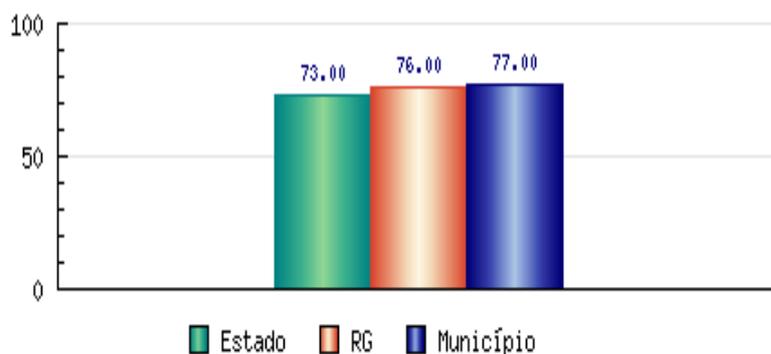


Gráfico 3- Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS - Dimensão Longevidade - Estado de São Paulo, Região de Governo de São Carlos e Município de São Carlos. Fonte: SEADE Índice de Responsabilidade Social – IPRS , 2011.

Acompanhando a série histórica do crescimento demográfico da cidade, observa-se que a população do município vem crescendo ininterruptamente desde a década de 1950 (SÃO CARLOS, 2003). No último censo, apresentou taxa de crescimento geométrico de 1,41, superior às médias da Região (1,13) e do Estado (1,09) (SEADE, 2011).

O que mostra que o município ainda atrai fluxos migratórios em busca de melhores condições de vida e trabalho (SÃO CARLOS, 2003), porém a cidade não absorve adequadamente todo esse contingente, aumentando os níveis de precariedade e desigualdade (SÃO CARLOS, 2003).

Em estudo realizado pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, para a elaboração do Plano Anual de Assistência Social 2003-2004 (SÃO CARLOS, 2003), foram identificados os bolsões de pobreza no município, orientando ações de assistência social voltadas àquelas áreas

(SÃO CARLOS, 2003). As áreas de maior concentração de pobreza são compostas pelos bairros Cidade Aracy I e II, Antenor Garcia, Santa Angelina, Santa Felícia, Santa Maria I e II e Jardim Gonzaga, na região sul do município (SÃO CARLOS, 2003). Esses bairros são caracterizados por moradias precárias e por um grupo de moradores que, muitas vezes, enfrentam dificuldades em acessar serviços públicos como educação, saúde, transporte e lazer (SÃO CARLOS, 2003) e convivem também com altos índices de violência, marcados pela criminalidade e pelo tráfico e uso de drogas (SÃO CARLOS, 2003).

Em relação aos aspectos políticos e administrativos, São Carlos vem sendo gerida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) há três mandatos consecutivos, iniciando com Newton Lima (2001-2004 e 2005-2008), e atualmente tendo como prefeito Oswaldo Baptista Duarte Filho - o “Oswaldo Barba” - (2009-2012).

### 3.1.1.O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E A POPULAÇÃO JUVENIL

Conforme apresentado anteriormente, São Carlos computou no último Censo 221.950 habitantes, dos quais 25,63% estão na faixa etária dos 15 aos 29 anos, representando 56.893 jovens. A Tabela 1 apresenta este seguimento populacional estratificado por idade e sexo.

<i>Faixa etária</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>
15 a 19 anos	8.781	8.300	17.081
20 a 24 anos	9.912	9.321	19.233
25 a 29 anos	10.340	10.239	20.579
Total	29.033	27.860	56.893

Tabela 1 – Distribuição da população juvenil do município de São Carlos, segundo faixa etária e sexo. Fonte: IBGE, 2012.

Como se pode apreender dos dados expostos, há um equilíbrio entre os sexos e em relação à distribuição etária. Fato digno de nota é a ligeira inversão na proporção homem/mulher, neste recorte.

A porcentagem da população representada pelo seguimento, cerca de um terço do total, próxima às médias estadual (26%) e nacional (26,54%), indica a

importância das ações de planejamento e desenvolvimento realizadas pelo governo municipal no sentido de atender a esta população.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), em 2007 a população brasileira entre 15 e 29 anos era composta por 49,8 milhões de pessoas, sendo que, desse total, 29,8% podiam ser considerados pobres<sup>11</sup>. Do total de jovens, 4,8 milhões encontravam-se desempregados, representando 60,74% dos desempregados do país (PNAD, 2007).

Esse quadro acompanha as realidades mundial (209 milhões de jovens pobres no mundo, ONU, 2005) e latino americana (em 2006, 47,4 milhões, ou 35% da população jovem da região, segundo KLIKSBURG, 2009) e se reproduz também em São Carlos, que apresenta uma parcela da população juvenil em condições de pobreza, indicando a necessidade de intervenção junto a esse seguimento.

Nos anos de 2004 e 2008, São Carlos recebeu o selo “Prefeito Amigo da Criança”, conferido ao então Prefeito Newton Lima, pela Fundação ABRINQ<sup>12</sup> em parceria com a UNESCO, em reconhecimento às políticas públicas desenvolvidas em prol da criança e do adolescente. São Carlos obteve nota máxima, ficando entre os 20 melhores municípios dos 5.562 avaliados. O município também foi um dos primeiros a implantar o Orçamento Criança e Adolescente (OCA), sendo considerado pela Fundação Abrinq como modelo, juntamente com as cidades de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), São José dos Campos (SP) e São Luís (MA) (SÃO CARLOS, 2011).

Em dezembro de 2007 conquistou o primeiro lugar no IV Prêmio Innovare, realizado pela Escola de Direito do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com vários órgãos do judiciário, que premia e dissemina ações inovadoras no âmbito da justiça que estejam a melhorando a qualidade da prestação jurisdicional<sup>13</sup>, com o trabalho desenvolvido no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), que recebe adolescentes em conflito com a lei (SÃO CARLOS, 2011). Tais premiações colocam a cidade de São Carlos em destaque no cenário nacional. No entanto, esse destaque merece ser relativizado, uma vez que os dados de campo

---

<sup>11</sup> Pessoas vivendo em domicílios cuja renda *per capita* é inferior a meio salário mínimo (PNAD, 2007).

<sup>12</sup> Fundação ABRINQ – Instituição sem fins lucrativos, fundada em 1990, ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e adolescência. Ver em <http://www.fundabrinq.org.br>, acessado em 08jun2011.

<sup>13</sup> Para maior detalhamento sobre o Prêmio Innovare, consultar <http://www.premioinnovare.com.br/institucional/o-premio/>, acessado em 19dez2011.

mostram que as ações direcionadas à juventude não abrangem a totalidade dos jovens do município. Uma parcela importante desses jovens não acessa os serviços a eles direcionados e tem seus direitos civis violados com frequência, em especial em relação a jovens pobres das periferias da cidade.

Outro projeto que tem sido referido com certo destaque é o Centro da Juventude “Elaine Viviani”, que apresentaremos mais detalhadamente a seguir. Seguindo a experiência, outro Centro da Juventude encontra-se em construção, no bairro Cidade Aracy e outros três estão em planejamento (SÃO PAULO, 2010b). A Prefeitura Municipal desenvolve também ações de capacitação profissional para jovens a partir dos 14 anos, bem como programas de Inclusão Digital, esporte, lazer e cultura. Destaque-se que essas ações de capacitação não possibilitam o acesso de todos os jovens a partir dessa faixa etária. Existem critérios relacionados à renda familiar e escolaridade do jovem que acabam por triar e “tirar” muitos jovens dessas ações, reproduzindo um ciclo de precariedades e vulnerabilidades que está longe de ser rompido.

Em 2009, a cidade recebeu a classificação de menor Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ - Violência), dentre 266 municípios com mais de 100 mil habitantes, baseado em dados referentes à 2006 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2009). O IVJ-Violência foi encomendado pelo Ministério da Justiça e desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com apoio da Fundação SEADE, para subsidiar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, PRONASCI, e tem como “proposta reunir num único índice uma série de variáveis que possam fornecer explicações para o envolvimento de jovens com a violência e organizá-la de modo a dar um retrato da situação encontrada em municípios com mais de 100 mil habitantes” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2009, p. 54).

Para a construção do indicador, o IVJ-Violência toma como parâmetros de avaliação a taxa anual de crescimento populacional, a porcentagem de jovens, a taxa de mortalidade por homicídios da população masculina entre 15 e 19 anos, escolaridade e renda da população (SEADE, 2011), de modo que quanto maior o índice do município, maior o grau de exposição e, portanto, mais vulnerável a população jovem (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2009).

O quadro 1 abaixo resume os componentes do indicador e o peso atribuído a cada um deles, numa escala entre 0 e 1, sendo 0 o valor mais baixo e 1 o

mais elevado. Sendo assim, quando mais alto o índice do município, maior o grau de exposição à violência para os grupos juvenis.

Quadro 1: Componentes do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, IVJ-Violência

<b>QUADRO I – Componentes do IVJ-V</b>	
<b>Dimensão</b>	<b>Peso do Indicador</b>
<b>Violência entre os jovens</b>	
<b>Indicador de mortalidade por homicídios</b>	-
Indicador de homicídios entre adolescentes de 12 a 18 anos (IHA)	0,333
Indicador de homicídios entre jovens de 19 a 24 anos (IHJ1)	0,333
Indicador de homicídios entre jovens de 25 a 29 anos (IHJ2)	0,333
<b>Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito</b>	-
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre adolescentes de 12 a 18 anos (IAA)	0,300
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre jovens de 19 a 24 anos (IAJ1)	0,300
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre jovens de 25 a 29 anos (IAJ2)	0,400
<b>Frequência à escola e situação de emprego entre os jovens</b>	
<b>Indicador de frequência a escola e emprego</b>	-
Porcentual de adolescentes de 12 a 18 anos que não frequentam escola	0,333
Porcentual de jovens de 18 a 24 anos que não estudam e não trabalham	0,333
Porcentual de jovens de 15 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho <sup>(1)</sup>	0,333
<b>Pobreza e desigualdade no município</b>	
<b>Indicador de pobreza</b>	-
Porcentual de pessoas com menos de ½ salário mínimo de renda familiar per capita <sup>(2)</sup>	0,333
Porcentual de pessoas de 25 anos e mais com menos de 8 anos de estudo	0,333
Porcentual de pessoas de 12 a 29 anos residentes no município	0,333
<b>Indicador de desigualdade</b>	-
Porcentual de pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo	0,500
Porcentual de domicílios localizados em assentamentos precários <sup>(3)</sup>	0,500
<b>Índice de Vulnerabilidade Juvenil – Violência (IVJ-V)</b>	
Indicador de mortalidade por homicídios	0,225
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	0,225
Indicador de frequência à escola e emprego	0,175
Indicador de pobreza	0,175
Indicador de desigualdade	0,200

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2009.

Em 2010 a cidade foi reclassificada, com base em dados de 2007, apresentando um aumento no índice do IVJ-Violência (de 0,238 para 0,304), apontando a cidade como de média-baixa vulnerabilidade. Segundo as análises efetuadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o aumento no IVJ-Violência do município de São Carlos pode ser em parte explicado pela variação acentuada no indicador de mortalidade por acidentes de trânsito (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2010).

No entanto, apesar de os índices e dados apresentados colocarem o município de São Carlos numa posição de destaque no setor juventude, é preciso que se verifique, por meio de dados qualitativos, o real alcance das ações encetadas junto à população juvenil em sua totalidade. Isso porque, conforme pudemos apurar nessa pesquisa existem parcelas da população jovem do município que não são devidamente assistidas pelas ações públicas.

### 3.2 O CENTRO DA JUVENTUDE “ELAINE VIVIANI”

Dentre as ações voltadas para a juventude no município de São Carlos, o Centro da Juventude “Elaine Viviani” constitui-se em uma experiência reconhecida em nível estadual, tendo sido apontada como uma das nove principais ações no Estado para a promoção e capacitação de grupos juvenis, em recente publicação da Coordenadoria Estadual de Juventude, em parceria com a Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. (SÃO PAULO, 2010b).

Figura 3 – Centro da Juventude “Elaine Viviani”



Fonte: [www.fesc.com.br](http://www.fesc.com.br) Acesso em 25/jun/2011

Figura 4 – Localização do Centro da Juventude “Elaine Viviani”



Fonte: wikimapia.org

Localizado na região sul da cidade, no Bairro Monte Carlo, o Centro da Juventude “Elaine Viviani” (CJ), foi inaugurado em outubro de 2008 e recebeu financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e tem como principal objetivo:

**Pensar, planejar, criar e apoiar** ações que gerem canais efetivos de oferta de serviços e ações públicas que possam formar uma **política municipal de juventude**. Objetiva a articulação de setores da Educação, do Trabalho, da Saúde, do Esporte e do Lazer, da Cultura, da Assistência Social, bem como de organizações comunitárias, formais e informais, para fomento e debate de um espaço de participação e protagonismo dos jovens, em busca de acesso aos serviços e da construção da cidadania para e por este grupo. (METUIA, 2008, p.4, grifos no original).

Para o planejamento e implementação do CJ foi constituído um comitê gestor intersetorial, sob coordenação da Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, e incluiu as Secretarias de Cidadania e Assistência Social, Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, Educação e Cultura, Esportes e Lazer e de Saúde, além da Fundação Educacional de São Carlos (FESC) (METUIA, 2008) e contou com a assessoria e capacitação do Núcleo UFSCar do Projeto METUIA.

A composição desse grupo de trabalho e planejamento se traduziu em uma “discussão coletiva e elaboração de diretrizes gerais para o projeto, articulado ao desenvolvimento de aspectos de formação na área da infância e da juventude para os membros do Comitê Gestor” (METUIA, 2008, p. 3). No entanto, há que se ressaltar

que, ainda que a proposta inicial visasse uma gestão intersetorial do serviço, pautada no entendimento da juventude como multifacetada, exigindo um olhar pluralizado e interdisciplinar, a efetivação desse comitê gestor intersetorial não se deu na prática, para além da fase de planejamento. O que se tem é uma administração centralizada na Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude, com recursos financeiros restritos, sem uma apropriação pelos demais órgãos chamados às discussões iniciais.

A localização do CJ na região sul da cidade teve por premissa a inclusão social, uma vez que os bairros que a compõem constituem uma “região periférica e empobrecida”, e onde há a demanda por serviços públicos que atendam à população local (SÃO PAULO, 2010 b).

Atualmente, o CJ desenvolve ações nas áreas de qualificação e preparação profissional (ProJovem Adolescente e ProJovem Trabalhador), cultura e lazer, esporte e convivência e socialização (SÃO PAULO, 2010b), além das ações desenvolvidas em parceria com a Universidade Federal de São Carlos, por meio do Projeto METUIA Núcleo UFSCar. O CJ recebe, em média, 400 pessoas por semestre, sendo 80% com idade entre 15 e 29 anos (SÃO PAULO, 2010b).

Muito embora o Centro da Juventude seja apontado como uma experiência inovadora reconhecida como relevante no âmbito estadual por publicações oficiais, conforme descrevi acima, o que se observa durante a realização do campo é um tanto diferente. O CJ é acessado por crianças e por grupos da terceira idade que, em alguns períodos do ano, como nas férias escolares e dos projetos, tornam-se maioria. Os programas de capacitação oferecidos apresentam critérios de participação como a família fazer parte do Programa Bolsa Família do Governo Federal e o jovem estar cursando ou ter concluído os estudos. Dos jovens que conheci, muitos abandonaram a escola há tempos, sem ter concluído sequer o ensino fundamental, não se encontram empregados e, por falta de qualificação profissional, não conseguem trabalho a não ser em atividades bastante restritas e temporárias como a construção civil ou o trabalho no campo. Por não estarem estudando, não têm acesso aos programas de qualificação profissional oferecidos, o que os impede de acessar postos de trabalho melhores, gerando um ciclo vicioso que perpetua sua condição vulnerável. Quando acontecem ações voltadas para esses jovens, os cursos de capacitação versam sobre atividades que exigem menos qualificação, como manicure e garçom, e acontecem num outro espaço, o do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Pacaembu, localizado no interior do Jardim Gonzaga e dotado de menos recursos físicos e de pessoal.

O grupo de jovens representado neste estudo acessa o CJ para o seu lazer e, muitos deles, exclusivamente através das atividades realizadas pelo Projeto METUIA, cujas ações acontecem conforme o calendário letivo da Universidade. O que se verificou no campo é que no período das férias os jovens, em especial os moradores do Jardim Gonzaga, não acessam o serviço, sendo novamente ocupado pelas crianças.

Ainda que estrategicamente a proposta do CJ seja realmente inovadora, não se constituiu, ainda, em um espaço verdadeiramente da juventude, de participação e protagonismo, conforme o objetivo original. Ainda não se fez um local onde os jovens possam exercitar a liderança, tomar parte nas decisões, onde possam, coletivamente, construir sua cidadania. As ações realizadas, embora importantes, no geral se pautam pela demanda vinda de fora, pela proposição de cursos e atividades pouco ou nada discutidas com aqueles jovens, os maiores interessados.

### 3.3 O JARDIM GONZAGA

Localizado na região sul de São Carlos, região esta que, desde a segunda metade do século XX, se constituiu “como uma grande área de expansão urbana periférica, com a abertura de inúmeros loteamentos – regulares ou irregulares – destinados aos trabalhadores urbanos de baixa renda de São Carlos” (ROSA, 2008, p. 44), o bairro Jardim Gonzaga começou a ser formado em meados da década de 1970 a partir de invasões irregulares de áreas livres pertencentes aos bairros Jardim Pacaembu, Monte Carlo e Jardim Cruzeiro do Sul (ROSA, 2008).

A figura 5 apresenta a localização do bairro Jardim Gonzaga e os bairros com que faz fronteira.

Figura 5– Localização do bairro Jardim Gonzaga (no destaque) e os bairros com que faz fronteiras



Fonte: wikimapia.org.

Os primeiros moradores a ocuparem as áreas que hoje compõem o bairro eram trabalhadores pobres, a maioria migrante, atraídos para a cidade pelo crescimento econômico, em busca de melhores condições de vida. Devido à precariedade das ofertas e relações de trabalho, não conseguiram se estabelecer nos bairros originalmente destinados a trabalhadores pobres, recorrendo à ocupação como estratégia de sobrevivência (ROSA, 2008).

Em função das particularidades deste território, especificamente referente ao bairro Jardim Gonzaga, localizado nas imediações do CJ e que também constitui espaço de residência de jovens que participaram desta pesquisa, destacam-se aqui alguns elementos considerados relevantes para a compreensão das dinâmicas de vida daqueles jovens.

Primeiramente, parte dos jovens entrevistados reside ou residiu no referido bairro e traz, em seus relatos, experiências cotidianas comuns que favorecem a construção do pano de fundo da pesquisa. Em segundo lugar, por se constituir em uma das áreas mais precarizadas do município, conforme mencionado anteriormente, e por guardar uma relação histórica com a pobreza (SÃO CARLOS, 2003). Assim, o bairro e os seus moradores carregam, ainda hoje, o estigma que os liga à “ilegalidade, promiscuidade, incivilidade, carência” (ROSA, 2008, p.68), aumentando ainda mais a situação de vulnerabilidade a que os seus jovens, em especial, estão submetidos.

Um terceiro ponto relevante está na minha inserção no universo estudado por meio das intervenções realizadas pelo Projeto METUIA Núcleo UFSCar, junto aos jovens residentes naquele bairro, desde 2005, favorecendo a incursão pelo território e a apreensão do cotidiano de seus moradores.

Finalmente, a presença do tráfico de drogas na região e a convivência diária dos jovens estudados com tal questão se constituíram em fatores importantes para a composição do universo da pesquisa, oferecendo elementos para a apreensão das concepções dos jovens a respeito deste fenômeno e de como este interfere em suas vidas.

O Bairro Jardim Gonzaga se insere de maneira interessante no histórico da cidade de São Carlos, justamente por sua constituição e consolidação. Ao se formar a partir da “ilegalidade”, sua existência desvelava, aos olhos da sociedade local, um lado

perverso e não inclusivo da imagem de progresso e desenvolvimento que caracterizava a cidade.

Essa contraposição entre duas realidades, de um lado a “Atenas Paulista”, cidade com maior número de doutores por habitante, pólo industrial importante na região; e, de outro, a existência de moradias precárias, de famílias vivendo em condições próximas ao contexto rural (ROSA, 2008), localizadas numa área não tão distante da região central da cidade (LOPES, SOUZA, e BORBA, 2010; ROSA, 2008), mobilizou discussões e intervenções do poder público local desde sua “descoberta” (ROSA, 2008), em 1979. Essa “descoberta” ocorreu após três anos das primeiras ocupações, justamente pelo adensamento de barracos no local (à época, cerca de quarenta) e pelas suas conexões com os bairros no entorno, tornando-se impossível não notá-los (ROSA, 2008). Identificados e caracterizados pela negatividade (LOPES, SOUZA, e BORBA, 2010), ora pelo viés de “carentes”, ora tidos como “perigosos” e “incivilizados” (ROSA, 2008), os moradores e o próprio bairro rapidamente se configuraram, nos discursos oficiais e na mídia local, como “problema” a ser resolvido, como uma “vergonha” para a cidade (ROSA, 2008). Tal identificação, baseada nas concepções negativas criadas sobre aquela coletividade, persistem ainda hoje, mesmo após as intervenções e transformações ocorridas nos últimos trinta anos. Lopes, Souza, e Borba (2010) apontam que a permanência do estigma em relação ao Jardim Gonzaga e seus moradores (apesar da urbanização a partir da década de 1990), se deve ao fato de que muitas das intervenções realizadas não se pautaram pela garantia e respeito aos direitos dos moradores (p.33).

De fato, os usos políticos da pobreza (ROSA 2008)<sup>14</sup> e as formas de intervenção propostas estavam voltadas muito mais à atenção de interesses dos que residiam fora do Jardim Gonzaga do que de seus moradores (LOPES, SOUZA, e BORBA, 2010).

Lopes, Souza e Borba (2010) descrevem um interessante contraste entre as concepções e atitudes dos moradores mais antigos e dos mais jovens, em relação às lutas pela melhoria das condições de vida. O período entre 1979 e 1990 foi marcado por intensos debates e mobilizações entre os moradores, agentes sociais e o poder público municipal, no sentido de garantir o acesso aos direitos básicos de cidadania. Contudo, foi constatado que a geração nascida a partir dos anos 1990, portanto, os jovens de hoje

---

<sup>14</sup> Na dissertação de Thais Troncon Rosa (2008), há a descrição pormenorizada das mobilizações e usos políticos das condições precárias dos moradores da “favela do Gonzaga”.

que não participaram das lutas pela constituição do bairro, ainda que apontem a necessidade de melhorias, não manifestam o mesmo engajamento das gerações anteriores (LOPES, SOUZA, e BORBA, 2010).

Essa mudança fica evidente a partir da comparação dos relatos de moradores coletados por três trabalhos acadêmicos, sob olhares diferentes. Rosa (2008) faz o resgate histórico da formação do Jardim Gonzaga e busca o olhar dos primeiros moradores. Eles relatam, com orgulho, as conquistas alcançadas através de sua mobilização e as melhorias consideráveis nas condições de vida, em vista do que tinham no início. Já o trabalho de Begnami (2008), focado no olhar das crianças sobre o bairro em que residem, encontra relatos de alguns moradores que se configuram por um “distanciamento simbólico” (p.44) do local em que vivem não se identificando com aquela coletividade. Tais moradores apontam a mudança para o Jardim Gonzaga como estratégia provisória, visando juntar recursos para uma futura inserção noutros bairros da cidade. Por fim, Lopes, Souza, e Borba (2010) apresentam a perspectiva dos jovens residentes no bairro. Em oposição aos moradores mais velhos, que se referem com orgulho ao Jardim Gonzaga, ao invés de “favela”, os jovens fazem outra leitura do bairro e constituem sua identidade a partir da condição de “ser da periferia”, manifesta em seu modo de vestir e falar (p. 44).

Vemos, nessa passagem rápida pelos trabalhos mencionados, a coexistência de diferentes formas de apropriação do território e de construção de relações e subjetividades num mesmo espaço.

Fenômeno mais recente, mas que configura novas formas de apropriação do território e de composição de cotidianos, o tráfico de drogas se faz presente no bairro e não pode ser ignorado ao se abordar aquele contexto social. Na convivência cotidiana, as atividades do tráfico, ao contrário do que se supõe, não são julgadas pelos moradores, mas justificadas e toleradas, entendidas como uma forma de trabalho e sustento familiar (BEGNAMI, 2008), bem como de pertencimento e proteção (LOPES, SOUZA, e BORBA, 2010).

Dentro dessa perspectiva, “o tráfico [de drogas] é incorporado dentro de uma esfera da política econômica familiar, embora no plano da moralidade pública seja até passível de condenação, ocultação, vergonha e estigmatização” (Begnami, 2008, p. 76). Discutiremos mais detalhadamente esta relação com o tráfico de drogas em capítulo específico, mais adiante.

A heterogeneidade de vivências, de experiências singulares e coletivas partilhadas num território carregado de historicidade, marcado por lutas, conquistas, preconceitos, mas também pela construção de sociabilidades e identidades, faz do bairro Jardim Gonzaga um campo importante de pesquisa no sentido de compreender as diferentes realidades que se sobrepõem num mesmo contexto social, exigindo olhares diferenciados sobre elas.

## PARTE II – DA INTERAÇÃO, TEMAS QUE SE REVELAM

A entrada no campo de pesquisa, a saída do *setting* terapêutico onde me habituei a atuar ao longo dos anos, protegido de certa forma pela couraça institucional, pelo “poder” de técnico - numa relação sempre desigual, por mais que eu a quisesse horizontal - e a entrada no, digamos *setting cotidiano*, no espaço de produção de vida dos sujeitos, no qual constroem suas subjetividades e suas relações com o meio e com o outro, constituiu-se para mim em experiência ímpar nesse percurso de aproximação com a realidade daquele grupo de jovens moradores da periferia de São Carlos.

Não que nessa nova condição, ou seja, de pesquisador que adentra o campo para aprender com e apreender as vivências daqueles jovens, as relações entre mim e eles fossem totalmente horizontais. Eu ainda me inscrevia naquele espaço via instituições, o CJ e a Universidade, mais especificamente o Projeto METUIA, o que sempre interferiria no tipo e na forma de interação que pudesse ser estabelecida entre mim e os jovens. Além do mais, havia uma questão de pertencimento, de domínio da linguagem, tanto verbal quanto prática, daquele espaço que me escapava e que só o tempo e a convivência possibilitam realizar.

No entanto, não havia compromissos prévios de parte a parte no estabelecimento das interações, além do deslocamento ser meu e não deles. Não eram os jovens que vinham a mim pedir “tratamento” ou outra coisa, mas sim eu que solicitava ajuda para o meu trabalho. Dependia do processo mesmo de interagir a criação de uma comunicação entre mim e aqueles jovens. Eu não tinha nenhuma “obrigação” para com eles, nem eles para comigo, mas tinha sim um interesse sincero de aprender com eles. Ainda que estar sob aval do Projeto METUIA me conferisse certa vantagem na aproximação com eles, estabelecer uma interação positiva dependia de esforço e aceitação mútuos, e isso, em alguma medida, não anula mas equilibra um pouco mais as relações de poder.

Nesse aprendizado, nas interações que no processo puderam ser estabelecidas, temas foram sendo revelados a partir das conversas, das observações, das entrevistas, das atividades. Temas que me ajudam a compor e a contar as vivências dos jovens que participaram desta pesquisa e que, ainda que não possam representar a totalidade das experiências dos jovens moradores daquela região de São Carlos, seus

dramas e percepções acerca de suas experiências cotidianas são indicativos de aspectos pouco considerados na proposição de ações voltadas a esses grupos de jovens.

Alguns temas se revelaram com intensidades diferentes das que eu esperava antes da ida a campo; outros se impuseram à discussão mediante a força com que se fizeram presentes. Exemplos dos primeiros são as drogas e a violação de direitos; dos últimos, a temática do tráfico de drogas e a questão do trabalho.

Sendo assim, divido esta segunda parte do texto em três capítulos. No primeiro, teço o perfil dos jovens que participaram da pesquisa, contextualizando suas experiências por meio da inserção naquele território, a convivência com as drogas, as formas de apropriação dos espaços urbanos e como percebem seu futuro.

No segundo capítulo trato das violações de direitos a que estão submetidos nas interações cotidianas, nas relações com o poder público, com a cidade, com o outro, refletindo a respeito das interdições a que ficam sujeitos por sua condição social, produzindo precariedades e vulnerabilidades.

Por fim, no terceiro capítulo abordo a questão do tráfico de drogas tal como se faz presente nas interações cotidianas e a sua relação com o mundo do trabalho, dentro do universo daquele grupo de jovens.

## CAPÍTULO 1- OS JOVENS, A PERIFERIA E A CIDADE

A partir de uma perspectiva sociológica da juventude, construída dentro de um contexto social, cultural, econômico, histórico, ou seja, uma categoria marcada pela diversidade no tocante às formas de experienciá-la, ser jovem, pertencente às camadas populares, residir em bairros periféricos de uma cidade de médio porte do interior paulista leva à construção de sociabilidades que caracterizam um modo de vivenciar essa condição juvenil de uma maneira bastante singularizada.

Compreender e apreender essas diversidades, a partir da sua construção na experiência cotidiana, é fator primordial para o entendimento dos sujeitos como tais, possibilitando a criação conjunta de ações que possam, de fato, promover a participação social. É preciso conhecer o território no qual esses sujeitos estabelecem suas relações cotidianas, onde vivem, como vivem, de que maneira constroem sua realidade e a explicam para si mesmos.

Entende-se território como:

um espaço delimitado geograficamente, construído historicamente e com relações socioeconômicas e culturais constantemente criadas e transformadas. Nele pode-se observar a produção de sentidos com diferentes maneiras de viver, trabalhar e realizar negociações culturais (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007b, p. 355).

Magnani (1996) traz o conceito de *pedaço* para designar esse espaço socialmente construído, onde se dão as trocas sociais e se constituem subjetividades na interrelação dos sujeitos.

É nesses espaços onde se tece a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais. [...] Desta forma, o "pedaço" é ao mesmo tempo resultado de práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e condição para seu exercício e fruição (MAGNANI, 1996, p. 13).

Desta forma, na compreensão do território dos jovens que fizeram parte da pesquisa e das formas como se relacionam com esse território, é que se podem apreender as suas vivências, aproximando-se de um reconhecimento mais exato de suas necessidades e perspectivas.

Dos nove jovens que entrevistei, cinco residem no bairro Jardim Gonzaga. Dos quatro restantes, um deles mudou-se apenas recentemente do mesmo

bairro, sendo que o reconhece como o lugar onde estão suas amigas e onde se sente “mais seguro”; outro mora em bairro próximo ao Jardim Gonzaga, mas relata que costumava passar a maior parte do tempo naquele bairro, apenas mais recentemente tendo diminuído tal frequência (tema a ser explorado mais adiante); e as duas restantes, garotas, residem em outros bairros da periferia de São Carlos. Todos têm o Centro da Juventude como local comum de interação, com motivações diferentes, constituindo o que Magnani (2002) chama de *mancha*, ou seja, “áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante” (p. 22). Segundo o autor, as áreas identificadas como *manchas* estão mais ancoradas na paisagem que em seus eventuais frequentadores (p.178). Desta forma,

A *mancha* é mais aberta, acolhe um número maior e mais diversificado de usuários, e oferece a eles não um acolhimento de pertencimento, mas, a partir da oferta de determinado bem ou serviço, uma possibilidade de encontro, acenando, em vez da certeza, com o imprevisto: não se sabe ao certo o que ou quem se vai encontrar na *mancha*, ainda que se tenha uma idéia do tipo de bem ou serviço que lá é oferecido e do padrão de gosto ou pauta de consumo dos frequentadores. (MAGNANI, 2005, p. 178)

Desse modo, o território considerado nesta pesquisa, tendo direcionado incursões mais diretas no campo, refere-se ao Centro da Juventude como espaço aglutinador daqueles jovens, e ao bairro Jardim Gonzaga mais particularmente por este se constituir no *pedaço* de sete dos nove jovens estudados, além das condições já expostas no capítulo 3.

Para apreender as formas de apropriação do território por aqueles jovens, coloco em diálogo suas percepções quanto ao local onde vivem e onde estabelecem suas relações cotidianas e como se percebem nessas relações.

Meu bairro? No começo era complicado, né! Mas depois que...porque é... muita gente fala que é parecido com favela, mas não é. É Jardim Gonzaga, né? Quem conhece, sabe que é um lugar bom! Quem conhece, não vai querer sair! No começo é mais complicado, mas quando chega, acostuma, vai conhecendo as pessoas, vai vendo que o negócio é legal...

Mas é complicado, porque é um bairro um pouco esquecido, né, pelas pessoas que trabalham com a política, essas coisas, né? É um bairro um pouco esquecido por eles! Mas é um bairro, bacana, a gente gosta! A gente aqui vê o que a gente pode fazer pelo bairro, limpar, fazer mutirão... A gente mesmo que arruma nossas coisas, o campo [de futebol], a gente mesmo! Se esperar pelos outros, nosso bairro vai ser esquecido (Daniel, 22 anos).

Daniel é um jovem de 22 anos, mora no Jardim Gonzaga desde pequeno. Migrou com a família do nordeste para São Carlos e se estabeleceram desde então

naquela localidade. Quando chegou ao Jardim Gonzaga, o processo de urbanização e consolidação daquele espaço como “bairro de periferia” (ROSA, 2009), após vários anos de lutas de seus moradores (ROSA, 2008), estava em seus períodos iniciais. Cresceu praticamente com o próprio bairro. Nele se reconhece, constrói sua subjetividade e suas relações de amizade, de pertença. No sentido conferido por Magnani (2002; 1996), aquele é o seu *pedaço*, é onde circula com desenvoltura tanto por espaços geográficos quanto pelos relacionais. Conhece “tudo e todos”, em suas próprias palavras, e, caracteriza a relação do bairro com o poder público como sendo de “esquecimento” por parte deste, ao não serem atendidas as necessidades locais e das pessoas.

Daniel enfatiza várias vezes em suas falas a questão de que “quem conhece” o bairro tem uma opinião diferente a respeito. Esse “conhecer” o bairro é baseado na convivência no território, na relação e interação com as pessoas, sendo a “solução” encontrada para o esquecimento pelo poder público a que se refere. Nesse sentido, Daniel “conhece” o bairro como ninguém. Conhece e se reconhece a partir do pertencimento àquele *pedaço*. Fala com orgulho do “seu” bairro, onde enxerga problemas, mas também, e principalmente, a força que reside na cooperação, na ação conjunta, na mutualidade construída entre os moradores na superação das dificuldades.

A experiência de Daniel no seu território e as relações nele estabelecidas traduzem a importância da sociabilidade primária a que se refere Robert Castel (2008), entendida como um sistema de regras que ligam diretamente os membros de uma coletividade, a partir de sua inscrição na família, na vizinhança, no trabalho, e que constroem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas (p. 48) como fator importante no estabelecimento de proteções próximas aos membros da coletividade, suprimindo as necessidades muitas vezes não atendidas pelo poder público.

Uma vez que a oferta de serviços públicos não é suficiente para atender às demandas dos mais de 15.000 habitantes da região sul da cidade de São Carlos, conhecida como Grande Cidade Aracy (LOPES et al., 2008; SÃO CARLOS, 2003), “poder contar um com o outro” é condição importante no estabelecimento das relações e na busca de soluções para as questões cotidianas.

Taís tem 15 anos, mora com os pais no bairro Monte Carlo, próximo ao Centro da Juventude. Trata-se de um bairro popular, porém, não é caracterizado como

um dos bolsões de pobreza do município, segundo a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.(SÃO CARLOS, 2003). Faz parte de bairros originalmente formados por trabalhadores pobres a partir da década de 1950, mas que, ao contrário dos moradores que constituíram o Jardim Gonzaga em seus primórdios, estavam inscritos na lógica do trabalho formal, ainda que precário, não mantendo a mesma relação com a pobreza (ROSA, 2008).

Ao contrário de Daniel, Taís estabelece suas relações fora do bairro onde reside. Estuda no centro e tem suas amizades somente na escola.

Paulo - Como é o seu dia a dia? O que você faz?

Taís- Vou pra escola de manhã, faço “Pró-Jovem” [programa de capacitação profissional oferecido no CJ] à tarde e jogo futebol e faço aula de violão. Só.

Paulo- E nas horas em que você não tem nada pra fazer, o que você faz?

Taís- Fico na internet, senão, dormindo. Eu não saio muito pra rua, porque meus pais não deixa! Daí eu comecei a vir aqui no CJ esse ano, já tentaram arrumar briga comigo, umas menina... E eu sou de boa! [risos]

Paulo – Mas você tem amigos que sejam mais próximos?

Taís – Só na escola (Taís, 15 anos).

Aparece aqui na fala de Taís a reprodução do discurso normativo que estabelece a separação entre a *rua* e a *casa*, dentro da perspectiva traçada por Roberto da Matta (1986), na qual o espaço da *casa* (não apenas físico, mas moral), é reservado ao privado, protegido, local em que se excluem as lutas, o trabalho, o comércio, o movimento, as tentações, aspectos os quais ficam reservados para o âmbito da *rua* “(...) um lugar de ‘luta’, de ‘batalha’, espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades. Daí por que dizemos que a rua é equivalente à ‘dura realidade da vida’” (DA MATTA, 1986, p. 20). Nessa perspectiva, se obscurece as múltiplas dimensões e possibilidades de sociabilidades na rua.

Magnani (2002), ao propor a noção de *pedaço*, o apresenta, em relação à oposição *rua-casa* de Da Matta, como um espaço intermediário entre essas suas instâncias, um local reservado para os *colegas*, para aqueles que não são da família nem tampouco estranhos; àqueles que “sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e o que pode ou não fazer” (MAGNANI, 2002, p. 21). Ao apresentar essa distinção em sua fala, Taís deixa evidenciar que talvez não reconheça aquele entorno enquanto seu *pedaço*. Talvez se enxergue como não pertencente àquele território, estando ali, mas não sendo dali.

Taís estabelece relações no seu entorno, mas sempre mediadas por ações delimitadas, com objetivos definidos. Deixa a casa para realizar atividades específicas e, o seu tempo livre também é vivenciado no âmbito familiar. A *rua* é o lugar do perigoso, da tentação, das coisas erradas.

Na esquina de casa tem um monte de *noia*<sup>15</sup>, eles ficam lá, aí guarda o carro lá na rua, na garagem que nem é deles, que eles nem conhece. Qualquer coisa, um liga pro outro e começa a falar: ‘Moiô! Moiô!’<sup>16</sup> Daí se esconde tudo lá no bairro de casa! (Taís, 15 anos).

Esse distanciamento de Taís em relação ao território se reflete na oposição a ela por parte de outras meninas, mesmo que ela “seja de boa”, mesmo que procure não se envolver em conflitos. Tal oposição reforça a percepção de Daniel quanto à importância do “conhecimento” das pessoas no estabelecimento das mutualidades. Ela não “conhece” aquele território, nem se reconhece nele, estabelecendo uma relação de estranhamento com os espaços e as pessoas.

Daniel e Taís representam duas formas distintas de vivenciar o entorno. Um pela integração, a outra pelo distanciamento. Um faz daquele entorno seu *pedaço*, seu espaço de convívio. A outra estabelece suas relações em outras instâncias que não no local onde reside. Isso vem evidenciar que a noção de pertencimento a um território não se circunscreve a uma questão de localização em um determinado espaço, mas sim às formas de experienciar esse espaço, de vivenciá-lo no cotidiano. É nesse sentido que Grafinkel (2006) utiliza a noção de *membro* para demarcar o grau de pertencimento de um sujeito a uma coletividade, na medida em que ele tem domínio sobre a linguagem, verbal ou não, próprio daquele local.

De uma perspectiva da terapia ocupacional social, ressalta-se a necessidade de conhecer o território não só enquanto espaço geográfico, mas principalmente em relação às formas como os sujeitos se apropriam, ou não, desse território e de seus recursos, físicos e relacionais. Existe uma diferença importante de perspectivas que devem ser consideradas ao se pensar ações junto a esses grupos de jovens.

Sandro tem 24 anos e morou no Jardim Gonzaga até recentemente, quando se mudou com a mãe e irmãos para o bairro Cidade Aracy II no extremo sul da cidade. Considera o bairro Jardim Gonzaga como seu verdadeiro *pedaço*, onde estabelece suas relações mais significativas.

<sup>15</sup> Noia – indivíduo que faz uso pesado, intenso, de drogas ilícitas.

<sup>16</sup> Moiô – gíria utilizada para expressar que alguma coisa deu errado ou quando a polícia se aproxima.

Ah, lá no Aracy II, lá é um bairro... antes eu morava aqui em cima, aqui no Jardim Gonzaga, aqui era mais... eu saía mais... Porque lá embaixo não tenho muitos, muitos amigos. É raro eu fazer muita amizade lá pra baixo. Eu tenho mais amigos mesmo é aqui no C J e aqui no Gonzaga. Quer dizer, aqui eu fui criado e crescido aqui.

Eu me sinto mais, mais seguro aqui em cima do que lá embaixo. Eu me sinto mais seguro. Porque lá, se você quer praticar um esporte, às vezes, não tem quadra pra esporte, porque a quadra tá tudo quebrada lá embaixo. Eles falam que vai reformar... e nada! Então, a gente fica lá, então...

Às vezes, assim, quando eu não tenho compromisso nenhum, assim, meio de semana, dia de semana, eu fico mais mesmo é no Jardim Gonzaga. (Sandro, 24 anos).

Uma noção importante de pertencimento está no sentido de segurança que Sandro traz. Não se trata apenas de se sentir mais à vontade ou menos deslocado no bairro onde cresceu. Trata-se de se sentir seguro, de saber onde pisa, de saber com quem pode ou não contar. É uma questão de dominar os códigos daquela localidade, o que lhe garante um trânsito maior pelos espaços e pelas relações sociais. Essa segurança a que Sandro se refere não tem encontrado em seu novo local de moradia, uma vez que ainda não estabeleceu relações suficientes para lhe assegurar uma noção de pertencimento àquele lugar. Ainda não “conhece” suficientemente o bairro nem as pessoas para se sentir tão tranquilo lá quanto no Jardim Gonzaga. Reconhecer-se pertencente a um território, ainda que não seja o seu local atual de moradia, confere a Sandro a certeza de poder contar com as relações próximas estabelecidas, com a mutualidade construída entre os sujeitos, na garantia de proteção e segurança. Se, por um lado, Sandro se reconhece pertencente ao Jardim Gonzaga apesar de não residir mais naquele local, por outro lado aquela coletividade também o reconhece como membro, demonstrando que a sociabilidade primária ultrapassa as barreiras geográficas.

Gustavo tem 15 anos, mora com a família no bairro Jardim Martinelli, próximo ao bairro Pacaembu, nas imediações do Jardim Gonzaga. Seguem trechos de sua entrevista.

Paulo - Você não mora aqui no Jardim Gonzaga. Que lugares você costuma frequentar?

Gustavo - Antes eu frequentava bastante, agora eu parei um pouco, né, por causa da minha mãe. Ela ficava brava comigo!

Paulo- Onde?

Gustavo - No [Jardim] Gonzaga. Antes eu frequentava todo dia. Era todo dia e voltava três hora, três e meia! Aí eu parei. Agora só de vez em quando eu vou com ela. Se não, vou lá conversar com os moleque. Vou ali perto da casa do Daniel, nós vai lá, fica lá um pouco... só! Agora eu não frequento muito mais não! Teve tempo que de dia tava lá, 24 hora lá! Aí só vinha a hora que

minha mãe tivesse chegando do serviço! Só aí ia embora. Aí ela pensava que eu tava em casa. Mas era 24 horas lá.

Paulo - E o que aconteceu que você começou a ficar mais em casa?

Gustavo- Aconteceu? Ah, prefiro ficar mais em casa, né? O tanto que a minha mãe falava! Quer meu bem, né? Aí eu fiquei mais em casa!

Paulo - Você já teve ocasião de te oferecerem drogas, oferecer pra fazer uns “corre”<sup>17</sup> por aí?

Gustavo- Muitas vezes!

Paulo - E como foi isso?

Gustavo - Ah, no começo, eu tava indo, mas depois eu parei! Agora nem chego perto direito. Por isso que eu fico mais em casa agora, que é melhor! Escutar minha mãe, né?

Gustavo, do que se depreende dos trechos transcritos acima, construiu seu *pedaço* no Jardim Gonzaga, embora resida em outro bairro. Diferentemente de Taís, encontrou seu pertencimento, ainda que por um tempo, em bairro diferente do de sua residência, mas onde ficava “24 horas” (um exagero de linguagem, significando que passava lá a maior parte do tempo, uma vez que sempre retornava à sua casa). Ao contrário de Sandro, que se mudou de bairro, mas retorna ao seu *pedaço* por se sentir mais seguro, Gustavo diz que precisou, ou optou, por um afastamento, ainda que parcial, desse mesmo *pedaço* justamente por não ser segura a sua permanência mais prolongada naquele local. Retorna em visitas pontuais, acompanhado pela mãe, ou para rever amigos ou participar das atividades do CJ.

Ao evidenciar que, por um tempo, envolveu-se nas atividades do tráfico e/ou no uso de drogas, Gustavo traz para a discussão a questão da convivência com essa temática no cotidiano daqueles jovens, como uma forma também de construir sociabilidades, de estabelecerem-se relações com e por meio das drogas naquele território em questão.

Heitor tem 16 anos, mora no jardim Gonzaga com os pais e o irmão. Faz várias atividades, além de ir à escola e fazer cursos profissionalizantes, ocupando praticamente todo o seu tempo em atividades educativas.

Heitor- Ah, eu vejo bastante, de crianças assim, já... fumando...bebendo, fazendo essas coisa errada, mas... Não aparece ali do nada, né? Porque eles oferece e também as pessoa não fuma escondido, fuma na vista de todo mundo... Aí tem criança que vê e quer fazer a mesma coisa. Aí vai, fazendo assim, vai indo até...

---

<sup>17</sup> Fazer um “corre” significa envolver-se nas atividades do tráfico de maneira direta ou indireta, principalmente na entrega de alguma mercadoria para um cliente.

Paulo- E isso você vê nos lugares que você frequenta, mais próximo da sua casa, como é?

Heitor- Mais próximo da minha casa. Tem vários lugares que vendem. Principalmente na casa da minha tia vende. Ela tem bastante criança. Aí eu penso no futuro deles, né? Eles convivem lá! Aí... (Heitor, 16 anos).

Daniel- Então, pra mim é complicado! Você vendo aquela pessoa que cresceu comigo, do meu lado, “estudamo” junto, “crescemo” junto, aí chega lá, vai cada um pra um lado! Ele vai pro caminho dele, eu vou pro meu!

Paulo- E isso acontece muito?

Daniel- Então, sempre, né? Acho que todos os dia que eles vão fumar, eles passa lá e fala: “Vamo dá um tapinha?”. Tapinha é dá um fumo, né. Aí eu falo: “Não, tô legal, não quero! Não, oferece isso aí pra quem quer!” Eu fico até triste! É meu amigo, né, cara! É complicado! (Daniel, 22 anos.)

Nas palavras de Heitor as drogas aparecem nas ações corriqueiras do cotidiano, “às vistas de todo mundo”, bem como nas relações mais próximas, na família. Há um discurso valorativo em relação às drogas, lícitas e ilícitas, classificando-as como “coisa errada”, como algo que, ao contrário do que percebe na sua experiência, deveria ser feito às escondidas. E demonstra preocupação mais direta com as crianças, que ficam expostas, na maneira como ele enxerga a questão, de forma mais intensa.

Ao trazer as drogas numa relação próxima, familiar, na casa de sua tia, Heitor evidencia uma das maneiras com que o comércio de drogas se inscreve nas vivências cotidianas daquela coletividade. Na casa de sua tia existem crianças, que convivem com o comércio das drogas diariamente, a ponto de preocupar Heitor. Não se trata de um ponto de venda de drogas fortemente protegido, de acesso restrito, como se costuma veicular na grande mídia, mas de uma casa onde moram mulheres e crianças. As drogas se inserem, portanto, na economia das famílias (BEGNAMI, 2008), como uma fonte de ganho, de sustento. Estabelecem-se relações muito mais imbricadas e complexas do que uma simples separação entre “bandidos” e “pessoas de bem”.

Daniel já traz essa convivência por meio das relações de amizade transformadas pelo comércio e/ou uso de drogas. Demonstra pesar ao comparar as trajetórias desses amigos com a sua, inseridos no mesmo contexto social e expostos aos mesmos dramas. Daniel evidencia em suas falas o discurso sobre a existência de “caminhos” diferentes e possíveis para aqueles jovens, naquele contexto, dentro das possibilidades ali apresentadas, como opções e não como determinações. Daniel diz

seguir o seu próprio, tentando driblar as circunstâncias, equilibrando-se entre precariedades e tentações, de um lado, e o exercício de suas potencialidades, de outro; já seus amigos optaram por usar ou comercializar drogas. Duas possibilidades dentre outras que se colocam àqueles jovens. No entanto, a convivência entre esses caminhos não se dá de forma desarmônica naquele contexto, pelo contrário, convivem, coexistem e se retroalimentam.

Abordar a temática das drogas é sempre muito delicado em especial no contexto de uma pesquisa que, por mais que me colocasse numa relação de horizontalidade com os jovens, buscando ouvi-los sem pré-julgamentos, minha figura representava o poder instituído. Isso pode de certa forma, ter reconfigurado o teor das falas em direção a um discurso mais socialmente aceito ou que o entrevistado julgue ser o mais adequado (GARFINKEL, 2006).

Os trechos das entrevistas, assim sendo, foram acolhidos como representativos das percepções daqueles jovens, não, porém, sem relativizar seus conteúdos expressos num processo de interação singular.

Paulo – Há pessoas que acham que quem mora nos bairros de periferia tem mais chance de usar drogas do que quem vive em outras áreas da cidade. Você concorda?

Gustavo – Uma parte, sim, uma parte não! Não... Concordo? [pensa um pouco] Não! Não concordo!

Paulo – Por quê?

Gustavo – Porque não é só porque mora lá [na periferia] que tem que... Tem muitos que mora no centro também, vários, tem gente que mora até classe média, condomínio, e, é... usa droga! E... e também a mesma coisa! Mas só que num bairro assim [como o Jardim Gonzaga] é mais fácil deles usar, né, porque convive lá, muitas pessoa, convive perto, aí vê, né? E eles [que moram em outras áreas] não vê isso, é criado num condomínio, com as coisa de luxo. Mas tem uns que ainda usa (Gustavo, 15 anos).

A associação entre juventudes pobres e drogas aparece no imaginário social como quase “natural”. Essa visão é reproduzida na grande mídia e nos discursos políticos e textos das políticas públicas voltadas para a questão. São os jovens pobres os alvos prioritários das ações públicas relacionadas à temática, a despeito de o consumo de drogas não respeitar divisões entre classes sociais. Tal associação vem reforçar a visão social construída a respeito do jovem das camadas populares enquanto “perigoso”, “violento” (LOPES et al., 2008), portanto, o depositário do temor em relação às drogas.

Nas interações estabelecidas com os jovens, pude constatar que a questão das drogas recebe tratamentos diferentes quando o consumo se dá em outras classes sociais.

Diário de campo, 12/11/2010

Prosseguindo na realização das Oficinas, hoje tratarei do tema Drogas; porém, ocorreu um fato bastante significativo, que, por sua eloquência, acabou por substituir a própria realização da atividade.

Havia programado o uso de técnicas ligadas ao Teatro para a exploração do tema. Pretendia iniciar a Oficina pedindo que os participantes relatassem situações de sua experiência diária em que o tema das drogas aparecesse em suas vidas e, em seguida, eu tentaria encenar com eles esses relatos, procurando explorar percepções, sentimentos e possíveis soluções para as situações.

Contudo, ao chegar ao CJ no horário combinado, o espaço encontrava-se praticamente vazio, apenas com a presença dos funcionários, integrantes do Projeto METUIA e algumas poucas crianças. Fui perguntar à coordenação do serviço a que se devia aquele esvaziamento e obtive como resposta a associação com a realização, na noite anterior, de um evento universitário ligado a um torneio esportivo entre as Universidades da cidade. Esse evento, tradicional na cidade e parte do calendário festivo municipal (Lei Municipal 15.246, de 08/04/2010), toma conta de ruas e avenidas que ligam as duas Universidades (USP e UFSCar) e é famoso pela alegria dos estudantes, mas também marcado por excessos ligados ao consumo de álcool e outras drogas.<sup>18</sup>

Segundo informações obtidas, o movimento no bairro Jardim Gonzaga na noite anterior foi bastante intenso, ligado ao tráfico de drogas. De acordo com uma informante, “foi um entra-e-sai a noite inteira”.

Não me foi possível apontar com precisão de que forma este evento interferiu de maneira decisiva no esvaziamento do serviço, por falta de informantes e pelos riscos envolvidos em proceder a uma investigação maior. O que reina, nesse ponto, é a lei do silêncio. Porém, fica evidente que há uma relação direta entre a movimentação no bairro na noite anterior e a ausência de jovens fora do bairro. Portanto, a lógica da droga se faz presente na vida cotidiana daqueles jovens, quer estejam ou não envolvidos no negócio.

Dos entrevistados, apenas Daniel compareceu naquele dia. Porém mesmo ele foi reticente quanto aos acontecimentos.

Uma questão suscitada por este acontecimento é a complacência da sociedade quando excessos e abusos são cometidos por parte de integrantes das camadas mais abastadas. O referido evento, denominado “corso”, foi *acompanhado e monitorado* pela Polícia Militar, sem maiores intervenções. Infelizmente, o evento foi marcado pela morte de um jovem universitário, encontrado no dia seguinte dentro do córrego que corta a cidade. Por ser um evento universitário, é esperado e tolerado pela sociedade, a despeito dos excessos cometidos. Ao passo que de jovens da periferia é exigida a apresentação de RG para entrar em espaços públicos dedicados ao consumo de massa, quando não têm sua entrada efetivamente impedida.

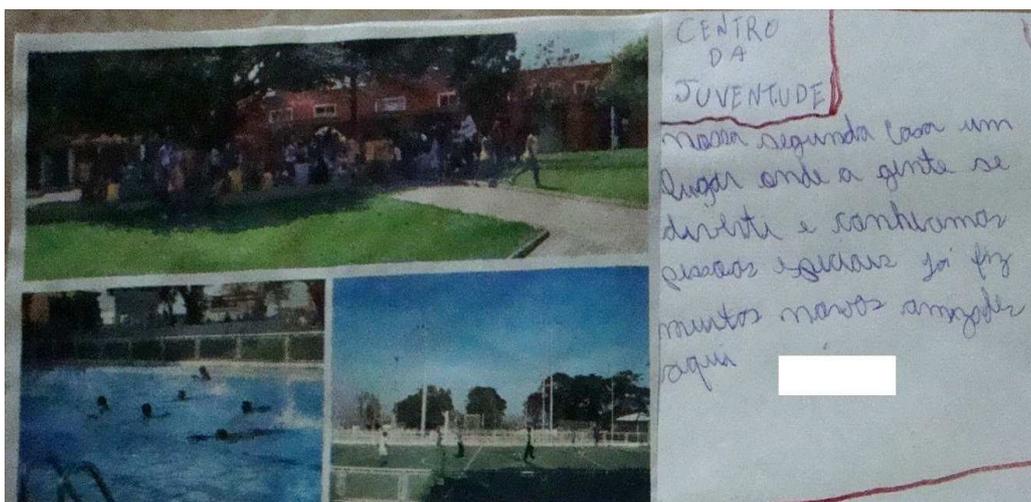
---

<sup>18</sup> Em 2011, dois jovens morreram em decorrência de acidentes durante o evento e uma senhora de 82 anos foi atropelada e morta por um estudante que dirigia embriagado após sair de uma das festas da TUSCA.

Fica evidente que, para além da questão da droga em si, dos efeitos nocivos do uso abusivo de drogas, existe uma forte conotação de classe social no discurso e nas ações relacionadas ao tema. Quando os excessos e abusos acontecem entre jovens das classes mais altas, são tolerados como momentos de descontração próprios da idade. Quando vindos das classes trabalhadoras, são rapidamente associados à violência e à desordem.

Na caracterização dos grupos de jovens que estudei, na apreensão do território ou do *pedaço* onde estabelecem suas relações, o Centro da Juventude, como equipamento social que concentra atividades de lazer, de capacitação profissional e cultura, constituindo-se na *mancha* que congrega os jovens da região, e o Projeto METUIA como ação direta naquele campo visando a promoção da participação daqueles jovens, constituem-se em pontos importantes na compreensão e na apropriação do território pelos jovens.

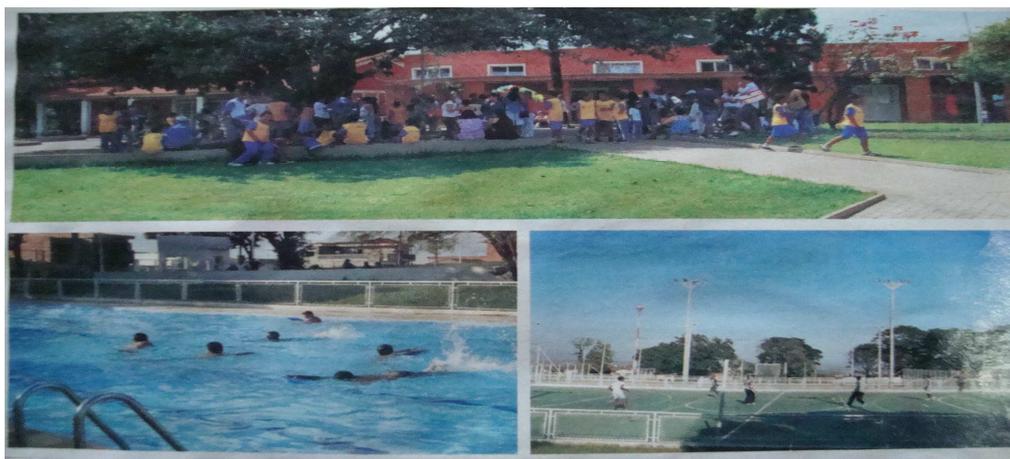
Figura 6 - Produção de Daniel na oficina sobre identidade, representando o CJ



Fonte: Oficina de Atividade. Tema: Identidade

Na oficina de atividades em que se trabalhou o tema identidade, foi pedido aos jovens que construíssem com recortes de revistas a sua “bandeira pessoal”, expressando aspectos que os pudessem identificar. Daniel incluiu em sua bandeira o Centro da Juventude, conforme apresentado nas figuras 6 e 7. Encontrou as figuras num informativo do CJ e escreveu ao lado das imagens: “Centro da Juventude - Nossa segunda casa um lugar onde a gente se diverte e conhecemos pessoas especiais já fiz muitas novas amizades aqui.” (conservada sua própria grafia).

Figura 7 - Produção de Daniel na oficina sobre identidade (detalhe).



Fonte: Oficina de Atividade. Tema: Identidade

Numa das primeiras interações no campo, Daniel disse que ir ao CJ representava para ele uma renovação de ares, uma vez que sua frequência àquele local e às atividades do Projeto METUIA significavam os elementos em torno dos quais organizava seu dia-a-dia. Não trabalha, não estuda, e tem no CJ sua segunda casa, local onde estabelece relações significativas e encontra seu pertencimento por meio das atividades que realiza. Importante ressaltar que as atividades desempenhadas por Daniel naquele espaço não incluem as de capacitação profissional, por não se enquadrar nas exigências dos programas oferecidos.

As percepções dos jovens acerca do CJ puderam ser acessadas também por meio de outra atividade expressiva e cujo conteúdo permite tecer algumas considerações a respeito da relação dos jovens com o serviço. Durante a oficina cuja temática era o cotidiano, foi utilizada a técnica de poesia coletiva na qual, a partir da sugestão de um tema, os integrantes da atividade faziam contribuições espontâneas, as quais eram anotadas e compunham, ao final, a poesia do grupo. Abaixo transcrevo a poesia “Centro da Juventude”:

Diversão  
 Os melhores professores  
 Gosto muito  
 Amigos  
 Não sei!  
 Não sei!

Aprender!

Ficará para sempre em nossos corações

Lugar para aprender!

Já é! (Autores: Daniel, Helena, Taís)

Na poesia acima, os aspectos que transparecem nas percepções dos autores quanto ao CJ estão ligados à convivência, à diversão e como um lugar para aprender. Cumpre desta forma, o papel de oferta de lazer, esporte e cultura, mas não aparece como um espaço de participação, de estímulo à liderança, de ampliação de direitos. Ao ressaltarem o aspecto de “lugar para aprender” com “os melhores professores”, parece reproduzir, na percepção dos jovens, a fórmula tradicional da escola, espaço em que os conhecimentos são transmitidos e pouco construídos conjuntamente, numa visão predominante e majoritária. Outro aspecto que salta dessas percepções é a caracterização do CJ como um clube, função importante, sem dúvida, mas que limita as possibilidades de apropriação do equipamento em sua proposta original de promover a participação e o protagonismo juvenil.

Então, o [Projeto] METUIA é uma coisa que me ensinou, cara! Conhecer lugares que eu não conhecia! Eu nunca imaginava que existia a UFSCar! Eu nunca (pausa) saí pra lá, porque eu sou um cara, eu sou medroso, né! Eu sou medroso! Pessoal me ameaçar, eu já não quero mais sair de casa! Então, eu nem imaginava, né? Aí eu falo, né, as *dona* [professoras e estagiárias do METUIA] me levou lá pra conhecer... Nossa! Lugar bacana! Conheci várias coisas, teatro!... Também me levaram no cinema, eu nunca tinha ido no cinema, cara!

Aí eu vejo que a vida não é ruim, cara! A vida é legal, cara! Se você não ficar dentro de casa, procurar o que fazer, ela é bacana! (Daniel, 22 anos).

Tem a [professora do METUIA] que é professora nossa, tá dando aula pra nós também. Que eu não entendo muito de português. Ela tá ensinando. Ela tá ensinando pra mim e pro Daniel. Ela é uma pessoa super doce. Então, é como eu falei: me sinto mais seguro aqui do que lá embaixo. (Sandro, 24 anos)

Em relação à ação do Projeto METUIA especificamente, as falas de Daniel e de Sandro são bastante significativas. Daniel traz as atividades do Projeto METUIA como portas que se abrem para novos conhecimentos e novas formas de significar sua própria vida. Uma vez que a terapia ocupacional social busca empoderar os sujeitos no sentido de oferecer instrumentos para favorecer sua participação e a transformação de sua realidade, as ações empreendidas nas oficinas do Projeto METUIA se constituem em campo importante de experimentação, reflexão e de prática

de negociações e tomada de decisão, além de possibilitar a construção de novos sentidos para as ações cotidianas.

Sandro incorpora à sensação de segurança que encontra no Jardim Gonzaga as atividades realizadas no âmbito do Projeto METUIA. Ressalta de maneira especial ações que são empreendidas na individualidade, na atenção às suas necessidades específicas, no caso “aulas de português”, uma vez que Sandro interessasse por música e deseja compor suas próprias canções, mas tem dificuldade em escrever. Ao ter sua necessidade diretamente atendida, sente-se acolhido, pertencente àquele espaço; sente-se respeitado, considerado. Sente-se, enfim, seguro.

Esse tipo de relação estabelecida com as professoras e estagiárias do Projeto METUIA está baseada numa lógica que parte da valorização da demanda (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007a; MALFITANO, 2005; GALHEIGO, 2003) na proposição das ações, que partem dos interesses e necessidades dos sujeitos para promover sua participação social e o acesso aos seus direitos.

No entanto, cabe aqui uma ressalva. Não obstante o destaque dado pelos jovens entrevistados às ações empreendidas tanto pelo CJ quanto pelo Projeto METUIA, elas não são acessadas por aqueles jovens mais profundamente inscritos no crime. Mesmo em relação aos jovens identificados como trabalhadores do tráfico, estes ocupam posições subalternas, de modo que tais ações não atingem os que estão profundamente na ilegalidade.

Tal questão também nos faz discutir o lugar de ambiguidade em que profissionais, técnicos ou não, e serviços públicos destinados a esses grupos de jovens ocupam. Ao se empreenderem ações que fomentem o exercício da cidadania, e o protagonismo desses jovens, mas que, no entanto, chegam a um número pequeno deles, apenas àqueles que chegam aos serviços, acaba-se por reforçar o *status quo* que separa os jovens entre “bons” e “maus”, gerando vulnerabilidades entre os vulneráveis. Discutir esse lugar de ambivalência se constitui em tarefa importante ao se pensar ações junto a esses grupos de jovens, procurando construir, conjuntamente, técnicos, serviços, comunidade e sujeitos, alternativas para superar esse estado de coisas.

Na compreensão das vivências dos jovens estudados, um aspecto relevante reside nas perspectivas de futuro que esses jovens projetam para si.

Dificuldades, impedimentos, incertezas, esperanças, ausências de perspectivas transparecem dos depoimentos que transcrevo a seguir. Dramas não circunscritos àquele grupo de jovens, porém vivenciados por eles de maneira intensa e que suscitam chaves para a discussão das ações destinadas a eles.

#### O MEU FUTURO<sup>19</sup>

Quero o melhor (T)

ser muito feliz (H)

*Família* (D)

Estar sempre ao lado de quem eu amo (T)

Estudar (H)

*O futuro... Não sei!* (D)

Crescer profissionalmente (T)

ao lado dos meus amigos (H)

*O que vou falar?* (D)

Poder viver, (T)

não sei, (H)

*continuar!* (D)

Helena- Eu quero me formar! Não sei em quê ainda, to vendo, mas eu gosto mais, mas pretendo me formar, sim! Estudar mais! Ter um futuro melhor! (Helena, 17 anos).

Eu não tenho sonho ainda! (Saulo, 15 anos. Oficina de Atividades tema: Identidade).

São variadas as perspectivas dos jovens que entrevistei a respeito dos projetos futuros, sobre o que esperar de suas vidas. Encaram cotidianamente as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o sofrimento com o estigma ligado às áreas onde moram e a experiência de serem jovens numa condição social precarizada, sujeitos às vulnerabilidades decorrentes dessa precarização.

Na poesia coletiva sobre o tema “O meu futuro”, destaco as contribuições de Daniel, anotadas em itálico. Daniel, 22 anos (prestes a completar 23!), com baixa escolaridade (parou os estudos na 6<sup>a</sup>. série) e numa idade em que, em especial para

---

<sup>19</sup> Poesia coletiva elaborada por Taís, Helena e Daniel. As letras entre parênteses identificam o autor de cada verso.

jovens pobres, espera-se que esteja no mercado formal de trabalho, mas cujas possibilidades de inserção vão se tornando mais restritas a determinadas colocações, pouco qualificadas. Agrupados, seus versos configuram a incerteza que marca suas projeções para o futuro.

*Família*

*O futuro... Não sei!*

*O que vou falar?*

*Continuar!*

Daniel preocupa-se com o seu futuro. Contrastando com as contribuições das duas jovens, Taís e Helena, Daniel deixa transparecer a perspectiva de um futuro incerto pontuado por um presente marcado por limitações e precariedades. Espera para o futuro o mesmo que para o presente: Continuar! Seguir seu caminho, passo após passo, sem saber ao certo aonde chegar.

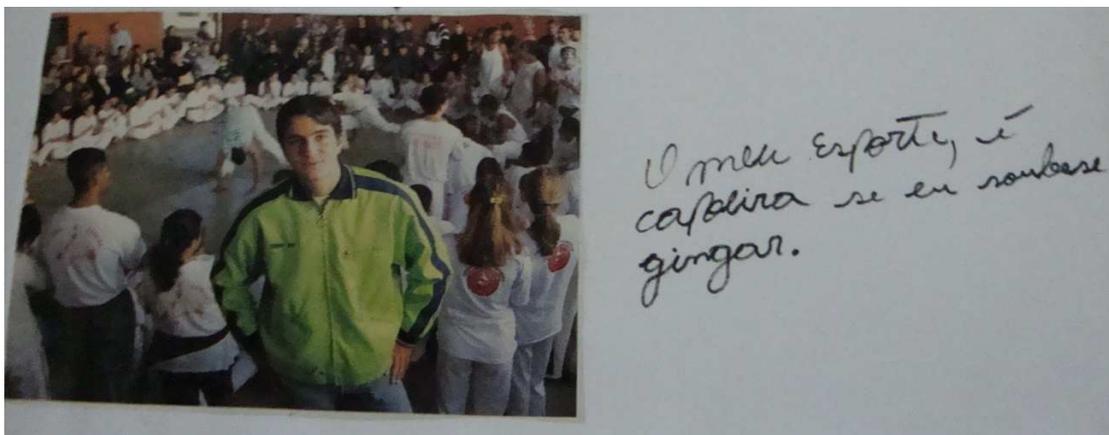
Na sequência, Helena, 17 anos, mora com a família no bairro Cidade Aracy II. Trabalha durante o dia numa instituição pública e estuda à noite. Cursa o terceiro ano do ensino médio. Sonha em se formar, ainda não sabe em quê, mas é o futuro que almeja para si. Vê nos estudos a possibilidade de ascensão social, que traduz como um futuro melhor. Mora num bairro de periferia também fortemente associado pela sociedade são-carlense à criminalidade e à violência. No seu bairro, convive com a questão das drogas, como os demais jovens moradores da periferia. Tem sua “turma” que, conforme me disse, “é mais tranquila que as outras”, divertem-se indo a pizzarias, conversando na praça, saindo de vez em quando. Seu cotidiano é estruturado pelo trabalho e estudos, restando-lhe livres os finais de semana, quando prefere ficar mais em casa. Seu circuito (MAGNANI, 1996) é restrito ao seu bairro e ao entorno.

Diferente de Daniel, a incerteza quanto ao seu futuro reside na possibilidade de optar por uma carreira que mais lhe agrade, que lhe satisfaça pessoal e profissionalmente. A incerteza recai sobre a existência de opções, não na falta ou escassez delas, como no caso de Daniel. Tem a possibilidade de pensar o que vai escolher para seu futuro, enquanto que Daniel precisa se agarrar ao que aparecer. Frente às incertezas inerentes ao amanhã, para alguns elas são mais incertas que para outros.

Por fim, Saulo, 15 anos, cursa o oitavo ano do ensino fundamental. Repetiu um ano. Conta que seu pai está preso por ter esfaqueado outro homem. Mora

com a mãe, o padrasto e o irmão. Passa as tardes jogando futebol, por não ter nada para fazer. Durante a Oficina de Atividades cujo tema era identidade, definiu-se por aspectos que não possui. A figura abaixo é parte de sua produção.

Figura 8 – Produção de Saulo na oficina sobre identidade



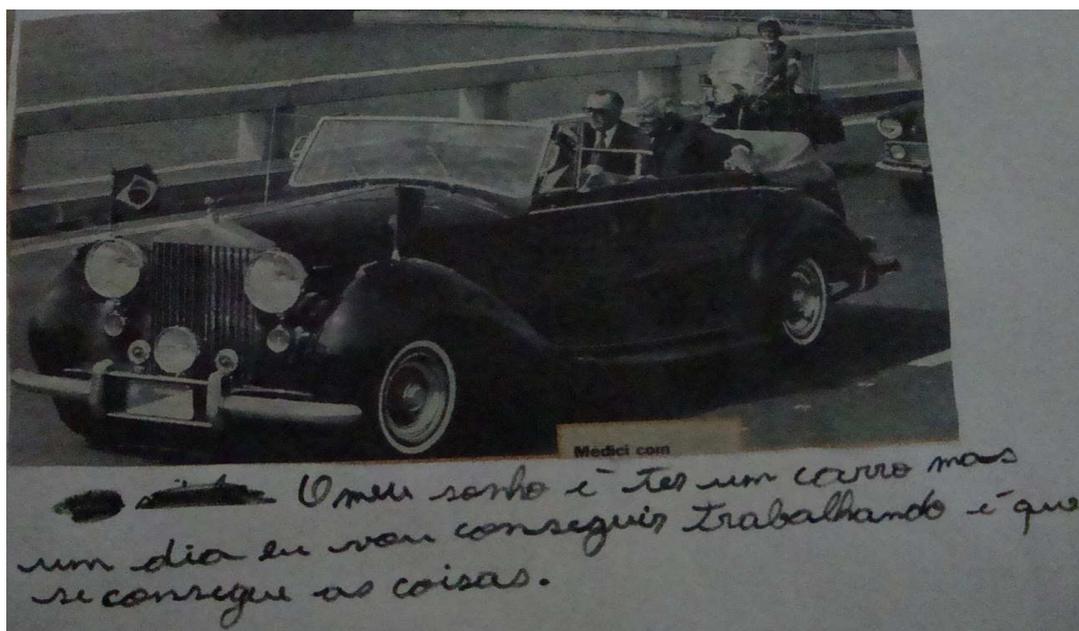
Fonte: Oficina de Atividade Tema :Identidade

Na imagem, um rapaz branco, trajando uma jaqueta esportiva, posa para a foto, sorridente. Ao fundo, um grande número de pessoas observa uma roda de capoeira, ao centro. No lado direito da folha, Saulo escreve: “*O meu esporte é capoeira se eu soubesse gingar*” (conforme a sua própria grafia). Saulo se define por um esporte dinâmico, a capoeira, mas reconhece que não sabe “gingar”. E depois arremata dizendo que “não tem sonhos ainda”. Sua frase, misturando os tempos presente e condicional (meu esporte é... se eu soubesse...) me faz pensar na sua condição de jovem, pobre, morador da periferia. Ao mesmo tempo convivem a potencialidade, o dinamismo, a capacidade de fazer acrobacias pela vida, de um lado, e a ausência de condições para realizar todo esse potencial, de outro. Um presente indefinido levando a um futuro ainda incerto.

Outra figura que compõe a “bandeira” de Saulo reforça essa indefinição, essa incerteza quanto ao lugar a ser ocupado por ele no futuro. Na foto, recortada de uma revista, aparece uma imagem em preto e branco de dois homens de terno e gravata num carro conversível. Estão no banco de trás e são guiados por um motorista. Há uma bandeira do Brasil no pára-choque dianteiro direito do veículo. Atrás, vê-se um policial em uma moto. Abaixo da foto, Saulo escreveu: “*Meu sonho é ter um carro mas um dia eu vou conseguir trabalhando é que se consegue as coisas*”. O fluxo da frase, sem pontuação, sugere uma dinâmica de pensamentos que vão se sobrepondo, quase que se

atropelando, expressando o sonho, a realidade e a esperança, ainda que vislumbrada num horizonte não tão próximo. Ao sonho de ter um carro, símbolo de poder e liberdade, sobrevém a realidade, logo contraposta pela esperança (mas um dia eu vou conseguir), condicionada ao código social do trabalho e do esforço pessoal para conseguir as coisas.

Figura 9 – Produção de Saulo na oficina de identidade



Fonte: Oficina de Atividade. Tema: Identidade

## CAPÍTULO 2 – DIREITOS VIOLADOS, ESPAÇOS NEGADOS

Ser cidadão é saber-se sujeito de direitos, mas para ser sujeito de direitos é preciso um grau de autoconhecimento e de leitura crítica da realidade que possibilite ao indivíduo se compreender como sujeito com intenções, desejos, expectativas e como sujeito histórico e social (BARROS; LOPES e GALHEIGO, 2007b, p. 356).

Apesar dos avanços no sentido da promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos nos âmbitos nacional e internacional, no Brasil advindos do processo democrático, como a promulgação da Carta Constituinte, ainda se constata quadros do mais profundo desrespeito aos direitos da população. Com relação aos jovens, tal quadro se apresenta de forma relevante e expressiva, especialmente em relação aos jovens pobres (LOPES; SILVA e MALFITANO, 2006; NOVAES et al., 2006). Por exemplo, ações de cerceamento à livre circulação pelos espaços urbanos, precariedade no acesso a bens e serviços, afrontas à condição de cidadão, traduzidas nas abordagens policiais gratuitas e violentas são vivenciadas cotidianamente nas periferias dos centros urbanos.

Então, no centro [da cidade] eu só vou às vezes porque é complicado. Lá que é mais complicado pra nós... Um dia, né, eu fui lá no centro [da cidade] fazer compra pra mim, comprar umas roupas pra passar o natal, né. Aí, né, aqui no Jardim Gonzaga os policial já me conhece, né? Aí, então, vieram me seguindo até ali no [Colégio] Jesuíno [de Arruda], achando que eu ia fazer alguma coisa de errado, porque eu tava com sacola na mão. Falaram, esse daí tá com dinheiro das drogas pra comprar roupa. Então, é complicado! Eu vou só às vezes, porque é complicado. Eu tenho um amigo na [Cidade] Aracy. Tenho vários amigos no [Bairro] Santa Felícia... Em cada lugar, eu conheço um pouquinho de gente (Daniel, 22 anos).

O relato de Daniel mostra o padrão de uso da cidade desenvolvido por ele e por outros jovens com quem manteve contato: maior circulação pelo próprio bairro e bairros também periféricos, com idas limitadas ao centro da cidade que, conforme lembram Lopes, Souza e Borba (2010), não está geograficamente tão distante do bairro onde Daniel mora. No entanto, a “distância social” é bastante grande e, em alguns casos, difícil de ser transposta. Assim, aqueles jovens são cidadãos de circulação restrita em seu próprio município.

O caso de Daniel tem especificidades importantes de se analisar ao ouvir seu relato carregado de indignação. Ao descrever a cena acima, destaca que os policiais “já o conhecem” do Jardim Gonzaga e, por isso, teriam-no “acompanhado” até uma espécie de fronteira entre a cidade “legal”, “formal” e a “ilegal” ou “informal” (ROSA,

2008), representada pelos limites da Escola Estadual Jesuíno de Arruda, local, aliás, que, segundo Rosa (2008), constituía exatamente o término da cidade e o início da região periférica nos anos 1950, quando do início da formação dos bairros que hoje compõem a região sul do município.

Para Daniel, o “conhecimento” que os policiais têm a seu respeito muito provavelmente esteja ligado à prisão de seu irmão por tráfico de drogas e a invasão de sua casa pela polícia à procura de mais drogas. Daniel contou-me esse episódio numa das conversas que tivemos. Mencionou a situação de sua mãe, que teve que passar por tal constrangimento e se mostrou revoltado com a conduta dos policiais na ocasião. Parece, então, ter ficado marcado pelos policiais que “o conhecem” e esperam dele atitudes suspeitas, ainda que não haja indício ou motivo algum para suspeição.

A transposição dessas barreiras entre a periferia e a cidade, no caso de Daniel, precisa ser mediada por ações como as realizadas pelo Projeto METUIA cujo relato destaquei no capítulo anterior. Daniel refere-se como “medroso” e que só pôde experimentar espaços diferentes dos que usualmente ocupa, locais que sequer imaginava existir, por meio da intervenção da universidade, na ampliação e conscientização dos seus direitos. Ações desse tipo são de extrema importância, ainda que para Daniel, bem como jovens como ele, o exercício efetivo desses direitos exija mais do que conscientização.

Paulo- Você sabe que você tem direitos?

Daniel. - Tem, né,... É... É complicado! Vai falar pra eles [os policiais] que eu tenho direito! Ele vai “continuar” [calar de forma violenta] nossa boca! Eles... Pessoal aqui, pra eles, nem é gente. É cachorro as pessoas que moram aqui! É complicado! (Daniel, 22 anos).

No entanto, essas restrições não são gerais, não afetam todos os jovens com a mesma intensidade. Porém, se não aparecem como cerceamento, aparecem pelo controle dos espaços urbanos e dos corpos, conforme relata Nelson, um rapaz de 15 anos, morador do Jardim Gonzaga.

À noite, quando não tem lugar pra sair, talvez eu vou na *Praça dos Pombos* [Praça Coronel Salles] lá, ou então fico em casa, brincando com a minha irmã e as colega dela lá na rua [pausa]. Aí de sábado eu fico em casa e de domingo, talvez, eu vou pra *Rua Larga* [Av. Dr. Teixeira de Barros] que lá vai um monte de gente lá também. Aí me enturmo no meio lá e fico lá.

Porque na Praça dos Pombos vai um monte de polícia, não tem como você usar droga. Porque você tá andando aqui, pisa no pé de alguém, já vem

polícia em cima. Na [Rua] *Larga* também. Os polícia vai e volta, vai e volta, e às dez horas [da noite], sai “fechando” e todo mundo vai embora pra sua casa. Já é! Dez hora a polícia tá fechando, vai passando e mandando todo mundo embora.

Nelson, ao contrário de Daniel, circula por outros espaços públicos distantes de seu bairro. A praça a que se refere, a Praça Coronel Salles, conhecida como *Praça dos Pombos*, devido à existência de um grande pombal para abrigo das aves, localiza-se na principal avenida da cidade, na região central. Aos finais de semana, há ali uma grande concentração de jovens de várias partes da cidade, que se reúnem para conversar, namorar, ouvir música, interagir. Na concepção de Magnani (2002, 1996), constitui uma das *manchas* do município, onde jovens de vários *pedaços* se encontram.

O relato de Nelson traz a presença massiva da polícia naquele local, onde “tem mais polícia do que gente”, conforme ele me disse. Qualquer menção de incidente, ainda que possa ser mediada por um exercício de respeito mútuo, de civilidade, segundo Nelson, motiva a intervenção policial.

Ainda que se possa argumentar a favor de um certo exagero na descrição do quadro, o relato de Nelson traz efetivamente uma presença da polícia no sentido do controle daquele espaço, localizado na região central da cidade, nas circunvizinhanças da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores, além de estabelecimentos comerciais e bancos. Naquele espaço, a presença dos jovens não é impedida, mas é efetivamente controlada, reforçando a concepção de periculosidade associada a grupos de jovens e, de modo especial, aos jovens pobres.

Outro exemplo desse controle, trazido por Nelson, está na concentração na chamada *Rua Larga* (ou Av. Dr. Teixeira de Barros), caracterizada por ser uma avenida de mão dupla dividida por um canteiro central. Aos domingos à tarde, jovens se reúnem na referida avenida, circulam de automóveis, indo por uma via e retornando pela outra. Carros exibem seus sons, rapazes e moças formam grupos que interagem entre si, consomem álcool, namoram. Trata-se de uma rua que é a ligação direta entre a região sul de São Carlos e o Centro da cidade. É nas proximidades do final da avenida que se localiza a Escola Estadual Jesuíno de Arruda, a “fronteira” entre a cidade e a periferia a que me referi no exemplo de Daniel. Também existem estabelecimentos comerciais, bancos e residências. Segundo Nelson, a polícia se faz presença constante naquela região, circulando o tempo todo em que os jovens ali se reúnem e, às dez horas

da noite, “sai fechando” a avenida, num “toque de recolher”, mandando os jovens de volta às suas casas.

O que se busca aqui não é fazer um discurso contra a ação da polícia no cumprimento de sua função no papel de instituição responsável pela garantia da ordem e pelo cumprimento das leis, mas busco pontuar a intensidade dessa ação quando se dirige a grupos de jovens em determinadas áreas da cidade. A presença massiva da polícia não foi referida pelos entrevistados quando se reúnem nas praças e ruas de seus bairros periféricos, tampouco se tem a mesma postura nas imediações dos campi universitários. Há sim a presença da polícia de rotina, quando há, mas não na intensidade descrita por Nelson nos espaços que frequenta. Quando jovens da periferia chegam a acessar espaços fora de seus bairros ou em bairros que não sejam também periféricos, esse acesso é mediado pelo controle, na perspectiva do delito previamente suposto na figura do jovem pobre.

Paulo- E quais os lugares você costuma frequentar fora esses em que você vem fazer curso?

Heitor. - [pausa] Ah, eu só frequento aqui mesmo, mais nenhum lugar. O curso que eu faço, só.

Paulo- Tem algum lugar que você vá fora daqui do bairro?

Heitor. - Não.

Paulo- Mais para o centro?

Heitor. - Não. Só saio quando é necessidade.

Paulo- Você fica mais nessa região aqui mesmo?

Heitor. - É (Heitor, 16 anos).

Paulo- E você costuma frequentar quais espaços lá no seu bairro?

Helena- A pracinha, a pizzaria [pausa] Só. A gente vai só nesses lugares. A escola, né?

Paulo- Você frequenta outros lugares fora da Cidade Aracy?

Helena. - Não. (Helena, 17 anos).

Segundo Novaes et al. (2006),

As formas de organização das cidades, por vezes, limitam o exercício de direitos civis, sociais e políticos. Os entraves ao acesso de equipamentos públicos e de serviços de toda ordem dificultam ainda mais a superação das

desigualdades, em especial para aqueles moradores das periferias e de contextos não urbanos (p. 34).

A distribuição de equipamentos públicos e serviços variados, bem como espaços para o lazer, cultura, consumo em regiões mais centrais da cidade, distantes, portanto dos bairros periféricos, leva os jovens a construírem seus circuitos (MAGNANI, 1996) nos limites dos bairros periféricos, onde se sentem mais seguros, reforçando a divisão territorial por classe social. Com isso, vão tendo limitadas suas possibilidades de interação e apropriação dos espaços públicos, agravando ainda mais a lacuna existente entre esses jovens e os seus direitos (NOVAES et al., 2006). Sob essa perspectiva, a proposição do CJ na região sul do município vem ao encontro dessa demanda por uma democratização dos espaços públicos. Contudo, há distância entre a proposta e o campo, conforme apresentado acima.

A identificação com o território, manifestada através das maneiras de vestir e falar, também inscreve os sujeitos nos preconceitos e concepções que se constroem sobre a localidade, podendo aumentar a vulnerabilidade a que estão submetidos (ADORNO, 2001).

Helena- É muito preconceito, né? Que tudo tá... Normalmente não presta, é vagabundo... É bem difícil! Que tem pizzaria que não entrega pizza na Cidade Aracy depois das 10 horas [da noite]. Medo de ser assaltado! Acha que é trote ou algum assalto e não entrega. Não tem... Tem muito preconceito com a [Cidade] Aracy, né?

O trecho transcrito da entrevista de Helena denota o tratamento dado aos jovens moradores das periferias de São Carlos pelos demais setores da sociedade local. Pressupostos delinquentes, pré-julgados como de índole duvidosa, lhes é negado o direito ao lazer, o direito de desfrutar o simples prazer de comer uma pizza, de certas pizzarias, em suas casas depois de determinado horário.

O bairro Cidade Aracy, onde Helena reside, formado por dois loteamentos, localiza-se no extremo da região sul de São Carlos e é associado fortemente à violência e à criminalidade pela população do município. A fala da jovem, ao se referir ao tratamento estereotipado oferecido a todos os que moram na região, evidencia a condição de vulnerabilidade a que estão sujeitos os jovens que ali moram. Identificados como marginais, a despeito de não manifestarem nenhuma “atitude suspeita”, são informados diariamente sobre qual lugar lhes é devido na dinâmica social.

A associação entre o bairro onde Helena mora com a criminalidade e a violência gera o medo que produz a discriminação generalizada, produzindo vulnerabilidades. Nesse ponto é bom ressaltar a importância de se empreender pesquisas que busquem estabelecer um canal de comunicação com aqueles grupos de jovens e pôr em perspectiva as concepções pré-definidas a seu respeito. Vivenciadas enquanto estereotípias, essas concepções muitas vezes são incorporadas pelos jovens, reproduzindo o discurso imposto a eles. A fala de Daniel, indignado com as condições de vida no seu bairro, reflete um sentimento de impotência que sobrepuja a indignação.

Mas não tem condições! A gente não pode chegar nem perto! [do Prefeito]. Não dá, né! **Um cara que nem a gente, não dá!** Tem que ser um cara, por exemplo, o cara chega lá de terno e gravata, é outra coisa, aí o cara vai poder passar. Mas se for **um cara que nem nós**, assim, vai colocar uma calça, um sapato, da Nike, então o cara fala: “Ele é bandido, não vai poder entrar aqui!” É complicado! (Daniel, 22 anos. Os grifos são meus).

A incorporação do discurso da subalternidade imposto pelas demais instâncias sociais, impede o exercício legítimo da cidadania, do questionamento das autoridades e da reivindicação dos direitos a melhores condições de vida. Ressalte-se que, nesse trecho da entrevista, nem mesmo elementos fetichizados de consumo, no caso um calçado da marca Nike®, são suficientes para desfazer, aos olhos do próprio sujeito, sua condição introjetada de subalternidade. Ao contrário, na sua percepção, reforçam ainda mais a visão negativa do outro sobre si.

Quando jovens como Daniel não enxergam alternativas, quando não conseguem transpor as barreiras entre as “cidades” dentro da mesma cidade, acabam “optando” (como se não lhes restasse outra coisa) por aceitar a restrição à sua mobilidade, permanecendo circunscritos aos seus bairros de residência ou àqueles em que residem parentes e amigos, onde “podem” estar livremente.

Eu procuro ir pouco [no centro da cidade], né! Prefiro ficar em casa, porque é complicado. Já fui confundido duas vezes com ladrão. Porque roubaram ali e falaram que fui eu... Isso não tem nada a ver! Eu prefiro ficar mais em casa pra não ter que complicar minha vida com esses caras [policiais]! É complicado! (Daniel, 22 anos).

Esse estado de coisas somente será superado mediante a organização de jovens como Daniel no sentido de fazerem valer seus direitos. Sozinhos, continuarão “conhecidos” e marcados pela polícia, impedidos de alterarem seu *status* perante a sociedade que os condena. É necessário promover ações no sentido de favorecer o autoconhecimento desses jovens e o desenvolvimento de uma visão crítica de sua

realidade, entendendo-se como sujeitos de direito, como propõem Barros, Lopes e Galheigo (2007b), na epígrafe deste capítulo. Na visão de Caccia-Bava (2006) esse deveria ser o papel das políticas públicas para os jovens, as quais deveriam “ter caráter de mobilização cultural e política dos jovens” (p.85) na atenção às suas necessidades. Caccia-Bava e Costa (2004), ao fazerem um panorama das ações protagonizadas pela juventude brasileira ao longo de nossa história, desde os movimentos abolicionistas até os jovens integrantes do Fórum Social Mundial, mais recentemente, ressaltam a capacidade organizativa, inventiva e transformadora de nossas juventudes, sempre protagonizando movimentos importantes na história brasileira.

Paulo- Já teve algum lugar em que você foi barrado por ser da periferia? Tipo shopping, lojas...

Gustavo - Só uma vez no shopping, porque não tinha RG. Mas eu entrei ainda, escondido. O cara nem viu eu entrando. Depois das sete, tinha que enfrentar a maior fila. Porque tava indo bastante gente de sábado, aí eles não queria deixar entrar. Aí eu entrei escondido (Gustavo, 15 anos).

Ter a entrada impedida ou, no mínimo, dificultada, em locais destinados ao consumo massificado, ter exigida a apresentação de documentos em locais em que não existe esse procedimento em relação a outros jovens é a demonstração da face do preconceito, da violação de direitos desses jovens, sem que haja nenhuma contraposição pública, ou ao menos um questionamento, a esse tipo de conduta. São classificados em relação às suas roupas, sua aparência, à condução que os leva até o *shopping*. As filas são específicas para eles, o controle é específico para eles.

Mas o que significa a exigência do RG para determinar se o jovem “pode” ou “não pode” entrar no *shopping*? Em que o porte ou não do documento de identidade diferencia os jovens entre si? Aparentemente, em tudo.

Hannah Arendt (1979), ao discorrer sobre a condição dos apátridas do pós Primeira Guerra Mundial, povos destituídos totalmente de seus direitos civis, não sendo reconhecidos por nenhum Estado, não estando sujeitos a nenhuma lei que os protegesse, em decorrência dos tratados de paz firmados entre vencedores e perdedores naquela ocasião, traz à discussão a relatividade dos Direitos Universais do Homem, conforme o ideário revolucionário do século XVIII, enquanto inalienáveis e inerentes a todo ser humano. No caso desses grupos, ao serem destituídos de seus direitos civis, perdiam todos os seus direitos, tornavam-se o “refugo da terra” (p. 300). Perdiam sua própria condição de serem entendidos como seres humanos. Ninguém os queria, sequer

se importava com eles, a não ser enquanto problema, enquanto incômodo a ser eliminado. “Parece que o homem que nada mais é que um homem perde todas as qualidades que possibilitam aos outros tratá-lo como semelhante” (p. 334).

Naquele ambiente social e histórico descrito pela autora, os Direitos do Homem, por princípio inalienáveis, e que, por isso mesmo, nunca se constituíram em parte alguma como uma lei formalizada, pois que inerente à condição de ser humano, na realidade se faziam contingentes às injunções políticas em vigor, aos tratados firmados, aos acordos estabelecidos.

Conclui a autora:

A igualdade, em contraste com tudo o que se relaciona com a mera existência, não nos é dada, mas resulta da organização humana, porquanto é orientada pelo princípio da justiça. Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força de nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais (ARENDR, 1979, p. 335).

Evoco as reflexões de Arendt a respeito dos apátridas para pensar o relato acima. O RG (registro geral), ou cédula de identidade, é o documento que atesta a identidade de seu portador, por meio de foto e impressão digital. É o documento, juntamente com a Certidão de Nascimento, no caso de nativos, que garante que o seu portador é reconhecido pelo Estado como cidadão brasileiro. No exemplo acima, ao exigirem a apresentação do RG como forma de triar os jovens para entrar ou não no *shopping*, os seguranças do local reeditam, em escala menor, o tratamento dado aos apátridas descritos por Arendt. Se não portam RG, não são reconhecidos pelos seguranças como cidadãos e, portanto, podem ser impedidos de entrar num local público sem terem feito, a princípio, qualquer coisa que justificasse esse impedimento.

“Porque tava indo bastante gente de sábado” é o argumento para regular a circulação desses jovens em espaços destinados ao público em geral. Uma aglomeração desses jovens certamente é entendida como sinônimo de perigo. Então, reeditam-se medidas destinadas ao controle dos corpos, à contenção da violência vista como inerente ao sujeito jovem, mais especificamente o jovem pobre.

Diante de cenas desse teor, não questionadas, talvez sequer percebidas pela população que entra nos *shoppings* livremente, sem ser constrangida de forma alguma, os jovens pobres encontram-se sem defesa, sem ter quem fale por eles. Na

tentativa de burlar as regras impostas encontram saídas que acabam por reforçar a visão negativa que lhes impõem.

Tais formas de controle e de violação de direitos dos jovens pobres não se limitam apenas aos espaços públicos mais centrais ou a centros de consumo em massa. Reproduzem-se inclusive nos equipamentos sociais destinados a atendê-los, projetados e pensados para serem espaços de cidadania e de participação social. O trecho abaixo, extraído dos nossos diários de campo, explicita tal fato.

Diário de campo, 05/10/2010.

Chego ao CJ às 14 horas. Iniciarei hoje as entrevistas e aguardo a chegada de Daniel, com quem farei a primeira entrevista, marcada para as 14h30min. Enquanto aguardo, converso com o pessoal do METUIA e as funcionárias do CJ Logo, chegam ao CJ dois rapazes, um deles reconhecido pela T.O. do METUIA e recepcionado alegremente por todos. Porém, ele não ficou para as atividades, sendo-lhe pedido que retornasse à sua casa e **providenciase uma foto 3x4 para fazer a sua carteirinha**, sem a qual não poderia frequentar o CJ. E, mesmo sendo bem recebido, ficou de voltar amanhã.

O jovem do exemplo acima retornava ao CJ após um período de reclusão por envolvimento com o tráfico de drogas. Cordial, era bem querido por todos, mas acabou tendo problemas numa das encruzilhadas da vida. Havia saído da cadeia há poucos dias. Era um rapaz em quem valia a pena investir, dizia uma funcionária do CJ. No entanto, dias antes, devido a problemas de comportamento de alguns jovens dentro do CJ e de enfrentamentos entre eles e a equipe, foram instituídas carteirinhas de identificação sem as quais os jovens não poderiam entrar no espaço do CJ. Era preciso, portanto, trazer uma foto 3x4 recente e fazer o cadastramento na secretaria.

Voltando ao episódio com o jovem, que aqui chamarei de Silas, ele certamente não tinha carteirinha, pois era uma determinação recente. Sem carteirinha, por regra, não se entra. Então, aquele jovem, bem querido, em quem “valia a pena investir”, num momento de fragilidade pessoal, de recomeço, precisou voltar para sua casa e providenciar uma foto 3x4 para ter o direito de ter acesso ao espaço que antes o acolhia.

As instituições públicas, visando uma organização de suas atividades, acabam moldando quem é atendido à própria imagem institucional (BARROS; LOPES e GALHEIGO, 2007b.). Cria-se, dessa forma, o “perfil do usuário”, mais em conformidade com as necessidades e exigências da lógica institucional do que com as necessidades daquela população.

As tendências institucionais à **homogeneização, normalização e normatização** acabam por demandar do sujeito a adoção de papéis que atendam à própria racionalidade institucional, em vez de buscar atendê-lo na satisfação de seus anseios e necessidades (BARROS; LOPES e GALHEIGO, 2007b, p. 356. Grifos nossos).

Ao violar os direitos dos jovens, ou não permitir o exercício desses direitos, em nome da manutenção da ordem, o que se obtém é a reprodução do desrespeito, da discriminação, da vulnerabilização. Um espaço que originalmente foi pensado para garantir a inclusão e a participação daqueles jovens (METUIA, 2008), adota medidas de diferenciação entre os que podem e os que não podem frequentá-lo. Atrás das carteirinhas vem a reboque a afirmação de uma “sociedade cadastrada” (CASTEL, 2008), em que se separam os “bons” dos “maus”, os que “merecem” ser assistidos dos que não merecem. Assim, um equipamento público destinado às juventudes em situação de vulnerabilidade, contribui, paradoxalmente, para aumentar essa vulnerabilidade, afastando certos jovens que não se enquadram à norma. Eles encontrarão, muito provavelmente, pertencimento em outras instâncias.

Essa contradição, no entanto, não atinge apenas aos jovens que têm seu acesso controlado, mas manifesta-se também como lógica perversa para a equipe que se vê inserida num conflito entre acolher aos jovens indistintamente e prestar contas quanto ao “bom uso” do espaço ao poder público. O desfecho da cena descrita: o acesso de Silas foi “negociado” pela coordenadora, “abrindo-se uma exceção” naquele caso.

Tanto a exigência do RG pelos seguranças do *shopping* quanto a adoção das carteirinhas no CJ são ações que partem do mesmo princípio apontado por Hannah Arendt no sentido de que a igualdade entre os sujeitos é construída politicamente, na medida em que nos dispomos a garantir direitos mútuos. E se a igualdade é construída politicamente, ela também pode ser quebrada da mesma forma. Triar pessoas pela imposição de regras externas de controle, criando os que “estão dentro” e os que “estão fora” das regras, anula a igualdade de direitos das pessoas perante aquele que criou a tal regra. Para se criar regras desse tipo, agravando a condição vulnerável daqueles jovens, não é necessário nenhum respaldo legal. Definem-se os critérios, aplicam-nos e pronto.

Bom, isso... isso acontece com ... Bastante, bastante! Mas, “vamo” supor, a polícia tá passando, você tá na esquina, a polícia para, já passa... Fala: “Aquele cara já é traficante.” Pra eles, tudo é traficante. Pra eles tudo é traficante, é bandido, gosta de matar polícia, é isso, é aquilo! Não pensa que a gente é uma pessoa honesta, ali tem muitos, muitos trabalhadores (Sandro, 24 anos).

Paulo- Você já sofreu algum preconceito por ser do Gonzaga?

Daniel.- Então, eu tive só uma vez, foi pela polícia que me parou. Eles falaram: “O que cê tá fazendo aí na esquina?” Aí falei, não, né, tava conversando. Aí, pra eles tudo é mentira, né? Ele falou: “Cê trabalha?” “Não”, eu falei. “Então, senhor, no momento, não! Só entrego currículo!” Aí ele falou assim: “Sabe por que você não trabalha?” Falei: “Não, senhor! Por quê?” “Porque ninguém vai firmar alguém como você!”, tá? Por causa da minha aparência, né? E aí ele falou: “Bandido! Vagabundo! Traficante! Ninguém vai chamar um cara que nem você! Você é um bunda-mole!” Isso daí deixa triste, cara! O cara que tem que ser nossa segurança tá tirando nós, né? Aí é complicado! E ele me agrediu! Deu bem aqui no meu peito! Porque eu tava na esquina c’os cara, né? É complicado, né, cara? Mas eu não abaixo a cabeça não! Vou indo! (Daniel, 22 anos).

Os trechos das entrevistas mostram a relação estabelecida entre o Estado, na figura do policial, e aqueles jovens, eleitos pela sociedade como o principal motor da violência urbana (LOPES et al., 2008). Pautada na noção da ligação estreita e inerente dessas juventudes com a criminalidade, com a violência, a ação do Estado para com esses jovens, via segurança pública, se dá através da repressão, da intimidação, da humilhação. No relato de Daniel o policial inquire sobre sua atitude naquela esquina, àquele horário; porém, não importa a resposta, “pra eles tudo é mentira”. Não importa o que digam ou façam, aqueles jovens são condenados de antemão, por serem quem são e de onde são.

O trabalho exerce a função de elemento verificador que separa as pessoas de bem dos vagabundos. Assumindo um papel central na sociedade atual, como regulador das relações sociais (CASTEL, 2008; TELLES, 2006; ADORNO, 2001), o trabalho serve de parâmetro para o julgamento moral das pessoas e estar “desocupado” é o que de pior pode acontecer a alguém (ADORNO, 2001).

Dessa forma, o fato de Daniel estar apenas “entregando currículo” é acrescentado ao rol de acusações de que o policial se arma, chegando ao veredito quanto à sua conduta. Nesse ponto, a intervenção se torna mais cruel. Não bastasse a acusação indevida, sobrevém a humilhação, o ataque à dignidade do sujeito, “decretando” o seu destino, fadando-o a jamais se inserir no mercado de trabalho formal por sua aparência e procedência.

A situação assume maior gravidade quando passa a ser naturalizada pelo sujeito, incorporada ao seu cotidiano sem questionamentos. Na impossibilidade de alterar o quadro, ele o assume como parte inerente de sua vida de jovem da periferia.

Heitor- Um dia foi que eu tava num bar que eu fui comprar guaraná. Só que na hora que eu entrei, a polícia tinha entrado também. Aí eles pararam eu. Só que aí eles me liberou, né? Aí também teve um outro dia que eu tava sentado numa pracinha, perto da minha casa, sentado, aí eles parou, perguntou meu nome, aí eu falei meu nome pra eles, falou outras coisa lá, é... Isso aí!

Paulo – E essa situação pesa pra você?

Heitor- Ah [silêncio] Falar assim, é, às vezes sim! E às vezes, não! Porque tem policial que já chega humilhando, já. Agora, tem uns que já chega conversando. Aí... Pesado [pausa] pra mim não foi! Porque, é normal isso aqui! É normal!

Paulo- Acontece sempre?

Heitor- Acontece com qualquer um! Como já aconteceu!

Paulo- Então essas “intimadas” são comuns?

Heitor- É, é comum!

Paulo- O que isso traz de sentimento pra você?

Heitor- Ah [silêncio] Como assim?

Paulo- O fato de isso ser tão natural, como você falou, ser tão normal todo mundo ser parado, traz algum tipo de sentimento?

Heitor- Não! (Heitor, 16 anos).

Ah, eu não me sinto como... Ah!Eu fico normal, eu fico na minha, eles tá lá no canto deles lá, vê isso, aquilo outro, a polícia para, não tô nem vendo. Tô lá parado, passa um cara, mas já fui parado pela polícia em frente de casa, jogando bola. Fui levar a bola, polícia me parou, mandando entrar. Fui levar a bola do moleque, subiu de novo, me parou em frente de casa. Eu tô normal! Eu tô inocente! Agora, quem tá lá, com droga lá, fica de boa lá! (Nelson, 15 anos).

Como se dá a “naturalização” da violência? Quando a violação de direitos se torna tão “comum” a ponto de não causar surpresas nem despertar sentimentos naquele que a sofre? Parece-me que a violência, no relato de Heitor, torna-se “natural” exatamente porque já se tornou “comum”, rotineira. Já faz parte dos eventos cotidianos não apenas vivenciados por ele próprio, mas também pela comunidade onde mora. “Acontece com todo mundo”. Heitor, enquanto membro (no sentido dado por Garfinkel) daquela coletividade conhece as linguagens e códigos que estruturam o seu cotidiano, no qual ser submetido à intervenção policial a troco de nada não é nenhuma surpresa.

No processo de interação entre o jovem e os policiais de rotina, a violação de direitos é naturalizada de parte a parte. Garfinkel (2006) alerta que os fatos sociais são construídos constantemente por meio da interação entre os atores, sendo por eles reafirmados cotidianamente. No caso em questão, a violação de direitos é legitimada por ambos os atores, Heitor e os policiais, por isso se torna “comum”. Heitor relata que há duas formas de interação com os policiais. Há os que “chegam humilhando” e há os que “chegam conversando”. Da maneira como coloca, pode-se inferir que a segunda é quase uma exceção à regra, que seria a primeira. Mas tanto o policial que chega conversando quanto o que chega humilhando entram na interação munidos pelo aparato do poder institucionalizado, investidos da figura de *autoridade*, reclamando reconhecimento imediato e sem discussão (ARENDDT, 1985). De sua parte, Heitor entra munido de sua condição de jovem da periferia sobre quem recaem, de maneira intensa, várias formas de violência, não apenas a policial, traduzidas nas diversas maneiras com que seus direitos (seus e de seus pares) são cerceados e violados diariamente.

O policial pode “optar” por abordar os jovens conversando ou humilhando, a depender da circunstância, porque o fato básico de impor violência a eles sem motivo se torna sua prerrogativa nessa interação. Tal prerrogativa é aceita por Heitor, mas também por Nelson, de maneira um pouco diferente. De certa forma, naquele contexto, o policial tem o “direito” (e até o dever, conferidos pelo Estado e pela sociedade) de violar os direitos daqueles jovens porque, em princípio, todos são suspeitos. De outro lado, os jovens, confiantes na triagem da polícia de rotina que “conhece” e distingue os jovens que estão inocentes, segundo Nelson, e os que não estão, cientes de que se inscrevem na primeira categoria, conferem ao policial o “direito” de afrontar os seus direitos.

Octavio Ianni (2002) pontua que a violência:

Entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas (p. 9).

O autor também ressalta que a violência, sob vários aspectos, é um “evento heurístico de excepcional significação” (p.8) e explicita “os nexos insondáveis da subjetividade de agentes e vítimas” (2002, p. 9). Atuando como elemento ordenador das interações estabelecidas, a violência presente nos relatos dos jovens revela todo um

sistema de valores dos quais a sociedade como um todo participa, na medida em que, de modo geral, as violações de direitos relatadas por eles não causam estranhamento ao cidadão comum. Não é só naquelas interações específicas nem apenas naquele contexto que a violência se torna “natural”, “comum”. Assume tais aspectos lá porque não há contraponto nas instâncias fora dali.

Resta saber se o silêncio dos jovens frente às intervenções policiais é sinal de subordinação, indiferença ou desprezo. Em qualquer dos casos, o único resultado possível é a perpetuação do desrespeito.

Segundo Gohn (2003), o conceito de cidadania é bastante abrangente, e dentre suas dimensões, uma das mais importantes refere-se àquela que regula os direitos e deveres dos sujeitos (cidadania individual) e de grupos (cidadania coletiva) na sociedade (GOHN, 2003, p. 195). Para a autora, a cidadania individual:

Pressupõe **liberdade e autonomia dos indivíduos**, num sistema de mercado, de livre jogo de competição, em que **todos sejam respeitados** e tenham garantias mínimas para livre manifestação de suas opiniões, basicamente pelo voto, e a **autorrealização de suas potencialidades** (GOHN, 2003, p. 195. Grifos meus).

Liberdade, autonomia, respeito, autorrealização. Tudo o que nossa sociedade nega aos jovens pobres, personificados nas figuras de Daniel, Heitor, Nelson e todos os outros, na medida em que não são reconhecidos pela sociedade como sujeitos de direitos. Os direitos de cidadania não são direitos garantidos apenas porque são leis. Necessitam ser construídos por meio de uma ação coletiva organizada e sua prática social reinventada no cotidiano dos sujeitos (GALHEIGO, 2003). A que cidadania podem almejar aqueles jovens se lhes falta escuta sobre os seus direitos? E quando tentam, são sufocados pela violência institucional, que faz questão de lhes dizer que os direitos civis não são para eles, pois são considerados cidadãos de segunda classe.

Segundo Zaluar (2007), “o núcleo duro da discriminação está na esfera institucional” (p. 42), quer dizer, nas violações dos direitos da população pobre pelo próprio funcionamento das instituições que deveriam garanti-los: “O cara que tem que ser nossa segurança tá tirando nós, né? Aí é complicado!”

Acessar direitos, sendo jovem morador da periferia, muitas vezes se configura como uma condição irreal, etérea, distante do cotidiano, afastados que estão do direito de exercer seus direitos. Apesar da re-democratização da nossa sociedade nas

últimas décadas, esta ainda se encontra inacabada (ZALUAR, 2007), existindo imensos hiatos que carecem de ações coletivas organizadas (GALHEIGO, 2003) junto aos sujeitos, para que se reconheçam e se façam reconhecer como cidadãos.

### **CAPÍTULO 3 – TRÁFICO DE DROGAS, TRABALHO E OS JOVENS QUE CONHECI: CONEXÕES NO COTIDIANO**

No processo de apreensão do universo dos jovens que conheci, visando compreender os arranjos sociais que os colocam em situação de maior vulnerabilidade à temática das drogas e como esta se insere no cotidiano deles, tornou-se inevitável discutir aqui as relações estabelecidas nesse universo com e por meio do “mundo do crime” (FELTRAN, 2008), especificamente por um de seus braços, o tráfico de drogas, atuando como elemento ordenador daquela coletividade. Concomitantemente, as questões relativas ao trabalho, suas transformações recentes, resultando em precariedades e riscos de fratura social, também se impuseram à reflexão, visto o caráter de “dimensão estruturante da vida social” (TELLES, 2006) que o trabalho ainda assume em nossa sociedade, cuja precarização recai com mão mais pesada sobre os jovens pobres como os que foram colaboradores deste trabalho. Também é necessária a discussão a respeito das interconexões das duas temáticas, tráfico de drogas e trabalho, muito mais imbricadas do que os discursos oficiais levam a crer.

Para tecer essas reflexões, opto por utilizar os relatos e experiências de Daniel como o “fio de Ariadne” a me conduzir por esse labirinto. Faço-o por dois motivos: 1) são suas as falas mais contundentes e profundas a respeito dessas temáticas; e 2) seus relatos evidenciam sua condição de jovem vulnerabilizado pelos contextos sociais, políticos e pessoais em que tece suas trajetórias e cujas potencialidades e capacidade transformadora da sociedade são sistematicamente cerceadas pelos discursos e visões negativas que lhe são impostos, resultando na negação e violação de seus direitos civis.

Daniel tem 22 anos, prestes a completar 23 à época de nossa entrevista. Deixou os estudos há algum tempo, tendo seguido até a sexta série do ensino fundamental. Abandonou os estudos por não se adaptar ao ritmo da escola. “Sou muito preguiçoso”, diz. Após deixar a escola, desempenhou várias funções. “Sempre que tem ‘bico’ eu faço!”. Trabalhos precários de curta duração. Em suas palavras:

E eu já tenho um pouco de experiência. Eu trabalhei, fiz “bico” em vários lugares. Sempre que tem “bico” eu faço. Já trabalhei em [loja de instalação de] piscina, servente, de açougueiro e fábrica de bloco.

As novas formas de organização do mundo do trabalho a partir da década de 1970 (ANTUNES, 2008), com a crescente mundialização da economia e as novas

formas de contrato de trabalho estabelecidas - flexibilização, precarização estrutural, rebaixamento salarial, perda de direitos, etc. (ANTUNES, 2006) - de acordo com Castel (2008), levaram à desestruturação da condição salarial, a qual consolidou nossa formação social quase que inteira (p. 495), produzindo vulnerabilidades e riscos de fratura social.

Nesse novo panorama, em que vigora a “**empresa enxuta, a empresa moderna**, a empresa que constri, restringe, coíbe, limita o trabalho vivo, ampliando o maquinário técnico-científico” (ANTUNES, 2006. Grifos no original), um novo perfil de trabalho é requerido:

Ele [o trabalho] deve ser mais “polivalente”, “multifuncional”, algo diverso do trabalhador que se desenvolveu na empresa taylorista e fordista. (...) em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempo e processos de trabalho (ANTUNES, 2006, p.4).

Nessa conjuntura, o mercado de trabalho se torna mais e mais exigente, requerendo qualificação sempre maior, para postos cada vez pior remunerados, e impondo uma capacidade de adaptação às injunções do mercado por parte dos empregados, sempre insuficiente frente às demandas cada vez mais intensas. Para Castel (2008) a exigência da formação permanente, na verdade pode funcionar como seleção permanente (p. 519), de modo que, nessa lógica, apenas os mais adaptados se mantêm nos postos de trabalho. Condição sempre incerta, sujeita às flutuações do mercado. Tal perspectiva gera um aumento do trabalho informal em suas várias facetas. “A constatação é forte: em plena era da informatização do trabalho, do mundo *maquinal* e *digital*, estamos conhecendo a época da **informalização** do trabalho” (ANTUNES, 2006. Grifos no original).

Dentro desse panorama, é sobre os jovens que recaem de maneira mais contundente o peso do desemprego e da precarização do trabalho (CASTEL, 2008; TELLES, 2006; ANTUNES, 2006). Historicamente, segundo De Leon (2009), mesmo em momentos de crescimento econômico, o contingente de jovens é absorvido pelo mercado de trabalho em ritmo menor que os trabalhadores de outras faixas etárias. Assim, podemos depreender deste quadro que a Juventude, especialmente a juventude pobre, se encontra diante de um impasse de difícil solução. Se por um lado é através do trabalho que encontra seu lugar social, por outro, o acesso ao mercado de trabalho é cada dia mais restrito. Este quadro pode ser explicado por uma conjunção de fatores que compõem o cotidiano de jovens pobres. De um lado, a fim de atender às necessidades

de sobrevivência, estes jovens acabam por frequentar por menos tempo a sala de aula (ADORNO, 2001; De LEON, 2009; LOPES, SILVA e MALFITANO, 2006) optando por uma inserção prematura e precária no mercado de trabalho (De LEON, 2009). Por outro lado, o mercado de trabalho exige cada vez mais profissionais qualificados e preparados para atender às suas demandas (De LEON, 2009), em constante mutação. Em relação direta, estes fatores produzem uma precarização da inserção destes jovens, aumentando-lhes a vulnerabilidade.

Segundo Lopes, Silva e Malfitano (2006), esta situação é gerada a partir da visão dominante sobre as juventudes pobres, expressa nas políticas públicas voltadas a esta população, que entende que a proposição de uma escola “para juventudes pobres” seria sinônimo de “educação para o trabalho”, sendo que esses jovens são concebidos como “mão-de-obra a ser minimamente qualificada” (p.122).

Daniel compreende, ou melhor, vivencia esse paradoxo em sua vida de maneira intensa.

O meu futuro me preocupa, porque arrumar serviço tá complicado. Eu vou fazer 23 anos agora. Então, eu queria tá com 21 anos e já não tá morando mais com a minha mãe. Não que eu não queira ficar com a minha mãe, mas com minha mulher e tal... Aí é complicado, né? E eu já tenho um pouco de experiência. Em vários lugares, nós entrega currículo pra mercado, essas coisas, mas o pessoal num...

Daniel no trecho acima expressa sua angústia quanto à precariedade de sua inserção na “vida adulta”, pontuada por ele pela constituição de uma família e a autonomia conquistada por meio de um emprego que lhe permita produzir e reproduzir sua existência. Dentro da lógica apresentada por Novaes (2009) a respeito da existência em nossa sociedade de “duas juventudes”, fazendo distinção entre as juventudes pobres, preparadas para o trabalho, às quais, muitas vezes, se nega a própria condição de jovens, daquelas provenientes das classes mais favorecidas economicamente, preparadas para a vida adulta por meio da educação, inseridas num período mais ou menos largo de preparação para a vida adulta, é curiosa a preocupação de Daniel com o chegar da idade. Em sua concepção e na do seu círculo de relacionamentos, ter passado dos 21 anos e ainda não ter realizado seu sonho de independência, é fonte de preocupação. No lado oposto, entre os grupos de jovens de outra condição social tolera-se, e até incentiva-se, o adiamento da entrada na vida adulta, mediado pelo investimento na educação.

Os percursos de Daniel no universo do trabalho em busca de um emprego resumem-se na interminável odisséia de “entregar currículo” em estabelecimentos comerciais, num constante movimento em falso, levando-o a lugar nenhum. Para Telles (2006):

Para os mais jovens, as circunstâncias do mercado de trabalho não significam uma degradação de condições melhores ou mais promissoras de outros tempos. Eles entram num mundo já revirado, em que o trabalho precário e o desemprego já compõem um estado de coisas, com o qual têm que lidar, e estruturam o solo de uma experiência em tudo diferente da geração anterior. Por outro lado, entram na vida adulta em uma cidade inimaginável para a geração anterior. (p. 176).

Daniel percebe isso de maneira clara ao comparar suas experiências mal sucedidas com as de pessoas de outras gerações.

Aí no Jardim Gonzaga, a maioria que tem emprego bom, é pessoas de antigamente, mais velho! As pessoas de agora, a maioria trabalha na Cooperativa. Cooperativa que não tem registro, não tem nada!

A Pessoa que trabalha num lugar registrado, num serviço legal e ganha bastante dinheiro, são as pessoas mais velhas. Pessoa que tá começando agora trabalha na cooperativa, de servente ou na roça.

O que se vivencia, portanto, segundo Antunes (2006), é “a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX” (p. 5), restando às novas gerações esse mundo do trabalho “revirado”, precarizado e cada vez menos inclusivo. Restam-lhes os postos de trabalho precários, inconstantes, que não podem “servir de base à projeção de um futuro controlável” (CASTEL, 2008, p. 529).

Ah! Eu sou um cara... Eu me acho um cara bacana! Eu me acho um cara que respeita as pessoas, as pessoas que me respeitam! Eu gosto de fazer novas amizades e conversar, cara! Pra mim ficar um cara excelente mesmo, só falta um emprego legal. Não precisa ser legal, posso começar de baixo, mas depois subir, né? Pode ser um emprego bacana, mas é complicado!... Mas, é isso daí!

Apesar das intensas e profundas transformações na estrutura do trabalho, apesar de a identidade pelo trabalho estar perdida (CASTEL, 2008, p. 531), apesar de o trabalho estável ter se tornado (quase) virtual (ANTUNES, 2006, p. 5), o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social (TELLES, 2006). A fala de Daniel confirma tal afirmativa. Ele reconhece qualidades em si que o tornam, aos seus olhos, um “cara bacana”; no entanto, para ser “excelente”, falta-lhe um emprego. Nem precisa ser um “emprego legal”, mas um emprego que lhe permita reconhecer-se como pessoa, que lhe permita projetar um futuro, que lhe possibilite ocupar um “lugar”.

É também por esses circuitos [do trabalho temporário] que os mais jovens fazem seus percursos, sempre descontínuos e sempre instáveis, no mercado de trabalho. E realizam uma experiência da cidade tensionada entre a brutalidade das desigualdades e a sedução encantatória do moderno mercado de consumo, em um jogo ambivalente de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida ampliada. (TELLES, 2006, p. 177)

Na era do trabalho precarizado, da quase extinção do trabalho estável, numa sociedade na qual as éticas do imediatismo, do lucro, do consumo massificado constroem sociabilidades e mediam as interrelações dos sujeitos e deles com o mundo; numa sociedade em que a cada dia os “lugares sociais” passíveis de serem ocupados estão cada vez mais restritos, o tráfico de drogas aparece como parte integrante do sistema econômico vigente, estruturado na lógica do capital e do trabalho (FEFFERMANN, 2006), permeando as experiências cotidianas de jovens como Daniel.

Então, pra mim é complicado! Você vendo aquela pessoa que cresceu comigo, do meu lado, “estudamo” junto, “crescemo” junto, aí chega lá, vai cada um pra um lado! Ele vai pro caminho dele, eu vou pro meu!

E, muitas vezes, já me ofereceram droga. É cabeça fria, os outro vai lá, oferece pra ficar na esquina, de menor, ganhando dinheiro... Porque lá ganha, né! Bastante! Aí o pessoal cabeça fraca fala: “Eu vou ganhar dinheiro! Não to fazendo nada!” Aí vai e acaba com a vida!

Aí passa na esquina e fala: “Aí! vai fazer o quê?”, eu digo: “Nada!” “Vem vender droga comigo, na esquina, “vamo” fumar um aí, ficar na brisa!” Aí eu falo: “Não, brigadão!”

Daniel traz a presença do tráfico de drogas nas relações cotidianas, suas e de seus amigos, como algo que permeia o cotidiano, algo com o que se convive de maneira natural. Embora se entristeça pela opção feita por seus amigos, não os julga, não os condena. Aceita suas escolhas. Essa aceitação é possível porque o tráfico de drogas, naquele espaço (e em outros espaços de nossa sociedade), apresenta-se como uma possibilidade de ganho, como trabalho, como algo aceitável dentro da lógica que estrutura as relações com e naquele território. Não há espanto ou estranheza em ter um amigo trabalhando nas atividades do tráfico.

Tão naturalizada essa relação que os convites a Daniel são diários. No entanto, seu relato deixa transparente a dimensão do tráfico de drogas enquanto possibilidade, não como sina. Obviamente uma possibilidade altamente tentadora, “porque lá ganha bastante dinheiro”, numa sociedade em que as chances de ganhar dinheiro, em especial para os jovens, são restritas. No entanto, há a questão dos riscos envolvidos, riscos à própria vida.

Nessa perspectiva, o tráfico de drogas aparece na experiência cotidiana desses jovens como uma forma de trabalho, como uma possibilidade de inserção em uma atividade econômica lucrativa. Segundo Feffermann (2006), o tráfico está inscrito na lógica do sistema econômico vigente e tem servido ao acúmulo de capital, organizado dentro das mesmas estruturas do trabalho formal.

Segundo a autora “o tráfico de drogas mantém a mesma estrutura de um trabalho legal, com a divisão de trabalho permeando as relações entre os trabalhadores e o produto” (2006, p.220). Cenas do documentário feito pelo *rapper* MV Bill e Celso Athayde, “Falcão – Meninos do Tráfico” (2006) ajudam a compreender o nível de organização desse mercado e entender sua relação com o mundo do trabalho.

Em uma tomada fechada, um jovem tem nas mãos um pacote de maconha. Inicia-se o diálogo com o entrevistador:

Entrevistador – Como ela [a maconha] chega nesse pacote? Como é que funciona até chegar ao usuário?

Jovem 1 – Ela vem de fora. Tipo vem de fora.

E – De fora, de onde?

J 1 – De fora do Brasil. Tipo da Colômbia.

E – Quem traz?

J 1- Tem tipo assim umas pessoas pra trazer aí. Aí ela vem tipo de fora, chega na favela, nós “leva” pra embalagem, embala tudo e já bota na pista pra vender.

Em outra tomada, o cenário sugere um local fechado onde vários jovens, a maioria sentada no chão, rostos cobertos por camisetas, trabalham freneticamente, numa linha de produção, preparando a maconha para ser vendida. As falas dos jovens descrevem o processo de produção.

J 2 \_ Tem o cortador, tem o que desfaz a maconha e tem o que embala e pesa, entendeu?

J 3 – Nós “tá” aqui só pra “endolar” [embalar a maconha em pequenos pacotes, preparando para a venda]. Daqui a droga tem outro destino, tá ligado? Daqui ela já vai pra mão do “vapor” [vendedor no varejo, geralmente jovem], de outros “amigo” lá que vai ver tudo, tá ligado?

Até acabar o que tá na pista, né? Aí nós “tem” que ser acionado de novo pra fazer o que nós tá fazendo, que a nossa parte é essa. Daqui o bagulho já vai pra mão de outros “amigo”. Não tem nada a ver com nós.

As cenas transcritas revelam uma organização do tráfico de drogas com uma divisão muito próxima da linha de produção taylorista/fordista, com etapas fragmentadas nas quais os trabalhadores de uma estação não tomam conhecimento completo de como funciona as estações anteriores e posteriores à sua. O jovem 1, aparentemente o que recebe a carga de droga inicialmente, tem uma vaga ideia de sua procedência, mas não domina o processo. Já o grupo de jovens que prepara a droga para a venda descreve a linha de produção com vários postos hierarquizados: o que corta, o que desfaz a droga prensada e o que embala e pesa. Nas imagens, vemos vários jovens de tesoura na mão, freneticamente picotando um pacote de maconha. O barulho das tesouras e a forma como a cena foi capturada, lembram bem um chão de fábrica.

Em outra cena, em outra estação de produção, jovens embalam a droga, também em ritmo acelerado. Demonstam tamanha destreza que o fazem enquanto dão seu depoimento para a câmera.

A fala do jovem 3 expressa a alienação do trabalho, ao se referir à sua função. Dali para frente, a droga vai para a mão de outras pessoas, tem outro destino que não lhe compete.

Dessa maneira, o tráfico de drogas se configura como uma das possibilidades de inserção, de ocupação, oferecidas àqueles jovens. A fala de Gustavo ajuda a entender essa relação.

Paulo- E você acha que as pessoas escolhem esse tipo de trabalho por quê?

Gustavo- Não, uns não têm opção, né? Mas outros também que, o dinheiro é fácil, vê que é fácil... “Ah, não! vai só um dia!” Aí depois acostuma, não quer mais sair! Aí, já era!

Paulo- Então, falta oportunidade?

Gustavo- Mas alguns não! Alguns têm oportunidade, tem família boa, pai trabalha, mãe trabalha, mas quer ficar nessa vida aí! (Gustavo, 15 anos).

Na percepção de Gustavo, nem sempre há um determinismo ou uma “sinuca de bico” que apresente o tráfico como única opção a quem não tem opções. As opções existem, sendo o tráfico uma delas. Ele reconhece o discurso da “falta de opção” para alguns jovens, legitimando essa forma explicativa socialmente aceita, mas coloca que esse discurso não corresponde à totalidade dos fatos. Alguns jovens, provenientes de “famílias boas”, entendidas como inscritas na lógica do trabalho formal, optam por ingressar nas atividades do tráfico, sem que sejam levados a isso pelas vicissitudes da

vida. Essa “opção” relatada por Gustavo, na verdade, vem confirmar que o tráfico de drogas, assim como o trabalho formal, é uma das vias abertas àquele grupo de jovens.

Paulo- Você conhece gente que trabalha vendendo droga?

Heitor- Meus tio. [silêncio] Meus tio vende.

Paulo- Porque você acha que as pessoas procuram esse tipo de trabalho?

Heitor- Ah, porque eles acha que ganha dinheiro fácil, que... Você não sua muito pra ganhar... que é mais fácil pra ganhar dinheiro... Pensa nisso, né? (Heitor, 16 anos).

Paulo- E porque você acha que as pessoas escolhem esse tipo de trabalho?

Helena - [Silêncio] Porque é o jeito mais fácil de ganhar dinheiro, né? Sem esforço. O mais fácil eles escolhem, né? Mais fácil do que estudar, trabalhar todo dia [pausa] Daí a um minuto ele já tem o dinheiro ali, né? É isso! (Helena, 17 anos).

As falas de Heitor e Helena trazem para a discussão uma aparente contraposição entre o trabalho formal e o trabalho ilegal no tráfico. Ambos reproduzem o discurso socialmente aceito que coloca o trabalho regulamentado e regulado no centro das relações sociais. Suas falas remetem à antiga divisão entre “trabalhadores” e “bandidos”, os primeiros legitimados socialmente, os segundos um peso para sociedade. Nesse caso, os “trabalhadores” inscrevem-se na lógica da sociedade salarial onde o salário não é mais o pagamento pontual por uma tarefa, mas consequência do cumprimento de um contrato de trabalho firmado por um período de tempo indeterminado (CASTEL, 2008).

Contrariamente, a inserção no mercado de trabalho ilegal, desregulado (ou regulado por leis próprias), inscreve os sujeitos, segundo a perspectiva trazida pelos jovens, na condição oposta a de “trabalhadores”. Os ganhos obtidos nessas atividades, mais vultosos e com uma circulação muito maior, são referidos como “dinheiro fácil”, que “não requer muito esforço” para ser obtido. Ao explicitarem essas duas categorias, trabalhadores “legais” e “ilegais”, Heitor e Helena trazem à tona também o juízo de valores atrelado a cada uma dessas condições e que irão configurar os discursos dos sujeitos.

No entanto,

Se publicamente trabalhador e bandido são opostos, no interior de diversas famílias moradoras de favelas, em São Paulo, articula-se a contribuição de cada atividade para a subsistência [...] Trata-se de uma “opção” como outra qualquer. A “opção” individualiza. O crime ou o trabalho passam a ser escolha individual e cada uma leva a um conjunto de consequências, um

estilo de vida, etc. Todos conhecem os códigos de uma ou outra “opção” e ambas passam a caber dentro da família (FELTRAN, 2008, p. 166)

Ao configurar-se como uma das “opções” possíveis de serem acessadas por aqueles jovens, como escolha individual dos sujeitos, o crime, representado nesta pesquisa por sua vertente no tráfico de drogas, de maneira direta ou indireta, apresenta-se como elemento constituinte do cotidiano de jovens como Daniel.

Acompanhado das estagiárias do METUIA e de Daniel, fizemos uma incursão pelo bairro, para conhecer o território. Daniel é nosso guia. Vai nos apresentando o ambiente, os problemas que enfrentam e os modos de funcionamento da comunidade. Discretamente, aponta uma determinada pessoa, um homem usando camiseta e bermuda, descalço, soltando pipa com algumas crianças, e nos explica, cuidadosamente, que ‘aquele mais outros’ são os responsáveis por manter a ordem no bairro. ‘Porque aqui nós não pode chamar a polícia’, conta Daniel. ‘São eles que resolve as diferença entre os moradores por aqui’ (Diário de Campo, 23/07/2010).

Um dia as meninas do METUIA chamaram nós pra um jogo de futebol, só que tinha regras diferentes. Alguns não gostaram, eu não gostei, mas fiquei na minha, né. Fiquei quieto. Mas aí o *fulano* e o *sicrano* começaram a discutir e o *fulano* deu um tapa na cara do *sicrano*. *Sicrano* não falou nada. E ele é mais grande. Mas não falou nada. Foi lá, falou com os ‘irmão’ [integrantes do Primeiro Comando da Capital, PCC, que controlam o tráfico no bairro]. Mandaram chamar os dois pro ‘debate’ [espécie de conselho onde se resolvem as questões], cada um contou sua história, deram uma dura no *fulano* e falaram: ‘Agora o *sicrano* vai te dar um tapa na cara e você não vai reagir’. Aí deu o tapa e o outro não reagiu. É assim que é as coisa. (Daniel, 22 anos).

Os trechos destacados mostram de que maneira essa relação com o tráfico se institui naquela coletividade, e como os sujeitos a constroem, cotidianamente, através de suas ações práticas. A cena destacada no primeiro trecho, para alguém como eu, um não-membro daquela coletividade - entendendo o conceito de membro segundo Garfinkel (2006), ou seja, aquele que domina a linguagem natural do agrupamento social onde se insere - poderia parecer um tanto prosaica: o cenário é uma praça, no centro do bairro. Há brinquedos de madeira mal cuidados; crianças brincam, correm, sorriem. Algumas pessoas mais velhas estão sentadas nos bancos, enquanto crianças e jovens soltam pipas. Há um homem mais velho, cerca de trinta anos, entre elas. Parece se divertir em soltar pipa. Usa camiseta vermelha, uma bermuda, está descalço.

Porém, para um membro do Jardim Gonzaga, esta cena revela muitas outras coisas. Aquele homem, num momento de descontração, soltando pipa com as crianças, representa o poder instituído dentro do bairro. “Ele e mais outros” é que são os responsáveis por manter a ordem, por garantir a segurança e aplicar a justiça naquele território. É com ele e com os “outros” que se pode contar para solucionar conflitos

entre os moradores. São eles que mediam as relações e asseguram que as regras de convivência, as quais todos os membros conhecem, sejam obedecidas.

Rodrigues (2005) diz que o tráfico de drogas, nas comunidades que comanda, “assume funções de Estado, aplicando leis e legislando” (p.305). Assume essas funções não apenas “ditando regras” de conduta, mas assume o espaço onde o Estado não chega e, quando chega, é somente via Segurança Pública (ZALUAR, 2007), representada pela polícia, a quem “não se pode chamar” naquele lugar. O poder instituído no bairro é acessível aos moradores, é exercido por um igual a eles, alguém que eles conhecem e com quem podem contar para resolver suas questões; alguém que conhece os moradores e brinca com as crianças.

O segundo trecho nada tem de prosaico. Revela, de modo prático e direto, como essa relação se estabelece no cotidiano dos moradores, destacadamente entre aqueles jovens. Um grupo de jovens numa atividade proposta pelas estagiárias do Projeto METUIA. Há um desentendimento entre dois deles devido às regras do jogo. Um deles agride o outro com um tapa no rosto. Num universo fortemente marcado por valores masculinos, pela hiper-masculinidade (ZALUAR, 2010), agredir alguém com um tapa no rosto é uma ofensa à masculinidade do agredido, e exige reparação à altura.

Na nossa cena, o jovem agredido era maior e mais forte que seu agressor. Um revide seria bastante violento, para prejuízo do segundo. No entanto, a conduta tomada é outra. Não há revide. Pelo menos na ocasião. Os dois jovens sabem o significado da agressão e suas consequências.

A conduta adotada pelo jovem que foi inicialmente agredido revela o poder de sociabilidade do tráfico de drogas naquele território, construindo novas maneiras de entender e explicar a realidade em que se inserem. Em outras localidades, num outro contexto social, provavelmente o jovem que recebeu o tapa, maior e mais forte que o outro, solucionaria a questão de imediato, revidando a agressão. Contudo, naquela coletividade, sob o controle da organização criminosa, imperam regras de conduta, de “proceder” bem definidas, que, de um modo ou de outro, disciplinam a convivência entre os membros.

Daniel arremata sua fala com a expressão: “*É assim que é as coisa!*”. Essa expressão revela uma aceitação, sem questionamentos, daquela lógica instituída. É

assim que é. E todos sabem que é assim. Ninguém que pertença àquela coletividade precisa ser lembrado disso. Por outro lado, a aceitação desse estado de coisas produz e reproduz aquele contexto social.

Faço aqui uma pequena digressão de modo a contextualizar o peso dado nos relatos à presença da organização criminosa naquela localidade e sua atuação naquele contexto.

Em maio de 2006, a cidade de São Paulo foi tomada por uma onda de homicídios e atentados contra instituições e agentes públicos, em especial, policiais, orquestrados por uma organização criminosa que controla os presídios do Estado, autodenominada Primeiro Comando da Capital, PCC. Essa organização, surgida na Casa de Custódia de Taubaté, em 1993, fez sua primeira demonstração de força em 2003, quando aconteceram simultaneamente várias rebeliões em diversos presídios paulistas. Porém, as ações de 2006 se mostraram mais virulentas pelo grau de organização alcançado do lado de fora dos presídios. Homicídios foram ordenados, ataques ao Estado e seus agentes aconteceram por toda a Capital, espalhando um clima de terror e insegurança generalizados. Os ataques duraram uma semana, cessando da mesma maneira que começaram: a partir de ordens do comando central. Em resposta a esses atentados, passados os momentos iniciais de estupefação, a ação do Estado, por meio da polícia, foi bastante intensa, com um saldo de 493 mortos em sete dias (ADORNO e SALLA, 2007)<sup>20</sup>.

Feltran (2008) faz uma leitura desse evento a partir do ponto de vista da periferia, pontuando que, embora para a população em geral o choque da violência perpetrada por ambos os lados, criminosos e policiais, tenha traços de ineditismo, para os moradores das periferias da cidade tratava-se da materialização em grande escala do que experimentam no seu cotidiano.

O surgimento do PCC, e a consolidação do seu domínio no interior dos presídios paulistas, pautam-se na confluência de variados fatores, conforme apontam Adorno e Salla (2007). As falhas no sistema judiciário; as políticas de encarceramento em massa postas em prática pelos Governos Estaduais do Estado de São Paulo, com a

---

<sup>20</sup> Os números oficiais divulgados chegavam ao total de 168 mortos, porém sugere-se uma subnotificação dos casos, conforme divulgado pelo jornal “O Estado de São Paulo” com base em investigação feita pelo Conselho Regional de Medicina nos Institutos Médico-Legais do Estado (MESQUITA NETO, 2007, citado por ADORNO E SALLA, 2007).

consequente superlotação das cadeias e o crescente sentimento de injustiça entre os presos (ADORNO e SALLA, 2007); a demora em coibir as ações das lideranças criminosas dentro das penitenciárias; todos esses elementos criaram o ambiente adequado para que fossem possíveis os ataques de 2006. Fundada sobre rígidos valores (ADORNO e SALLA, 2007) de conduta e apoiada num discurso de unificação da massa carcerária sob o lema “Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade”, o PCC conseguiu, de certo modo, disciplinar as ações da criminalidade.

Segundo Adorno e Salla (2007), essa capacidade de organização:

Contribuiu para firmar a malha de solidariedade entre os presos, pela imposição da violência e do medo, mas também pela construção de uma percepção de pertencimento, revelada na expressão própria aos membros do grupo como “irmãos” (p. 17)

Segundo Feltran (2008), a presença do PCC nas favelas e bairros da periferia de São Paulo a partir de 2003 coincide com o decréscimo das taxas de homicídio nessas localidades. Isto porque o PCC instituiu no “mundo do crime” (FELTRAN, 2008) uma série de normas que regulamentam as condutas dos membros, o “proceder”, e a instituição de julgamentos internos (os “debates”) que impedem que homicídios sejam praticados sem o consentimento dos líderes (FELTRAN, 2008, nota 129, p. 134).

Os “debates”, reuniões de discussão para ouvir os envolvidos numa situação, seus defensores e acusadores, para julgar os argumentos e punir os culpados (FELTRAN, 2010), têm a conformação de tribunais e, após dado o veredito, as execuções são sumárias (FELTRAN, 2008) e sem direito à defesa (ADORNO e SALA, 2007).

Segundo Feltran (2010), ainda que os “irmãos” do PCC não controlem todas as atividades criminosas nas periferias paulistas, é deles a última instância de deliberação e manutenção da ordem (p.125). O autor aponta que o poder regulador do “mundo do crime” por meio da imposição e observância estrita das regras de “proceder”, constitui um dos quatro aparatos normativos (formas de entender e aplicar a justiça) a atuarem concomitantemente sobre a população das periferias. Os demais seriam a justiça comum, a justiça policial e a justiça divina<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Para maior detalhamento dessas reflexões, ver em Feltran (2010).

Esse autor afirma que é a “expansão discursiva, e não as ações criminais propriamente ditas, que faz com que as referências do “mundo do crime”, como representação social e visão de mundo, entrem na disputa por legitimidade social nestes territórios (FELTRAN, 2008, p.178), ou seja, mais do que por meio de números e estatísticas, a ascensão da criminalidade se dá como forma de construção de sociabilidades, em especial para os jovens das periferias.

Dia 03/02/2011. É a terceira visita ao CJ, desde o encerramento das atividades do METUIA, em 25/11, na tentativa de contatar alguns dos jovens que entrevistamos, para, em parte, solucionar questões surgidas no campo, em parte para revê-los. Porém, os jovens não vêm frequentando o CJ há mais ou menos um mês, segundo apurei com os funcionários. Combinei com a coordenação do CJ de auxiliá-las na atividade de divulgação da abertura de uma sala do EJA (Educação de Jovens e Adultos), 5ª. série, no CJ, numa incursão “corpo a corpo” pelo bairro. O plano era a distribuição de panfletos nas casas e às pessoas e a colocação de cartazes em locais de maior circulação. Pensei em aproveitar essa incursão na companhia das funcionárias e tentar o contato com os jovens. Nos reunimos em frente ao CJ, dividimos o material e descemos ao Jardim Gonzaga. Fiquei surpreso como a apreensão das funcionárias ao adentrar o bairro. Pensava que, por serem conhecidas e conhecerem os moradores, em especial os jovens, sua circulação fosse mais “natural”. Ao contrário, a coordenadora decidiu que só percorreríamos as ruas mais no começo do bairro, não descendo em direção ao centro. Nesse percurso, pudemos observar as “atividades” do tráfico. Eram oito horas da manhã e identificamos pessoas “negociando” junto a um carro. Algumas “biqueiras” [pontos de venda de droga] já mostravam atividade. A estratégia adotada era a abordagem direta aos moradores, o mais objetiva possível, entregando os panfletos e já explicando o motivo de nossa ida até o bairro. Ninguém circula no bairro sem motivo. Na medida em que andávamos, as ruas, em princípio com poucas pessoas, foram recebendo moradores, a maioria jovens, mas não só. A cada esquina por que passávamos, moradores iam se aglomerando, “conferindo” nossa presença, “dominando” o território. Jovens se agrupavam, alguns gritavam os nomes uns dos outros seguidos de expressões como “É nós! É nós!” (Diário de campo).

A presença constante do tráfico de drogas não se manifesta apenas nas “atividades” propriamente ditas do tráfico, nem somente nas ações dos “irmãos” na mediação de conflitos e na manutenção da ordem. Todos são responsáveis pela comunidade. Ninguém circula pelo bairro sem motivo. Às oito da manhã de um dia um pouco frio, natural que poucas pessoas estivessem nas ruas. No entanto, nossa presença, tolerada, segundo a coordenadora, por nossa vinculação ao CJ, não passou despercebida. A sensação de vigilância é constante. As “redes” de comunicação foram rapidamente acionadas e as ruas foram sendo tomadas pelos moradores.

Ainda que conhecidos e vinculados a uma instituição que lida diretamente com os moradores daquele bairro, não existe “passe livre” para quem não é dali. “É nós!”, gritavam os jovens. Não éramos “nóis”, éramos “os outros”, não

fazíamos parte daquele território, não obstante a presença de vínculos entre as funcionárias e alguns dos moradores. Quem “é nós” conhece e domina as regras de convivência, a linguagem natural daquela coletividade. E isso não era para “nós”.

Minha opinião... é complicado isso daí, né? Botar jovem de 17 ano, 16, pra ficar ganhando dinheiro em cima pras pessoas que já tem mais de 30, que, só porque é de menor... Porque você sabe que vai preso, mas sai, né! Porque é de menor!

Aí o chefe fica lá dentro de casa, dormindo, assistindo televisão, enquanto as crianças tá na rua, de madrugada, ganhando dinheiro pra eles. É complicado isso! Eu acho uma coisa bem complicada, cara!

Eu tenho vontade de falar, mas seu eu falar... Aí é complicado! Ali embaixo, minha vida já era! É melhor eu ficar quieto no meu canto e deixar eles pra lá!

Daniel expressa aqui sua opinião a respeito do funcionamento do tráfico, porém não relacionado à questão da venda de drogas em si, mas sobre a questão da exploração da força de trabalho de jovens por parte dos administradores do negócio. Seu discurso é em defesa dos jovens trabalhadores, expostos a riscos, trabalhando em condições precárias para garantir o lucro dos “patrões”. No entanto, ele sabe que expressar suas opiniões, naquele contexto, tem implicações bastante sérias. É complicado!

Uma das formas de o tráfico de drogas se fazer presente o tempo todo no cotidiano dos jovens, como Daniel, reside na interdição em falar a respeito. De fato, uma das dificuldades que enfrentei no campo estava justamente na abordagem do tema. Por me inserir no campo via Projeto METUIA, que já tinha uma estrutura de vínculos bem constituída com o território e os sujeitos, meu acesso inicial aos jovens foi, de certo modo, facilitado. Obviamente que eu era “medido” e “conferido” a cada novo contato, por ser homem e “novo no pedaço”. Os rapazes, de início, vinham “ver qual é”, mas nunca fui hostilizado, certamente devido à chancela do Projeto METUIA. No entanto, ao abordar alguns deles, após convidá-los para conversar, expor meu trabalho e meus objetivos, quando evidenciava meu interesse pelo tema das drogas em seu cotidiano, a esquiva aparecia quase imediatamente. Especialmente entre os jovens mais velhos: “É embaçado!” “Tô de boa!” “É nós!” “Já é!”

Se, por um lado, minha inserção no campo via Projeto METUIA me favoreceu o acesso aos jovens, de outro lado, reforçava minha condição de “estrangeiro” vinculado a uma instituição pública de ensino e, portanto, identificado como representante do Estado. Essa dupla perspectiva com que eu era considerado, ou seja, a

vinculação com o Projeto METUIA e a identificação com as figuras de autoridade (apesar de minha recusa, era sempre chamado de “professor”), configuraram até que ponto me era permitido adentrar aquele contexto. Como metáfora dessa inserção, eu era como as pipas alçadas ao voo pelos jovens do bairro. Minha linha era sempre recolhida quanto tentava ir além do que me era possível acessar.

Mesmo entre os jovens que aceitaram participar da pesquisa, o tema se mostrava desconfortável, havia hesitações muitas vezes vencidas por meio da intervenção de outro jovem, que confiava em nós por confiar nas professoras e estagiárias do Projeto METUIA.

Abro aqui espaço para outro jovem, Sandro, amigo de Daniel, e que me ajudará a contextualizar a questão das interdições a respeito do assunto.

Sandro- Então, a gente vê, assim, porque a gente vê, assim, a gente não pode falar nada. Não pode falar nada! Então, tem uma coisa que eu aprendi, sempre meu pai fala pra mim, se você vê uma coisa, se você vê alguma coisa de errado, você não fala nada! Faz de conta que não viu nada! Então, quer dizer, ali embaixo [no Jardim Gonzaga] eu conheço todo mundo, conheço os rapaz aí que mexe com essas parada aí, conheço todo mundo aí, então, eles me respeita, eu respeito eles, então, é, o meu dia a dia é esse.

Paulo- E o seu pai te deu esse conselho de, se vir coisa errada não falar nada, por quê?

Sandro- Ele não quer ver eu... quer dizer, ele não quer o mal de ninguém, o mal dos meus colega e nem o meu também, né? Porque tem nequinho que tá começando, mas é isso, você fala uma coisinha de errado, você acaba prejudicando a você mesmo. Então, tem que pensar duas vezes do que falar. (Sandro, 24 anos)

“É embaçado!” As falas de Sandro explicitam a dificuldade em se tratar abertamente do assunto. A característica do que é embaçado é a visibilidade prejudicada por uma série de empecilhos que dificultam contemplar o todo. Porém, não deixa de se entrever certos contornos. O tráfico de drogas é um tema embaçado, presente constantemente em suas histórias, mas sua visibilidade é turvada por regras de conduta e sobrevivência, aceitas e acordadas por todos.

“Se você vê alguma coisa de errado, você não fala nada!” Esse é o conselho do pai de Sandro, de modo a evitar que ele e quem ele conhece se prejudiquem, se compliquem por falar sem pensar duas vezes.

As interdições em se tratar do assunto não estão escritas em nenhum lugar, mas inscritas no conhecimento comum do qual todos os membros partilham.

Ficam evidentes nas atitudes, nas falas. Mesmo quando há a discordância com o estado das coisas, mesmo quando se enxerga incoerência na realidade em que se transita, o bom senso diz que é melhor calar. “É melhor eu ficar no meu canto e deixar eles pra lá!”

Essas interdições não são fundadas “apenas” no medo e na violência. Quando se vislumbram as relações estabelecidas entre o tráfico de drogas e a coletividade (refiro-me a um vislumbre porque ainda permanecem bastante embaçadas aos meus olhos estrangeiros), parece-me que o “não falar sobre” reside também na mutualidade alcançada entre os sujeitos. Na medida em que o tráfico assume espaços deixados vagos pelo Estado, garantindo a segurança, a assistência às necessidades dos moradores e do bairro (RODRIGUES, 2005); na medida em que o tráfico se ramifica nas relações familiares, de vizinhança e de amizade; na medida em que suas atividades revertem em benefícios, diretamente ou não, para a coletividade (BEGNAMI, 2008), não falar sobre o tráfico, além de preservar a integridade física dos sujeitos, garante a manutenção dessa mutualidade e dos ganhos que possam dela advir.

Os relatos abaixo, o primeiro de Daniel, o segundo de Sandro, deixam transparecer a relação direta existente entre a lógica de mercado globalizado em que mergulhou nossa sociedade, pautada pela obtenção do lucro e o consumo massificado, e o ingresso no tráfico de drogas por parte de alguns jovens conhecidos seus.

E também, vai vendo, é isso aí. Vai procurar emprego e não consegue, aí bate o desespero e fala: “Não, preciso fazer alguma coisa! Vou vender droga! Tem droga pra mim vender?” Aí o cara fala: “ Tem! Tó!” Aí o cara vai lá, ganha 100 Real num dia, cada dois dia! Aí ele vai gostando, vai gostando, começa a comprar as coisa, umas roupas... E fala: “Tô mais bonito! Tô mais respeitado!” Por causa da droga. Aí vai! Vai indo até chegar no alto! Aí é complicado! (Daniel)

Porque eles... eles pensa assim, eles vê, assim, a pessoa vendendo droga, a pessoa andando com carro importado, andando com celular novo, com tênis novo, com roupa de marca e isso e aquilo, pergunta: “Ah, o cara é traficante, o cara tem dinheiro!” Quer dizer, a pessoa já se empolga na... na vida do crime, se empolga no dinheiro também, pra poder... (Sandro, 24 anos).

A entrada no tráfico altera o *status* do jovem perante os seus iguais. O dinheiro, antes escasso, começa a ser abundante. O desejo de consumir, de comprar roupas novas, de marca, pode ser atendido rapidamente. O jovem ganha autoestima, sente-se mais bonito e respeitado. Nesse mercado, as chances de ascensão são boas, reais.

Segundo Galheigo (2003),

O acesso irrestrito ao consumo e a cultura da imagem, representados no ideal do homem/mulher bem sucedidos, tornam-se, portanto, objeto de desejo no imaginário social. **Não realizá-lo atribui ao sujeito o papel de fracassado.** A vivência da pobreza, isto é, da escassez de recursos para a manutenção da vida, mistura-se à insatisfação das necessidades permanentemente criadas pela sociedade de consumo; ambas as experiências convergem na construção do sujeito excluído. (p. 37-8. Grifos meus).

Diariamente somos bombardeados pelos meios de comunicação com imagens de homens e mulheres bem vestidos, com roupas caras, dirigindo carros maravilhosos. Essa passa a ser a aspiração de toda a sociedade. Nesse mundo fabricado só existem duas posições possíveis: o sucesso ou o fracasso. Esse bombardeio imagético afeta de igual modo aos jovens da periferia. Ou talvez, como lembra Galheigo na citação acima, devido à vivência da pobreza, recaia sobre eles com mão mais pesada, porque a distância até “o topo” lhes parece maior.

Desse modo, quando o jovem vê passar um conhecido seu, talvez bem próximo do seu círculo de relações, dirigindo um carro importado, trajando roupas de marca, tênis e celular novos, reconhece de imediato a imagem do sucesso estampada em revistas, novelas, filmes. Ele o conhece, sabe que tem dinheiro e é traficante. A conclusão parece óbvia.

Além dessa realização do ideal de sucesso, o mundo do tráfico é extremamente atraente para os jovens pela carga de ação e aventura que mobiliza. Transcrevo abaixo a letra de um *funk* escrito por um jovem da periferia e veiculada no fanzine “Espaço Fala Aí!”, desenvolvido pelas oficinas do Projeto METUIA no Centro da Juventude e numa escola pública estadual. A publicação data de setembro de 2009.

**Funk Neurótico (por E.R.N.)**

O ousadia está no ar

O Malboro também tá

Binludem sem palavras

Tu pode acredita

O irmão mandou um salve

Pra nós representa

Na favela do Gonzaga

É pra nós chega

De cima da laje nós vamos avisar  
Se os verme brota na esquina  
Nóis vai logo atira  
De tiro de fuzil  
Pra nós logo atira  
Na cabeça e nas costa  
Pra eles não volta  
Eles podem se esconder  
Mais nós vamos achar  
Só tiro de rajada  
Pá não disacredita  
Eu sou é do Gonzaga  
E represento o C.A.  
E pro X9 só tiro de aka  
Na cabeça dos polícias  
Só tiro de oitão  
Que a maioria é tudo é bundão  
Eu sou é do Gonzaga e represento a facção  
É só bala de fura, só no coração  
Nóis ranca a cabeça logo com facão  
E se dá mancada nós ranca o coração  
Ae mulecadinha não vai pá grupo não  
Que a vida do crime é só filme de ação.

A letra acima expressa bem o fascínio que o mundo do crime pode exercer sobre os jovens. O poder das armas, a esperteza ao identificar o inimigo e escorraçá-lo do seu território. A proximidade com o “irmão” que mandou um “salve” a todos por seu intermédio. Tudo isso seduz, é pura adrenalina. Qual o menino que nunca fantasiou ser o herói, amigo do rei, que defende a todos do inimigo? A fantasia deles se torna dolorosamente real.

Somando-se a perspectiva do ganho ao apelo à vivência de situações de aventura e de poder, reunindo condições bastante atrativas para o indivíduo jovem,

pode-se compreender a preferência do autor do *funk* por viver num “filme de ação” ao invés de buscar a inserção em atividades, na sua ótica, menos “emocionantes”. O trabalho realizado pelo Projeto METUIA, tanto no CJ quanto nas escolas com as quais atua em parceria, visa suscitar nos jovens reflexões acerca da realidade em que vivem e as formas possíveis de modificá-la. É a proposta de um projeto (BARROS, ALMEIDA e VECCHIA, 2007), de uma ação conjunta no sentido de tornar o jovem sujeito de sua história. Na “vida do crime” não há projetos. Há o ganho imediato, o consumo imediato, a vida imediata.

### PARTE III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de compreender quais os contextos e arranjos sociais que colocam jovens pobres, moradores da periferia de uma cidade de médio porte como São Carlos, em exposição à temática das drogas e de que maneira essa exposição se dá em suas experiências cotidianas, buscando apreender o que existe além dessa temática, o que “vem antes” dessa exposição, empreendi um caminho totalmente novo para mim ao me distanciar gradualmente dos referenciais da saúde e abordar minhas questões de pesquisa a partir da terapia ocupacional social.

Nesse processo, não se trata de negar dados clínicos, epidemiológicos, estatísticos, nem as questões ligadas às formas de tratamento ao uso ou abuso de drogas. Trata-se, em verdade, de relativizar tais enfoques enquanto uma dentre outras formas de abordar a temática. Trata-se de proceder a uma ampliação de perspectivas, acercando-se da questão não apenas como patologia ou agravo à saúde, mas como fenômeno socialmente construído, tal como o próprio conceito de saúde o é.

Dessa forma, abordar as questões de pesquisa sob essa ótica obrigou-me a pôr em perspectiva meus conhecimentos, a questionar meu saber técnico e me dispor a aprender com os sujeitos, em seu território, a partir de suas experiências singulares e coletivas. Ressalto aqui que essa mudança de lugar a partir do qual passei a considerar as questões da juventude, das drogas e das relações estabelecidas entre esses dois pontos, trouxe-me uma compreensão ampliada desse universo e me permitiu refletir a respeito de tais assuntos de uma forma muito mais compreensiva.

Na medida em que a terapia ocupacional social busca uma atuação direta sobre o campo social, procurando compreender as interações sociais que atuam sobre os sujeitos e que determinam as condições de vulnerabilidade a que estejam expostos, levando-os a se apropriarem de suas realidades e tornarem-se agentes de mudança, tomar a questão das drogas no universo de jovens pobres da periferia implica em considerar, tão de perto quanto possível, o território ou *pedaço* onde esses sujeitos tecem suas relações, bem como o contexto social mais geral no qual estão inseridos. Conhecer as relações com o e no território, bem como as interconexões desse território com os demais espaços da cidade, as formas de trânsito e de impedimento à circulação pelos espaços públicos e sociais, permite acessar as vivências desses jovens em seus

dramas cotidianos, compreendendo que as fontes de vulnerabilidade e precariedade a que estão expostos são variadas, não focadas apenas na questão das drogas.

Sob essa perspectiva, a terapia ocupacional social realiza-se nesse entremeio da reflexão sobre e da compreensão da realidade onde os sujeitos se inscrevem e a intervenção sobre essa realidade, em conjunto com os sujeitos. Do meu ponto de vista, esse é o ponto de inflexão sobre o qual se constroem as propostas da terapia ocupacional social e que a diferenciam das demais abordagens realizadas no âmbito da profissão e também das ciências sociais, onde encontra parte de seu embasamento teórico.

A apreensão desse universo mediante o emprego de metodologias participativas que colocam pesquisador e pesquisados em relação direta, horizontal, sem suposições teóricas tomadas *a priori*, mas construídas no processo mesmo de interação, permite acessar os sujeitos, em especial jovens, de uma forma mais efetiva, possibilitando a troca de experiências e a construção conjunta de saberes e proposições acerca de suas demandas. Especificamente em relação às temáticas da juventude e das drogas, abordagens mais diretivas têm se mostrado pouco eficazes em acessar demandas específicas e necessidades singulares dos jovens, provocando uma lacuna entre as ações propostas e os interesses dos próprios sujeitos, com reflexo no êxito de tais ações.

Dentre essas metodologias de acesso aos grupos de jovens, cumpre destacar o papel desempenhado nesta pesquisa pelo emprego de atividades dentro do contexto da terapia ocupacional social. Retomo aqui conceitos expressos anteriormente no texto.

Entendidas como processos de mediação entre os sujeitos e a comunidade, constituindo-se como “instrumento para a emancipação alimentado pela dimensão sócio-política, cultural e afetiva de grupos e de comunidades” (BARROS, 2004, p. 95), o conceito de atividade perpassa toda a pesquisa, uma vez que o próprio processo de questionamento, de discussão e reflexão sobre realidades sociais, na interação com os sujeitos no seu território, aprendendo do seu cotidiano e, por outro lado, levando-os a cogitarem sobre esse cotidiano, se constitui em atividade no sentido exposto acima. Durante a interação, quer mediada por uma ação concreta, quer no processo mesmo de diálogo, de troca de saberes, os sujeitos envolvidos no processo (terapeuta ocupacional, sujeito, grupos, comunidade) reeditam e trazem para a discussão os conceitos, as interdições, os conhecimentos de senso comum que compõem suas

bagagens culturais e, nessa confluência de experiências, constitui-se espaço para a experimentação, para a expressão, para a vivência de relações interpessoais e comunitárias transformadoras.

Assim sendo, mergulhar no universo daqueles jovens a partir desse processo de questionamento de suas realidades sociais possibilitou acessar suas experiências como inscritas num contexto social amplo que, de variadas formas, os colocam em situação de vulnerabilidade, mais do que outros grupos de jovens. Mas também se destacam as formas de proteção desenvolvidas no território, mediante as redes de relacionamento e de mutualidades construídas entre e pelos sujeitos. São diferentes formas de apropriação do território e diferentes maneiras de interação que necessitam de abordagens diferenciadas.

A relação com o território pode se dar tanto pela identificação quanto pelo distanciamento, independente de ser ou não o mesmo local de moradia dos jovens. Isso porque fazer do espaço geográfico seu *pedaço*, na concepção de Magnani (1996), requer a construção de uma historicidade, de identidade com aquele espaço vivido, a partir de relações estabelecidas com o e no entorno.

A apropriação do território, do *pedaço*, também é mediada pela apropriação ou não dos espaços da cidade. No caso dos jovens estudados, a mobilidade pelos espaços urbanos é mediada por conflitos territoriais não explícitos, porém atuantes na dinâmica das relações da cidade com esses jovens. Conflitos pautados por uma divisão de classe social, pela perspectiva do perigoso construída acerca dos jovens pobres, levando-os a circunscreverem seus espaços de troca social ao seu próprio bairro e outros no entorno, também periféricos.

Essas restrições à ocupação de espaços públicos para além da periferia se manifestam nas intervenções de controle pela polícia em determinadas áreas centrais da cidade, ou em regiões que compõem o acesso entre a periferia e a cidade “formal”. Uma concentração de jovens, em geral de classes populares, nessas regiões é prontamente entendida como risco de delito, reforçando a ligação desses grupos de jovens à violência e à transgressão. O mesmo não se dá em relação aos jovens das classes média e alta, como no caso do evento entre as universidades. Há, ao contrário, tolerância e incentivo por parte do poder público e de parte da sociedade local.

Tais restrições também se manifestam por meio da própria organização das cidades, que concentram pontos de cultura e lazer, ofertas de serviços públicos e locais de consumo nas regiões centrais, portanto distantes das periferias, levando os jovens a permanecerem circunscritos àquelas áreas. Nesse sentido, a localização do Centro da Juventude na região sul do município vem ao encontro da demanda pela democratização de espaços e oferta de serviços públicos, embora ainda não tenha se efetivado enquanto espaço para o exercício de liderança e protagonismo dos jovens.

Os conflitos territoriais não explícitos a que me referi manifestam-se como violação de direitos dos jovens estudados, cerceando-lhes o exercício da cidadania. São inscritos nas formas estereotipadas de tratamento pela sociedade local em relação àqueles grupos de jovens, privando-os do acesso a locais públicos ou ao consumo de bens e serviços em decorrência de seu local de moradia. *Shopping Centers*, pizzarias, e até mesmo serviços públicos destinados à juventude, reproduzem a lógica da segregação, da exclusão seletiva a depender do local de moradia ou do porte ou não de documentação adequada.

A incorporação do discurso da subalternidade imposto pelas demais instâncias sociais, impede o exercício legítimo da cidadania, do questionamento das autoridades e da reivindicação dos direitos a melhores condições de vida.

Quando jovens como Daniel não enxergam alternativas, quando não conseguem transpor as barreiras entre as “cidades” dentro da mesma cidade, acabam “optando” (como se não lhes restasse outra coisa) por aceitar a restrição à sua mobilidade, permanecendo circunscritos aos seus bairros de residência ou àqueles em que residem parentes e amigos, onde “podem” estar livremente. Esse estado de coisas somente será superado mediante a organização dos jovens no sentido de fazerem valer coletivamente seus direitos.

A dimensão das violações de direitos torna-se constante nas experiências cotidianas dos jovens estudados, a ponto de ser considerada “comum”, uma vez que “acontece com todo mundo”. Dessa forma, a violação de direitos torna-se “naturalizada” no processo de interação entre os jovens, o poder público, via segurança pública, e a cidade. Torna-se natural ter a entrada em um centro de compras impedida por não estar portando RG. Torna-se natural ser parado pela polícia sem motivo aparente, ficando à mercê de uma abordagem civilizada ou humilhante, a depender da

opção do policial no momento. Torna-se natural que se requeira passaporte de entrada em um serviço público destinado à juventude e que, na sua ausência, o acesso seja negado. Torna-se natural a violação de direitos no cotidiano porque essas violações são construídas no processo de interação entre os atores sociais. São reproduzidas e reafirmadas de parte a parte na medida em que, de um lado, os agentes do poder público ou os proprietários de estabelecimentos comerciais supõem-se no “direito” de violar direitos, a depender de seus próprios critérios; e, de outro, os jovens que, por não se perceberem enquanto sujeitos de direitos, conferem ao outro o “direito” de os violentar.

Há que se ressaltar aqui que a violência pesa também sobre os seus agentes, que se veem incumbidos pela sociedade de desempenharem esse papel. Das seguranças do *shopping* espera-se que defendam o patrimônio sem que se lhes ofereçam condições adequadas para isso. Aos policiais delegam-se o dever de manter a ordem, agindo sobre aqueles que a sociedade identifica como os agentes da desordem, indistintamente. Aos responsáveis pelos serviços públicos, o controle e o “bom uso” dos espaços. Lógicas perversas que reproduzem vulnerabilidades, violência e desrespeito por todos os lados.

Na aproximação com o universo dos jovens estudados, na apreensão de suas experiências cotidianas, a temática das drogas se mostra presente em suas relações, quer de amizade, de vizinhança ou familiares. Seus relatos trazem a convivência cotidiana com o uso e o comércio de drogas como parte integrante do cenário onde se desenrolam suas histórias. Pessoas que “fumam nas vistas de todo mundo”, parentes próximos que comercializam drogas como forma de sustento familiar, amigos de infância que se envolvem nas atividades do tráfico ou se perdem no uso nocivo. Relações próximas, presentes, reais. Tais relações vulnerabilizam, sem dúvida, aqueles jovens naquele contexto. No entanto, mais do que ter as drogas circulando pelos espaços, físicos e relacionais, onde os jovens se inserem, eles têm as violações, as afrontas aos seus direitos civis como fontes primeiras de vulnerabilização. São essas violações constantes que os confinam a espaços sociais precários, que limitam suas possibilidades de acesso aos serviços públicos, a bens culturais, ao trabalho e lazer. Na medida em que podem, a qualquer momento, ser destituídos da condição de cidadãos, ainda que pontualmente, tornam-se indesejáveis, recebendo tratamento compatível com tal condição.

Dessa forma, do que pude apreender nesta jornada pelo universo daqueles jovens, contrariamente ao que os discursos oficiais repetem, não são as drogas que os tornam vulneráveis, mas sim as ações a eles direcionadas e as representações sociais sobre eles construídas. Não pretendo aqui fazer qualquer apologia ao uso de drogas ou ao seu comércio, mas ressalto que, enquanto as ações públicas voltadas aos grupos de jovens pobres, especialmente em relação à temática das drogas, continuarem se pautando pela abordagem como “problema”, sem considerar essas nuances que procurei destacar, o que se terá é a manutenção de um estado de coisas que, ao invés de produzir mudanças nos contextos sociais desses jovens, trabalha no sentido de cada vez mais relegá-los a uma inserção social precária e ao risco de desfiliação.

No momento em que escrevia esta dissertação, um novo plano, de âmbito federal, destinado ao “enfrentamento do *crack*” era lançado pelo Governo Federal, destinando cerca de R\$ 4 bilhões para o financiamento de ações relacionadas ao tratamento, prevenção ao uso e combate ao comércio desta que se tornou *a droga* a ser “enfrentada e vencida”<sup>22</sup>. Focando a atenção sobre “a” droga, em detrimento da compreensão dos arranjos sociais que vulnerabilizam seus usuários, arranjos que possibilitam a expansão do uso e do comércio de drogas, arranjos sociais estes que concernem a todos nós, não somente àqueles diretamente implicados, reproduz-se um círculo vicioso que culpabiliza os sujeitos, suscitando ações direcionadas ao controle dos corpos e dos espaços, produzindo mais vulnerabilidades.

De maneira análoga à convivência com as drogas no cotidiano daqueles jovens, as dimensões do trabalho e do tráfico de drogas e suas conexões em nossa sociedade precisam ser postas em perspectiva.

O tráfico de drogas se faz presente no bairro Jardim Gonzaga ordenando as relações entre os sujeitos, produzindo novas formas de sociabilidade, como destaquei anteriormente. Insere-se naquela coletividade no papel de mantenedor da ordem interna, mediando conflitos entre os moradores; enquanto provedor de necessidades urgentes, em especial de idosos e crianças; insere-se fortemente na economia das famílias; dita regras de conduta e as faz cumprir. No entanto, a aceitação desse poder que se instituiu naquele espaço não está fundamentada apenas no medo e na violência. Quando se

---

<sup>22</sup> Disponível em [www.brasil.gov.br/enfrentandoo crack/noticias/plano-crack-e-possivel-vencer-pretende-aumentar-oferta-de-tratamento](http://www.brasil.gov.br/enfrentandoo crack/noticias/plano-crack-e-possivel-vencer-pretende-aumentar-oferta-de-tratamento), acessado em 18/01/2012.

vislumbram as relações estabelecidas entre o tráfico de drogas e a coletividade, parece-me que essa aceitação, aparentemente tácita, reside também na mutualidade alcançada entre os sujeitos, na medida em que suas atividades revertem em benefícios, diretamente ou não, para toda a coletividade (BEGNAMI, 2008).

Dessa forma, em sua dimensão econômica, dentro daquele território, sendo fonte de sustento de muitas famílias que ali residem, o tráfico de drogas se apresenta como mercado de trabalho franqueado aos moradores, em especial jovens, numa conjuntura em que, pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1970, os postos de trabalho disponíveis são escassos e, em geral, precários. Essa conjuntura afeta de maneira mais contundente aos jovens, em especial jovens pobres, como os que figuram neste estudo. O mercado formal de trabalho exige cada vez mais capacitação para postos cada vez pior remunerados, forçando grande parte da população a se inserir na informalidade. Segundo Antunes (2008), “no Brasil, quase 60% da população encontra-se em situação próxima da informalidade” (p.8). Sendo assim, na era do trabalho precarizado, da quase extinção do trabalho estável, numa sociedade na qual as éticas do imediatismo, do lucro, do consumo massificado constroem sociabilidades e mediam as interrelações dos sujeitos e deles com o mundo; numa sociedade em que a cada dia os “lugares sociais” passíveis de serem ocupados estão cada vez mais restritos, o tráfico de drogas aparece como parte integrante do sistema econômico vigente, estruturado na lógica do capital e do trabalho (FEFFERMANN, 2006), atuando como uma das possibilidades de inserção dos jovens numa atividade econômica lucrativa.

O que quero pontuar aqui é que, se o tráfico de drogas inserido na coletividade é fonte de vulnerabilidade para os jovens locais, na medida em que se mostra extremamente tentador, por outro lado, as relações formais de trabalho, oscilando entre a “perenidade”, porque ainda estruturam as relações sociais, e a “superfluidade”, porque a cada dia o trabalho regulado se torna mais dispensável (ANTUNES, 2006), também são fontes de vulnerabilidade para aqueles jovens, atuando com força comparável à do tráfico de drogas. Assim, quando da proposição de programas de enfrentamento à questão das drogas, destacam-se como um dos eixos de atuação a “reinserção no mercado de trabalho”, a questão não se mostra tão simples assim.

Os resultados desta pesquisa, discutidos acima, ainda que não possam ser generalizados para todos os contextos nem para todos os grupos de jovens moradores das periferias das cidades, destacam pontos importantes para reflexão e proposição de ações que se façam efetivas junto a esses grupos. O primeiro ponto, respondendo às minhas questões iniciais, é a evidência de que, por detrás das manchetes, dos destaques da grande mídia, dos programas de intervenção político-sanitários focados na questão drogas e juventudes pobres, existe uma série de aspectos que atingem de maneira direta esses grupos de jovens e que não são devidamente considerados. Aspectos negativos que produzem vulnerabilidades, como as constantes violações de direitos, ações discriminatórias, violência, restrições à mobilidade urbana, precarização dos serviços públicos como escolas e serviços de saúde voltados a esses jovens, precarização das relações de trabalho. Contudo, também são desconsiderados aspectos positivos que subjazem à temática, como as redes de apoio e solidariedade firmadas no território, visando à atenção de necessidades coletivas, bem como o potencial transformador desses grupos de jovens, não aproveitado por faltarem espaços que lhes permitam o exercício da liderança e a expressão livre de seus pensamentos.

Os serviços de saúde não têm acessado ou considerado devidamente esses aspectos na elaboração e proposição de ações voltadas a grupos de jovens em uso ou abuso de drogas. Ao tomarem a questão das drogas apenas enquanto agravo à saúde, desconsiderando as construções sociais em torno dessa temática, bem como as formas como os sujeitos estabelecem relações com e por meio das drogas em suas experiências cotidianas, as ações propostas pelos serviços de saúde continuam se pautando por uma lógica normatizadora e normalizadora, afastando o sujeito singular da discussão dessa problemática. A aproximação, o quanto for possível, com o universo cotidiano dos sujeitos permite abarcar a questão das drogas de uma forma mais compreensiva e, portanto, suscitando ações que possam se mostrar mais efetivas. Conquanto no âmbito das práticas de atenção em saúde não seja possível uma aproximação aprofundada com o contexto social e relacional de todos os sujeitos atendidos, ter em conta essas proposições, na singularização da atenção, permite uma ampliação de perspectivas acerca desta temática.

A partir dos dados da pesquisa, destaca-se que o papel das drogas na gênese das vulnerabilidades e precariedades a que estão sujeitos os jovens com os quais trabalhei, precisa ser relativizado. Ainda que se façam presentes nas suas relações

cotidianas, não se constituem na principal preocupação daqueles jovens. As questões levantadas quanto à violação de seus direitos e a não ampliação do acesso a esses direitos produzem mais precariedades e vulnerabilidades que a própria presença da droga em suas vivências. Desse modo, a questão das drogas se mostra enquanto “cortina de fumaça” a esconder questões de fundo estrutural de nossa sociedade, questões que produzem a discriminação, a inserção precária desses jovens, e que, para serem atendidas, requerem um esforço conjunto de toda a sociedade, tanto no âmbito geral das políticas públicas, quanto no âmbito local das ações conjuntas dos atores sociais envolvidos (jovens, técnicos, comunidade, serviços públicos de saúde, educação, cultura, etc.), no sentido de promover o acesso desses jovens aos seus direitos, construindo cidadanias. No entanto, parece mais simples investir pesado o dinheiro público no enfrentamento das drogas, ou de uma droga em especial, do que de fato fazer frente a essas questões estruturais.

Cumpra aqui ressaltar que, conquanto esta pesquisa não tenha a pretensão de trazer uma discussão inovadora acerca desta temática, traz, no entanto, apontamentos a partir das cenas cotidianas, das experiências singulares relatadas pelos jovens, no sentido de presentificar seus dramas e dimensionar o peso real das injunções sociais que sobre eles recaem. Se não trago aqui novas chaves de leitura para a temática droga e juventudes pobres, trago as vivências reais de jovens inscritos em um contexto social real, sujeitos a violações de seus direitos, a precariedades e vulnerabilidades para além da questão do uso ou não uso de drogas, em uma cidade que se pretende preocupada com a sua juventude.

Destaca-se, finalmente, a relevância de pesquisas como esta, no sentido de uma aproximação de fato do universo dos jovens pobres e as formas como as drogas se inserem em suas vivências cotidianas, a fim de conhecer as demandas e potencialidades nele contidas, propiciando a formulação de ações que se mostrem mais efetivas junto a esses grupos. Ressalta-se também a necessidade de mais estudos como este, envolvendo grupos maiores e mais representativos, no sentido de aprofundar as reflexões que aqui desenvolvi.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W.; LEÓN, O.D. Introdução. In: FREITAS, M.V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 6-8.
- ABRAMOVAY, M. ESTEVES, L.C.G. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.R.; ESTEVES, L.C.G. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007. p. 19-54.
- ADORNO, R.C.F. **Capacitação solidária**: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. São Paulo: AAPCS, 2001.
- ADORNO, S.; SALA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, v.21, n.61, p. 7-29, 2007.
- ANDRETTA, I.; OLIVEIRA, M.S. A técnica da entrevista motivacional na adolescência. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, p. 127-139, 2005.
- ANTUNES, R. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008 disponível em [www.fundacentro.gov.br/conteudo.asp?D=CTN&C+1385&menuAberto=345](http://www.fundacentro.gov.br/conteudo.asp?D=CTN&C+1385&menuAberto=345). Acesso em 17dez2011.
- AQUINO, L.M.C. Introdução: A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, J.A; AQUINO, L.M.C.; ANDRADE, C.C. (Orgs.) **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 25-39.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**, Relume-Dumará: Rio de Janeiro, 1985.
- \_\_\_\_\_.O declínio do Estado-Nação e o fim dos direitos do homem. In: ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Documentário: Rio de Janeiro, 1979.
- BARROS, D.D.; ALMEIDA, M.C.; VECCHIA, T.C. Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo**, v.18, n. 3, p. 128-134, 2007.
- BARROS, D.D. Terapia Ocupacional Social: o caminho se faz ao caminhar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.15, n.3, p. 90-7, 2004.
- \_\_\_\_\_; GUIRARDI, M.I.G.; LOPES, R.E. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.13, n. 2, p. 95-103, 2002.
- BARROS, D.D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia -terapia ocupacional no campo social. **Mundo Saúde**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 365-369, 2002.

\_\_\_\_\_. Terapia ocupacional social: concepções e perspectivas. In: CAVALCANTI, A. e GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007a. p. 347-353.

\_\_\_\_\_. Novos espaços, novos sujeitos: a terapia ocupacional no trabalho territorial e comunitário. In: CAVALCANTI, A. e GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007b. p. 354-363.

BASAGLIA, F. **A instituição negada** - relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

BEGNAMI, P.S. **Pelos olhos das crianças**: etnografia da Favela do Gonzaga. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2008.

BELLUZZO, L.; VICTORINO, R.C. A juventude nos caminhos da ação pública; **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.4, p. 8-19, 2004.

BRASIL. Crack, é possível vencer, 2012. Apresenta informações sobre a droga, efeitos e consequências, cuidado, prevenção, superação, segurança pública, notícias, FAQ. Disponível em [www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/noticias/plano-crack-e-possivel-vencer-pretende-aumentar-oferta-de-tratamento](http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/noticias/plano-crack-e-possivel-vencer-pretende-aumentar-oferta-de-tratamento), Acesso em 18jan2012.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, v.29, 2007.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde SVS/CN-DST/AIDS. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas/ Ministério da Saúde 2ª**. Ed. Ver. Ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

CACCIA-BAVA, A.; COSTA, D.I.P. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, A.; PAMPOLS FEIXA, C.; CANGA, Y.G. (Orgs.) **Jovens na América Latina**, Escrituras/CEBRIJ, 2004, p.65-114.

\_\_\_\_\_. Sobre as políticas locais de segurança para os jovens. **Política e Sociedade**, n.8, abr. 2006, p. 59-88.

CACCIA-BAVA, S. Tecnologia Social e desenvolvimento local. In: Fundação Banco do Brasil, **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Articulistas, 2004. p. 103-116.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 7ª. Edição, 2008.

CASTRO, E.D.; LIMA, E.M.F.A.; BRUNELLO, M.I.B. Atividades humanas e terapia ocupacional. In: De CARLO, M.M.R.P.; BARTALOTTI, C.C. **Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Ed. Plexus, 2001. p. 41-59.

CATANI, A.M.; GIGLIOTTI, R.S.P. **Culturas juvenis**: múltiplos olhares. São Paulo: Ed. UNESP, Coleção Paradidáticos (Série Cultura), 2004.

CÉSAR, M.R.A. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

COULON, A. **Etnometodologia**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

Da MATTA, R. **O que faz o Brasil Brasil?** Rocco: Rio de Janeiro, 1986.

De LEON, A.L.P. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.R.; ESTEVES, L.C.G. (Orgs.) **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade, Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/ Ministério da Educação, 2009. 268-320.

FALCÃO – Meninos do tráfico. MV Bill e Celso Athayde. Rio de Janeiro: CUFA, 2006, DVD (125 min.).

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

FELTRAN, G.S. Apresentação: Jovens e conflito com a lei. **R@U – Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS – UFSCar**, v.3, n.1, jan-jun., 2011.

\_\_\_\_\_. The management of violence on the São Paulo periphery: the repertoire of normative apparatus in the “PCC era”. **Vibrant**, v.7, n.2, p. 109-134, 2010.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre a violência e políticas públicas em São Paulo. 363 f. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

FIESP. Ranking municipal de IDH das cidades do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: <[apps.fiesp.com.br/regional/DadosSocioEconomicos/RankingIDH.aspx](http://apps.fiesp.com.br/regional/DadosSocioEconomicos/RankingIDH.aspx)> acessado em 05jun2011.

\_\_\_\_\_. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **IDH São Carlos**. Disponível em <[apps.fiesp.com.br/regional/DadosSocioEconomicos/RankingIDH.aspx](http://apps.fiesp.com.br/regional/DadosSocioEconomicos/RankingIDH.aspx)>, acessado em 05/07/2011. Acesso em: 20ago2011

FIGLIARETTI, M. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: CARNEIRO, H.; VENÂNCIO, R.P. **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. p. 257-290.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz. São Paulo: Ed. Bookman, 2004.

FONSECA, C. Que ética? Que ciência? Que Sociedade? In: FLEISHER, S.; SCHUCH, P. (Orgs.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres/Ed. UnB, 2010. p. 30-70.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário 2009**, ano 3, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário 2010**, ano 4, 2010.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90.

GALHEIGO, S.M. O social: idas e vindas de um campo de ação em terapia ocupacional. In: PÁDUA, E.M.M. e MAGALHÃES, L.V. (Orgs.). **Terapia ocupacional: teoria e prática**. Campinas: Papyrus, 2ª. Edição, 2003. p. 29-46.

GARFINKEL, H. **Estudios em etnometología**, trad. Hugo Antonio Pérez Hernáiz, coleção Autores, Textos y Temas – Ciencias Sociales, Barcelona: Ed. Anthropos, 2006.

GOHN, M.G. A construção da cidadania ao longo dos séculos. In: \_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3ª. edição. São Paulo: Ed. Loyola, 2003. p. 195-213.

IANNI, O. A violência na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p.7-28, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@ São Carlos. Disponível em < <http://ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em 05mai2011.

KLIKSBERG, B. Mitos sobre a juventude latinoamericana. In: SEN, A. e KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 212-258.

LEÓN, O.D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M.V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa. p. 9-18. 2005

LEÓN, O.D. Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes. **Última Década**, Valparaíso, n.21, p. 83-104, 2004.

LOPES, R. E. ; SOUZA, L. B.; BORBA, P. L. O. **Memória e Ação Territorial: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção em Terapia Ocupacional Social**. 2010. (Relatório de pesquisa). CNPq.

LOPES, R.E; ADORNO, R.C.F; MALFITANO, A.P.S. TAKEITI, B.A.; SILVA, C.R.; BORBA, P.L.O. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v.17, n. 3, p. 63-76, 2008.

LOPES, R.E.; SILVA, C.R.; MALFITANO, A.P.S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **HISTEDBR On-Line**, Campinas, n.23, p. 114-130, setembro, 2006.

MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.49, p. 11-30, 2002.

\_\_\_\_\_. O circuito dos jovens urbanos. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, v.17, n.2, 2005.

\_\_\_\_\_. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J.G.C. e TORRES, L.L. (Orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EdUSP. 1996. p. 12-53.

MALFITANO, A.P.S. **A tessitura da rede: entre pontos e espaços**. Políticas públicas sociais de atenção à juventude – a situação de rua em Campinas, SP. 350 f.2008. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2008.

\_\_\_\_\_. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.16, n.1, p. 1-8, 2005.

MARTINS, P.C.; COTTA, R.M.M; MENDES, F.F.; PRIORE, S.E; FRANCESCHINI, S.C.C.; CAZAL, M.M. et al. De quem é o SUS? Sobre as representações sociais dos usuários do Programa Saúde da Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.16, n.3, p. 1933-1942, 2011.

METUIA. **Projeto político pedagógico para o centro da juventude da região sul de São Carlos**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

NOVAES, R.C.R. Prefácio. In: CASTRO, J.A; AQUINO, L.M.C.; ANDRADE, C.C. (Orgs.) **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 13-22.

\_\_\_\_\_; CARA, D.T.; SILVA, D.M.; PAPA, F.C. (Orgs.). **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Friedrich Ebert. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World youth report 2005: Young people today and in 2015**. Geneve: United Nations Publications. 2005.

PAIS, J.M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking IDH-M dos municípios brasileiros**. Disponível em <[www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php](http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php)>, acessado em 04/05/2011.

RAUPP, L.; MILNITSKY-SAPIRO, C. Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n.4, p. 445-454, 2009.

REGUILLO, R., Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión, **Revista Brasileira de Educação**, n.23, p. 103-118, 2003.

RODRIGUES, T. Narcotráfico: um esboço histórico. In: CARNEIRO, H.; VENÂNCIO, R.P. **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. p. 291-310.

ROSA, T.T. Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias, 33º. Encontro Anual da ANPOCS, GT01: A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto, setembro de 2009 (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia**. 217 f. 2008. Dissertação (Mestrado em História) –, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2008.

SÃO CARLOS. SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano municipal de assistência social 2003-2004**. São Carlos, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei municipal 15.246**, de 08 de abril de 2010. Diário Oficial Prefeitura Municipal de São Carlos, 10 de abril de 2010, disponível em <[www.saocarlos.sp.gov.br/images/storie/diario\\_oficial\\_2010/DO\\_100410\\_certificado.pdf](http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/storie/diario_oficial_2010/DO_100410_certificado.pdf)>. Acesso em: 21ago2011

\_\_\_\_\_. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **Visite São Carlos**. Disponível em <<http://www.visitesaocarlos.com.br/notnov251109.htm>>. Acesso em 31mai2011.

\_\_\_\_\_. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO CARLOS. Disponível em [www.fesc.com.br](http://www.fesc.com.br), Acesso em 20ago2011.

\_\_\_\_\_. SÃO CARLOS. **Mapa de localização do município de São Carlos em relação aos municípios vizinhos e principais vias de acesso**. Disponível em <[maps.google.com](http://maps.google.com)>, Acesso em 20jun2011.

SÃO PAULO. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **O estado dos municípios 2006-2008: índice paulista de responsabilidade social**. São Paulo: Fundação SEADE, 2010a.

\_\_\_\_\_. COORDENADORIA ESTADUAL DE JUVENTUDE. **Experiências municipais de juventude no Estado de São Paulo**. São Paulo: CEPAM, 2010b.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. **Projeto terapêutico do CAPS-ad III do CAIS-SR**, Santa Rita do Passa Quatro, 2011, mimeo.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. Regionais de saúde, 2011. Disponível em <<http://www.saude.sp.gov.br/ses/institucional/departamentos-regionais-de-saude/regionais-de-saude>> , acessado em 19/12/2011.

SANCHEZ, Z.V.M.; OLIVEIRA, L.G.; NAPPO, S.A. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.9, n.1, p. 43-55, 2004.

SCADUTTO, A.A.; BARBIERI, V. O discurso sobre a adesão de adolescentes ao tratamento da dependência química em uma instituição de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n.2, p. 605-614, 2009.

SEADE. Perfil dos municípios do Estado de São Paulo. Disponível em <[www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php](http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php)>. Acesso em 05mai2011.

SILVA, C.R. **Políticas públicas, educação, juventude e violência na escola: quais as dinâmicas entre os diversos atores envolvidos?**. 184 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2007a.

\_\_\_\_\_. Oficinas. In: PARK, M.B.; FERNANDES, R.S.; CARNICEL, A. (Orgs.). **Palavras-chave em educação não formal**. Holambra: Ed. Setembro; Campinas: UNICAMP/CMU, 2007 b. p. 213.

TELES, V.S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v.18, n.1, p.173-195, 2006.

TESSER, C.D. Medicalização social (I): o excessivo sucesso do epistemicídio moderno na saúde. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.9, n.18, p. 61-76, 2006.

\_\_\_\_\_; BARROS, N.F. Medicalização social e alternativa complementar: pluralização terapêutica do Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n.5, p. 914-920, 2008.

VICENTIN, M.C.G. Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 15, n.1, p. 10-17, 2006.

ZALUAR, A. Youth, drug traffic and hyper-masculinity in Rio de Janeiro. **Vibrant**, v.7, n.2, p. 7-27, 2010.

\_\_\_\_\_. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

WIKIMÁPIA. Disponível em <[wikimapia.org](http://wikimapia.org)>. Acesso em 28fev2012.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### “AÍ! TÁ ME TIRANDO?!” - O QUE DIZEM JOVENS MORADORES DA PERIFERIA DE SÃO CARLOS SOBRE SI MESMO E A QUESTÃO DAS DROGAS

A questão do uso de drogas tem aumentado muito nos últimos tempos, atingindo todas as classes sociais e faixas etárias, e tem recebido a atenção de serviços de saúde, políticas públicas, segurança, além dos meios de comunicação como a televisão, jornais e internet.

Apesar de esta questão atingir pessoas de várias idades, existe, de modo geral (no entendimento popular, nas políticas, escolas, televisão, etc.), uma maior preocupação com a população jovem, acreditando-se que seja mais frequentemente associado o uso de drogas a esta faixa etária.

Contudo, levando em conta esta idéia, o que temos é que as políticas públicas, os serviços de saúde e a população em geral não têm olhado para a questão do ponto de vista dos próprios jovens, de como eles entendem o fenômeno das drogas no seu dia-a-dia. Também não têm sido consideradas suas necessidades e desejos em relação a si mesmos, aos seus planos e vontades.

Existe, assim, a necessidade de ouvir o que dizem os jovens em relação à estas questões, de modo a buscar propostas que possam atendê-los de forma mais efetiva.

Para isto, procuramos nesta pesquisa ouvir pessoas jovens como você, de modo a entender quais são as suas idéias a respeito do assunto das drogas, bem como outras questões, como, por exemplo, identidade e cidadania (exercício de direitos).

Assim, você pode colaborar no entendimento destas questões, nos ajudando a propor ações de saúde que possam atender melhor às necessidades da população jovem.

Sua participação na pesquisa consiste em responder a um roteiro de entrevistas com questões sobre o assunto das drogas, identidade e cidadania, realizada pelo pesquisador. Cada roteiro receberá um número, de modo que seu nome não será usado, conhecido ou citado em momento algum.

Numa segunda etapa, você será convidado à participação em uma série de três oficinas de atividades, realizadas em dias seguidos, em grupo, onde serão abordados os mesmos temas, porém através do uso de atividades como desenho, colagem, pintura, etc. As atividades produzidas nestas oficinas serão analisadas posteriormente pelo pesquisador, sem que os autores sejam identificados, como no roteiro de entrevistas.

Sua participação é voluntária. Se durante a pesquisa, em qualquer momento, você se sentir constrangido ou incomodado, você poderá interromper sua participação na mesma sem qualquer prejuízo para você ou outras pessoas.

Todas as informações são confidenciais e apenas o pesquisador e a orientadora da pesquisa terão acesso às mesmas.

Existe a possibilidade de os resultados da pesquisa serem divulgados em Congressos e revistas científicas, porém, em momento algum seu nome ou algo que possa identificá-lo será divulgado.

Qualquer dúvida ou esclarecimento referente à pesquisa ou ao seu andamento poderá ser solicitado ao pesquisador e/ou à orientadora pelos meios abaixo.

Paulo Estevão Pereira: Telefone celular (34) 9196-9881 e-mail: [estevao.paulo@gmail.com](mailto:estevao.paulo@gmail.com)

Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano:

São Carlos, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

---

Assinatura do participante

---

Assinatura do pesquisador

Paulo Estevão Pereira

## ANEXO 2 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CAMPO SECRETARIA MUNICIPAL ESPECIAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO CARLOS

	<p align="center"><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS</b></p> <p align="center"><b>Centro de Ciências Biológicas e da Saúde</b></p> <p align="center"><b>Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional</b></p> <p align="center">Rod. Washington Luís, Km.235-C.P.676-CEP 13565-905-São Carlos-SP.</p> <p align="center">Tel./Fax: (16) 3351-9787</p>
	<p align="right">Of. No. 022/2010</p>

São Carlos, 09 de setembro de 2010

Prezada Diretora,

Solicitamos a autorização para Paulo Estevão Pereira, aluno do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – PPGTO-UFSCar, para a realização de pesquisa de mestrado intitulada “AÍ, TÁ ME TIRANDO!” – O QUE DIZEM JOVENS FREQUENTADORES DE UM CENTRO DA JUVENTUDE NA CIDADE DE SÃO CARLOS SOBRE SI MESMOS, DROGAS E COTIDIANO. Este projeto integra o Programa METUIA – Terapia Ocupacional no Campo Social, que já tem uma importante e longa parceria com esta instituição.

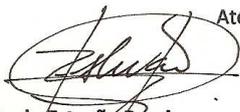
Sugerimos, conforme projeto anexo, a realização da pesquisa no Centro da Juventude “Elaine Viviane” de São Carlos, vinculado à Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, por ser um espaço importante na cidade de frequência do público de jovens. Trata-se de tema relevante para o PPGTO e que acreditamos contribuir nas discussões de nossas parcerias acerca das ações com os jovens.

Este estudo tem por objetivo ouvir o que dizem jovens sobre sua percepção no universo em que estão inseridos, e, neste recorte, sobre a questão das drogas.

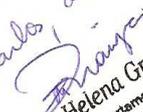
Pretende-se com este estudo ampliar a perspectiva em relação à juventude, suas necessidades e sobre a questão das drogas, de modo a oferecer subsídios para a proposição de políticas públicas que possam atender às necessidades destes jovens.

Atenciosamente,

  
**Prof. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano**  
 Departamento de Terapia Ocupacional  
 Universidade Federal de São Carlos  
 PPGTO-UFSCar

  
**Paulo Estevão Pereira**  
 Mestrando do Programa de Pós-Graduação  
 Universidade Federal de São Carlos  
 PPGTO-UFSCar

Ilma. Sra. Regina Granja  
 Diretora  
 Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude

*De Acordo*  
*Regina Helena Granja*  
*São Carlos, 29/09/2010*  
  
**Regina Helena Granja**  
 Diretora do Departamento de  
 Políticas para Infância e Juventude

### ANEXO 3 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CAMPO CENTRO DA JUVENTUDE “ELAINE VIVIANI”

	<p style="text-align: center;"><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS</b>  <b>Centro de Ciências Biológicas e da Saúde</b>  <b>Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional</b>          Rod. Washington Luís, Km.235-C.P.676-CEP 13565-905-São Carlos-SP.          Tel./Fax: (16) 3351-9787</p>
---	---

Of. No. 021/2010

São Carlos, 09 de setembro de 2010

Prezada Coordenadora,

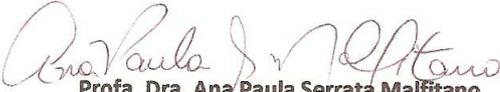
Solicitamos a autorização para Paulo Estevão Pereira, aluno do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – PPGTO-UFSCar, para a realização de pesquisa de mestrado intitulada “AÍ, TÁ ME TIRANDO!” – O QUE DIZEM JOVENS FREQUENTADORES DE UM CENTRO DA JUVENTUDE NA CIDADE DE SÃO CARLOS SOBRE SI MESMOS, DROGAS E COTIDIANO. Este projeto integra o Programa METUIA – Terapia Ocupacional no Campo Social, que já tem uma importante e longa parceria com esta instituição.

Sugerimos, conforme projeto anexo, a realização da pesquisa no Centro da Juventude “Elaine Viviane” de São Carlos, vinculado à Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude, por ser um espaço importante na cidade de frequência do público de jovens. Trata-se de tema relevante para o PPGTO e que acreditamos contribuir nas discussões de nossas parcerias acerca das ações com os jovens.

Este estudo tem por objetivo ouvir o que dizem jovens sobre sua percepção no universo em que estão inseridos, e, neste recorte, sobre a questão das drogas.

Pretende-se com este estudo ampliar a perspectiva em relação à juventude, suas necessidades e sobre a questão das drogas, de modo a oferecer subsídios para a proposição de políticas públicas que possam atender às necessidades destes jovens.

Atenciosamente,

  
**Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano**  
 Departamento de Terapia Ocupacional  
 Universidade Federal de São Carlos  
 PPGTO-UFSCar

  
**Paulo Estevão Pereira**  
 Mestrando do Programa de Pós-Graduação  
 Universidade Federal de São Carlos  
 PPGTO-UFSCar

  
 Ilma. Sra. Maria do Carmo Cadei  
 Coordenadora do Centro da Juventude “Elaine Viviane”  
 Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude

**ANEXO 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA**

- 1) Como é morar no seu bairro?
- 2) Você se sente parte desta comunidade?
- 3) Você faz parte de uma “galera”?
- 4) Como você define os seus “chegados”? O que eles têm em comum com você?
- 5) O que diferencia você e seus “chegados” das outras pessoas? Gostos, preferências musicais, estilo de vestir, lazer, etc.
- 6) Como é o seu dia-a-dia? O que você costuma fazer normalmente?
- 7) Você tem alguma atividade programada durante a semana? Escola, trabalho, lazer, ir ao CJ, participar das Oficinas do METUIA, Pró-Jovem, etc.
- 8) Quando você não tem nada programado (horas livres) o que você faz? Como aproveita seu tempo livre?
- 9) Em quais espaços do bairro você costuma circular (fica algum tempo, frequentemente; só passa por lá; fica de vez em quando
- 10) E fora do seu bairro, em quais espaços você circula?
- 11) Você tem acesso a locais (praças, shopping, comércio) fora do seu bairro?)
- 12) O que dificulta ou facilita o seu acesso (p. ex. distância, transporte, preconceito) a esses locais?
- 13) Nos espaços por onde você e seus “chegados” circulam, como é a convivência com a questão das drogas? É algo que preocupa você?
- 14) Com relação à questão das drogas, como você percebe isso no seu dia-a-dia?
- 15) Esta questão das drogas aparece no dia-a-dia do seu bairro, de modo geral? Como você encara esta questão?
- 16) Você conhece alguém ou tem um amigo que usa drogas?
- 17) O que você pensa sobre quem usa droga de vez em quando? E quem usa bastante?
- 18) Você tem algum “chegado” seu que trabalha vendendo drogas?
- 19) Por que você acha que as pessoas escolhem este trabalho?

- 20) Você acha que as pessoas, de modo geral, associam jovens que moram na periferia ao uso de drogas? Como você percebe isso no seu dia-a-dia?
- 21) Você acha que os jovens da periferia têm maior chance de usar drogas do que os que moram nos bairros mais centrais da cidade?
- 22) Você acha que as pessoas em geral pensam como você sobre esse ponto?
- 23) Você já sofreu algum tipo de preconceito por ser da periferia? Já teve o acesso negado a algum lugar? Já foi “intimado” (parado pela polícia ou autoridade) sem motivo algum?
- 24) O que você acha que precisa melhorar em sua vida? Quais são seus planos para o futuro? O que você espera que aconteça?
- 25) Tem algo mais que você gostaria de dizer e não lhe foi perguntado?

Obrigado pela atenção!

## ANEXO 5 – ROTEIRO DE ATIVIDADES

### 1ª. Oficina – Tema: Identidade

**Aquecimento:** Utilizar recursos como música e/ou vídeos que explorem a noção de identidade, pertencimento, relações pessoais e como estas características moldam nossa percepção de nós mesmos.

**Atividade:** Minha Bandeira Pessoal – Pedir que cada participante construa, a partir de imagens de revistas, uma colagem que represente sua “sua bandeira pessoal” (imagem ou imagens que o retratem como pessoa, seus gostos, ideias, os grupos a que pertence e como se sente em relação a si mesmo e a esses grupos).

**Fechamento:** Apresentar para o grupo e discutir as impressões pessoais frente a atividade e a proposta de trabalho. Verificar o quanto os participantes se veem como integrantes e integrados ao seu espaço social de convivência e o que os caracteriza como pessoas naquele espaço.

### 2ª. Oficina – Tema: Cotidiano

**Aquecimento:** Conversar em grupo sobre o cotidiano de cada um dos integrantes. O que fazem, por onde circulam, com quem andam, eventos importantes no seu cotidiano (escola, trabalho, lazer, CJ, Oficinas do METUIA),

**Atividade:** Poesias Coletivas: Em grupo, a partir de temas sugeridos, coletar frases entre os participantes, estimulando-os a falarem espontaneamente. Anotá-las sequencialmente, compondo a poesia.

**Fechamento:** Fazer a leitura das poesias assim que concluídas. Discutir os conteúdos, estimulando o debate. Trabalhar interação grupal e autoestima.

### 3ª. Oficina – Tema: Drogas

**Aquecimento:** Aquecimento corporal, alongamento e preparação para o exercício da atividade. Fazer uma rodada de conversa de modo a introduzir o tema drogas e levantar histórias, eventos, “casos” dentro do tema.

**Atividade:** Técnicas de teatro. Explicar os objetivos e a proposta da atividade. Coletar histórias vivenciadas pelos participantes sobre o tema drogas e encená-las e modificá-las.

**Fechamento:** Rodada final com o grupo, de modo que todos falem o que perceberam e como se perceberam durante a atividade.